



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

EDIO BATISTA BARBOSA

TRILHAS TRANSFRONTEIRIÇAS: O FLUXO DE PESSOAS, COISAS E OBJETOS  
NA FRONTEIRA BRASIL E REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA

RECIFE-PE  
2013

EDIO BATISTA BARBOSA

TRILHAS TRANSFRONTEIRIÇAS: O FLUXO DE PESSOAS, COISAS E OBJETOS  
NA FRONTEIRA BRASIL E REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pernambuco como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto  
Marinho Cirino

RECIFE  
2013



**ÉDIO BATISTA BAROBSA**

**“TRILHAS TRANSFRONTEIRIÇAS: O FLUXO DE PESSOAS, COISAS E  
OBJETOS NA FRONTEIRA BRASIL E REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA  
GUIANA”.**

Dissertação apresentada Mestrado  
Interinstitucional UFPE/UFRR como  
requisito parcial para a obtenção do título  
de Mestre em Antropologia.

Aprovado em: 19/09/2013.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profº Drº Carlos Alberto Marinho Cirino (Orientador )  
Mestrado Interinstitucional –UFRR/UFPE

---

Profº Drº Antônio Carlos Motta de Lima (Examinador Titular Interno)  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE

---

Profº Drº José Exequiel Basini Rodrigues (Examinador Titular Externo)  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Dedico à minha família

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a paciência, dedicação e sabedoria do professor Carlos Cirino. Uma pessoa que ousou olhar para além das fronteiras amazônicas e dos poucos recursos financeiros e de capital intelectual para promover a qualificação de qualidade dos profissionais residentes em Roraima, por meio do Mestrado Interinstitucional em Antropologia. A ele, também, agradeço as sugestões, conselhos e orientações que sem os quais não conseguiria por fim a mais essa etapa do meu itinerário acadêmico.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pernambuco, em especial aos professores Renato Athias, Antonio Motta e Parry Scott por terem aceitado este desafio de constituir um MINTER. Estendo este agradecimento à secretária Carla por ter nos recebido com muita atenção. Na secretaria do MINTER em Roraima não poderia deixar de agradecer a minha amiga Rozenice Ramos.

Nessa jornada, também, devo agradecimento a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, na pessoa do Dr. Haroldo Eurico Amoras que não mediu esforços para atender as particularidades de um mestrado na área de antropologia.

Aos meus colegas de turma agradeço pela força, apoio, motivação e conselhos: Adnan Assad, Antonio Weliton, Brasilina (Brasil), Denise (Dena), Edson Damas, Iana Vasconcelos, Fernando Alvarenga, Francisco Gomes (Fran), Kywsy, Lauro José, Lenir Rodrigues, Lidia Montanha, Marília, Marlete (Mama).

Àqueles que sempre acreditaram em mim e que a distância geográfica e o tempo corrido não apagaram e tão pouco fragilizaram a nossa amizade: Daniel Santos, Jorge Oliveira, Rafael, João Paulo, Fernando, Francisco Diniz, Charles Silva Rodrigues, Deograça (Déo) e Maria Irone.

Agradeço a professora Geyza Pimentel que na reta final me deu apoio necessário para o desenvolvimento da pesquisa; ao professor Linoberg Barbosa que há alguns anos atrás me incentivou; a professora Carmen Lúcia que se tornou uma grande amiga; ao professor Marcos Pellegrini por suas aulas maravilhosas; ao professor Mauricio Zouein por suas dicas valiosas e bom humor; a professora Kika que por várias vezes compartilhou a minha angústia em escrever uma dissertação; ao professor Nélvio Dutra pela indicação de textos e ao grupo de professores do Departamento de Ciências Sociais da UFRR que contribuíram para minha formação acadêmica.

Ao Núcleo Histórico Socioambiental que me recebeu muito bem, na pessoa do saudoso professor Erwin Frank (*in memória*) e da professora Olendina Cavalcante; aos amigos que foram se agregando ao longo do percurso: Cleise, Juci, Priscila (Pri), Ingrid, José Torres (Zezinho), Rogério Ajame, Laila Fernanda, Dayane, Ives (e família).

Àqueles senhores e senhoras, rapazes e moças, trabalhadores e patrões e moradores da fronteira Brasil e República Cooperativista da Guiana que contribuíram na escrita dessas várias linhas.

À minha família, que foi meu esteio, o meu lugar seguro para onde eu sempre retornava.

*O começo da sabedoria consiste em  
perceber que temos e teremos as mãos  
vazias, na medida em que tenhamos  
ganho ou pretendamos ganhar o  
mundo.*

(Hélio Pellegrino)

## RESUMO

As fronteiras não são limites naturais, elas são representações simbólicas. À medida que os homens começam a se relacionar as fronteiras começam a definir suas formas e o espaço e o tempo tornam-se elementos primordiais na definição dessas formas. No novo mundo as fronteiras geopolíticas sobrepostas às fronteiras étnicas deram as bases para o desenho atual das Américas. A fronteira entre Brasil e República Cooperativista da Guiana foi desenhada e redesenhada a partir das relações estabelecidas entre indígenas e europeus no processo de conquistas e colonizações. O comércio, no início, era visto como elemento mediador entre indígenas e colonizador. Por meio do comércio o colonizador pode explorar as regiões inóspitas. Porém a relação entre indígenas e colonizador tornou-se frágil e conflituosa. O colonizador, considerando apenas os seus interesses, subjugou os nativos. Contudo, os nativos não foram passivos nessa história. Além de mercadoria (escravos) foram mercadores, negociantes e milícia. No final, serviram como peça fundamental na determinação dos marcos limítrofe entre o Brasil e a Inglaterra. Hoje essas fronteiras são permeadas por outras relações, coisas e objetos; temos a questão étnica negociada permanentemente com a nacional; temos a cidade de Lethem (GUY), que abriga um comércio de produtos importados advindos da China e a cidade de Bonfim (BRA), que oferece a mão de obra necessária para esse comércio, e temos o fluxo diário de pessoas que dá a essa fronteira o sentido de espaço social transfronteiriço.

Palavras-chave: Fronteira, Espaço Social, Comércio, Fluxo

## RÉSUMÉ

Les frontières ne constituent pas de limites naturelles, elles sont, à vrai dire, des représentations symboliques; à mesure que les hommes se mettent en contact, les frontières commencent à définir ses formes et l'espace et le temps deviennent des éléments primordiaux dans la définition de ces formes. Au Nouveau Monde les frontières géopolitiques superposées aux frontières ethniques ont donné les bases pour les contours actuels des Amériques. La frontière Brésil/République Coopérativiste de la Guyane a été défini et redéfini à partir des négociations établies entre les indigènes et les européens tout au long du processus des conquêtes et des colonisations. Le commerce, au début, était vu comme un élément médiateur entre l'indigène et le colonisateur; par le moyen du commerce l'européen a pu exploiter les régions les plus inaccessibles; par contre cette relation entre indigène et colonisateur est devenue fragile et conflictuelle; le colonisateur, ne considérant que ses intérêts, a subjugué les indigènes. Mais les indigènes ont su changer cette situation; ils ont participé du trafic d'esclaves, ils se sont devenus des marchands, des négociateurs et mêmes des miliciens. À la fin ils se sont devenus des pièces fondamentales dans la détermination des bornes limitrophes entre le Brésil et l'Angleterre. Aujourd'hui ces frontières sont touchées par d'autres types de relations, d'autres choses et d'autres objets; il y a la question ethnique qui est négociée constamment avec la question nationale; il y a la ville de Lethem (GUY), où il y a un commerce de produits venus de la Chine; il y a la ville de Bonfim (BRA), qui offre la main d'oeuvre nécessaire au commerce de Lethem (GUY); il y a aussi le flux quotidien de personnes qui apporte à cette frontière le sens d'espace social transfrontalier.

Mots-clés: Fontinière, Espace Social, Commerce, Flux

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: mapa de Roraima com destaca para as cidades de Boa Vista, Bonfim e Lethem.....	19
Figura 02: Rio Tacutu.....	33
Figura 03: Mapa da região das guianas.....	44
Figura 04: fugitivos do Rupununi em Bonfim.....	51
Figura 05: fugitivos do Rupununi em Bonfim.....	51
Figura 06: Mapa de Lethem.....	57
Figura 07: Mapa da República Cooperativista da Guiana.....	60
Figura 08: Distribuição regional da população da Guiana, 1980-2002.....	61
Figura 09: Mapa do Município de Bonfim.....	64
Figura 10: Avenida São Sebastião (Avenida de acesso a Bonfim).....	66
Figura 11: Mapa da Localização dos Bairros na área urbana de Bonfim.....	68
Figura 12: Placa de Bem Vindo com aviso para dirigir do lado esquerdo.....	73
Figura 13: principal rua do centro comercial de Lethem.....	76
Figura 14: principal rua do centro comercial de Lethem.....	76
Figura 15: caixa d'água.....	78

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
DE LINHAS A ESPAÇOS: NOÇÕES DE FRONTEIRA.....	28
1.1 Fronteiras: um espaço social.....	28
1.2 falando de migração.....	37
HISTÓRIAS CONTADAS: O DESENHAR DAS FRONTEIRAS AO LONGO DO TEMPO.....	42
2.1 controlando "as águas".....	45
2.2 vigiando o rio.....	53
2.3 Uma pequena cidade a beira rio.....	57
2.4 Um padroeiro.....	63
DINÂMICA NA FRONTEIRA OU FRONTEIRA DINÂMICA.....	71
3.1 A cidade de Lethem e o seu Centro Comercial.....	74
3.2 Made in China. Aqui não é o Paraguai! .....	79
3.3 De lugares a não lugares: a dinâmica das relações sociais no fluxo diário de pessoas coisas e objetos na fronteira.....	87
3.4 Coisas e objetos: itinerários diversos?.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS .....	108



## INTRODUÇÃO

Um homem negro, alto, com um boné na cabeça e um tabuleiro seguro apenas por uma alça envolta ao seu pescoço caminhou em minha direção. Parecia que o tabuleiro vinha suspenso no ar, como em um passe de mágica, tocando apenas o seu abdome. A alça se confundia com o tom de sua pele e com a estampa de sua camisa. Trazia entre os dedos de uma mão *freegells*, na outra uma caixinha com partilhas que ao mexê-la fazia um barulho muito peculiar (tipo algo para chamar a atenção da clientela). Era a primeira vez que eu via alguém vender bombons daquele jeito. Aquilo me causou um impacto pois eu tinha dez anos e naquela idade a minha paixão por produtos alimentícios carregados de açúcares já estava declarada. Um detalhe muito importante, do momento em que eu o avistei até o momento em que ele passou por mim, ele não disse uma só palavra, apenas agitava as partilhas e caminhava em ritmo lento. Quando ele lançou os olhos em minha direção fiquei na dúvida se ele trazia em seu rosto uma expressão séria ou cansada. Não demorou muito, eu ouvi uma expressão que se repetiria ao longo de minha vida: *E aí my friend?!*

O ano era de 1994, em seu começo; os primeiros meses do ano em Roraima, como sempre, são caniculares. A estiagem que se arrastava desde o mês de outubro do ano anterior, escondia qualquer possibilidade de chuva e castigava qualquer um com o calor escaldante. Lembro-me bem desse ano! Foi o ano no qual meu irmão considerou-me apto para ajudá-lo em seu empreendimento. Ele não tinha muita opção, estava ampliando os seus negócios e necessitava de uma mão-de-obra barata e que fosse de confiança. O seu braço esquerdo já estava envolvido nesse processo, a esposa. Os outros irmãos já estavam empregados ou tinham outras responsabilidades. Na lista de possíveis ajudantes restavam apenas os dois irmãos mais novos e eu era um desses irmãos mais novos. Ele relutou um pouco, mas aceitou correr o risco.

Na verdade, ele já vinha testando a nossa capacidade de trabalhar com vendas. A nossa primeira experiência foi acompanhá-lo em uma festa que parecia mais um rodeio. Nesse evento nós o ajudamos a vender bebidas (água, cerveja e

refrigerantes). Não ficou tão satisfeito com nosso desempenho, mas gostou da nossa disposição em ajudá-lo sem cobrar qualquer quantia. Não muito tempo depois, começou os convites para passarmos o tempo livre que tínhamos, quando não estávamos na escola, com ele; no meu caso, o período da tarde. Lembro-me de não ter gostado de trocar as minhas tardes de lazer com os meus amigos para acompanhar o meu irmão.

Aquele foi um ano marcante, aconteceria um dos maiores eventos esportivos, a Copa do Mundo de Futebol. Isso se afirmava em cada detalhe verde e amarelo que se via; já havia bandeirolas nas ruas, calçadas pintadas e dizeres do tipo “o tetra é nosso!” e até as latas de cervejas traziam as cores verde e amarelo. Para uma criança que completaria 10 anos no dia 24 de abril, tudo aquilo representava vida, alegria e me dava uma sensação de que iria ganhar algo, de que seria vitorioso. Por outro lado, no mês de maio do mesmo ano, o oposto me tocava. Na verdade, não só a mim, mas a nação inteira. Essa sensação de perda se propagou no primeiro domingo do referido mês, o motivo foi a morte de um dos maiores pilotos de Fórmula 1 do Brasil, Ayrton Senna. Esses acontecimentos cruzam diretamente com a minha existência, pois boa parte dos produtos que eu venderia naquele ano teria estreita relação com o evento de futebol e, posteriormente, com o falecimento do referido piloto.

A Copa do mundo ainda não havia começado, mas o ano e o meu mundo já tinham as cores: verde e amarela. Em Abril meu aniversário, maio a morte tocava a nação e junho iniciaria o campeonato mundial de futebol, essa sequencia me ajudou a fixar em minha memória outros acontecimentos que hoje tem conexão com a minha vida acadêmica. Neste sentido, essa recordação vem à tona na tentativa de dar conta do meu primeiro contato com um “outro” que contribuiu para o surgimento de indagações com teor científico que, *posterior*, me perseguiu até esta fase de pós-graduação.

De certa forma, tudo isso traz clareza para a minha relação com o meu objeto de pesquisa; creio que tudo isso faça parte daquilo que Damatta (2000) chamou de aspectos *extraordinários*. Sei que o referido autor coloca isso para o momento do trabalho de campo, no qual o iniciante se depara com situações que não estão discriminadas nos manuais ou que não são explicitadas nas obras etnográficas.

Contudo, considero esses aspectos *extraordinários* quando o mesmo autor revela que só há antropologia a partir de um “outro exótico” e que, atualmente, esse “outro exótico” pode ser um familiar.

Aquele homem negro, apesar de exótico, passaria a compor o meu quadro de coisas familiares. À medida em que o meu mundo de trabalhador ambulante ia se confirmando, o meu contato com o “outro” se tornava frequente. De repente, quando dei por mim já saía da minha boca: *E aí my friend?!* Ao logo dos meses descobri que esse termo valia para todos os afroguianenses e indoguianenses. Antes de ir trabalhar com meu irmão, eu me lembro que meu pai costumava dizer que tinha ido beber no bar do *my friend*, na época não fazia nenhum sentido para mim. Contudo, depois passou a ter sentido, principalmente, quando usava outros adjetivos: bar dos negões, bar dos pretos, bar dos ingleses.

De certa forma, esse bar evidenciava a presença dos guianenses em Boa Vista, sobretudo, na área central da cidade, pois no final da tarde, como meu próprio pai relembra “ali ficava cheio de negão”. Fui visitar esse bar muito tempo depois e já não era tão frequentado assim por guianenses. Na época, eu estava fazendo a pesquisa para a elaboração do meu TTC de graduação. Lembro-me que o dono era um guianense, com características indianas, e que ele não se sentiu a vontade para dar-me quaisquer informações referentes aos guianenses em Boa Vista, tema da minha pesquisa de graduação em ciências sociais.

Voltando a minha vida de camelô, o meu irmão contava com três pontos de vendas: o primeiro no terminal central de ônibus, o segundo na feira do Produtor e o terceiro na feira do Garimpeiro, que era aberto somente nos dias de domingo por se tratar de uma feira de rua que bloqueava o trânsito. Eu trabalhei nos três pontos, iniciando no terminal de ônibus, o qual era mais movimentado. Todos os ônibus que faziam a linha do perímetro urbano passavam obrigatoriamente por esse terminal, haja vista que a integração se dava nesse ponto; os alunos das várias escolas públicas e privadas, domésticas e trabalhadores do comércio em geral, passavam por ali. Na época não havia a figura do taxi-lotação, que hoje competem por passageiros com os ônibus.

Aquele cenário tornava-se o melhor lugar para a venda das mais variadas bugigangas *made in China*, que chegavam para nós via porto de Manaus. Meu irmão viajava para aquela cidade uma vez por mês para comprar os produtos que abasteciam as nossas barracas: cadeados, enfeites para cabelo, pilhas, fósforo, fitas cassetes virgens, canivetes, adesivos infantis etc., além de faixas, chaveiros, pulseiras, canetas e bandeirolas com a temática da copa do mundo e com a imagem do Ayrton Senna. Vale lembrar que a febre das compras de produtos importados na Venezuela e na Guiana ainda não estava em alta mas não era difícil encontrar produtos de massagens corporais e bicicletas advindas desses países, mesmo porque o mercado de trabalho informal também compreendia estrangeiros das mais variadas nacionalidades, fazendo esses, o trânsito de mão dupla e tendo presenças frequentes os venezuelanos, os peruanos, os colombianos e os guianenses, evidenciando assim, a realidade de fronteira na qual o estado de Roraima (está) estava inserido.

Neste contexto variado de nacionalidades a clientela era diversa e apresentava a riqueza da composição da população do estado. O principal produto das nossas vendas agradava, principalmente, os migrantes da região do nordeste brasileiro e os indígenas. Isso era mais evidente no segundo ponto de venda, localizado na Feira do Produtor<sup>1</sup>. Numa época em que o disco de vinil não despertava mais o interesse dos apreciadores de música, os toca-fitas impulsionavam a venda de fitas cassetes, fossem elas virgens ou gravadas. Abertamente, o nosso ramo comercial era de fitas piratas. No início nós comprávamos as fitas já gravadas e revendíamos, mas diante da procura por nossas fitas cassetes, começamos a reproduzi-las durante a noite para vendê-las durante o dia. Meu irmão comprou uma máquina que regravava mais de 10 fitas de uma só vez; precisávamos apenas de uma matriz (uma fita original) e pronto, na manhã seguinte tínhamos mais de cinquenta cópias de cada matriz.

Nós tínhamos as nossas artimanhas para vender; quando víamos a aproximação de algum indígena, nós colocávamos para tocar um forró ou um brega,

---

<sup>1</sup> Prédio construído pelo ex-governador de Roraima, Ottomar Pinto, em meados da década de 90 do século passado, para o escoamento da produção rural de Roraima. Contudo, a feira já existia em outra localidade. Conforme informações concedidas pelo ex-governador, Getúlio Cruz, a feira funcionava no Bairro São Pedro, na Av. Villy Roy e teve seu endereço mudado quando da construção do Prédio no Bairro Mecejana, na Av. Glaycon de Paiva.

tipos de músicas que na época agradavam bastante este público. Na verdade, eles eram os maiores compradores dos nossos produtos: lanternas, pilhas, pentes, óculos, extensões elétricas, guarda-chuvas, entre outros. Outro público-alvo era formado por nordestinos que se encantavam quando colocávamos para tocar aquele “forró bem das antigas” ou repentes.

Em todos esses pontos de vendas nós cruzávamos com vendedores guianenses, particularmente, indo e afroguianenses, vendendo desde produtos de *bonbonnière* a bebidas. No terminal central de ônibus e na feira do Garimpeiro conheci dois vendedores guianenses que possuíam pontos fixos. Esses dois vendedores guianenses eram indoguianenses, termo usado na classificação da população de descendência indiana, adotado naquele país. Todavia, o termo empregado no cotidiano é o *coolie*. Algumas pessoas que desconhecem a formação sócio-histórica da Guiana, acreditam que eles sejam o resultado da mistura de várias “raças”, principalmente de negros e índios, por isso a pele negra e os cabelos lisos, duas características que são usadas para identificá-los.

A minha vida de camelô se estendeu até os meus 16 anos. Durante esse período eu não estranhava mais a presença dos guianenses na cidade de Boa Vista porém uma pergunta continuava martelando na minha cabeça: por que morar em um lugar de idioma tão diferente, sujeitando-se a tanto preconceito e discriminação? A pergunta na época, reconheço, não tinha essa elaboração, ela era mais simples: por que mudar para outro país? Nessa pergunta estavam contidos os tipos de relações estabelecidas entre os brasileiros e os guianenses que eu vivenciei. Não entendia como uma pessoa deixava o seu país para viver em outro, sendo ridicularizada, humilhada, discriminada e sofrendo preconceito de cor, idioma e nacionalidade.

As interações que envolviam guianenses e brasileiros tendiam com frequência para as piadas e gozações referentes ao jeito de vestir e de falar dos guianenses. Também eram comuns os comentários preconceitos nos quais os camelôs brasileiros classificavam os guianenses como pessoas perigosas que não deveriam gozar de tanta liberdade. Lembro-me de uma vez em que algumas mercadorias de um camelô foram roubadas; imediatamente a suspeita foi atribuída a um guianense.

A relação entre os camelôs brasileiros e guianenses era, aparentemente, amistosa e agradável apesar de sempre existir uma relação de tensão e de desconfiança entre os dois lados. Diante dessa tensão e desconfiança, a postura do guianense era a de manter-se sempre sério, evitando assim algum entendimento distorcido por parte dos brasileiros. Um exemplo claro dessa situação é o que foi relatado por João que ainda não tinha um conhecimento da língua portuguesa:

Eu cheguei aqui em uma época que vinha um cara com uma criança muito bonita. Rapaz, eu disse “será que eu pode mexer com ela”, eu não dizia era nada, nem português mesmo, aí eu disse “aí menina” e o cara “hi!”, aí eu não entende o que ele falou, aí “hi, hi, hi”, puxou o filho dele e deu uma marcação doido comigo, aí eu senti o maior preconceito ali (sic) (João, junho de 2006)<sup>2</sup>

No final do ano de 2002, não foi só o Luiz Inácio Lula da Silva que obteve uma vitória, o Edio Batista Barbosa também teve uma vitória, passou no vestibular. Isso mesmo ! Em 2003 iniciaram-se as minhas aulas no curso de Ciências Sociais e eu não tinha a mínima ideia sobre o fato de que após 2 anos, eu deveria definir qual seria o meu tema de pesquisa. Recordo-me que em uma conversar com o prof. Carlos Cirino, na época responsável pela disciplina Laboratório I, chegamos aos guianenses. Conteí-lhe um pouco sobre a minha experiência e contato com esses sujeitos sociais e de imediato o referido professor manifestou seu interesse pelo assunto, tornando-se o meu orientador e posteriormente meu orientador também no curso de mestrado.

Por meio dessa pesquisa percebi que a desconfiança dos brasileiros era sentida pelos guianenses e repercutia na imagem criada da Guiana em Boa Vista:

[...] É só que não é todo que precisam viver pelo lado sociais, social. Mas olha, é o seguinte o pessoal pensa quando for para Guyana, que Guyana é um país de drogas, que é inadequado, que vem muito maconha de lá e tudo mais, mas é o que você vai procurar. Se você vai em qualquer país e você procurar droga você acha, ate porque aqui em Brasil em todo lugar. Bom, o Brasil para os Guyaneses é um bom lugar, especialmente aqui em Boa Vista e, aceitam muitos guyaneses aqui, porque além desse preconceito que a gente sofre é porque muitos negros guyanês já veio aqui em Boa

<sup>2</sup> João é um nome fictício que dou a um dos interlocutores que entrevistei durante a pesquisa e que serviu como base para a elaboração do trabalho de conclusão de curso intitulado “O migrante guianense negro em Boa Vista/RR”.

Vista/Roraima e fizeram muita besteira. Então, os que estavam de autoridades, eles acham porra que aquele ali é outro! [...] (sic) (João, junho de 2006)

Distanciando-me um pouco da perspectiva de estudar o guianense negro em Boa Vista, voltei-me para a fronteira entre Brasil e a República Cooperativista da Guiana, o que despertou em mim o interesse por estudar as relações dos trabalhadores no cruzamento diário dessa fronteira. Dessa forma, alguns fatores me direcionaram para esse rumo.

Em 2009, foi finalizada e inaugurada a ponte Olavo Brasil Filho sobre o Rio Tacutu, facilitando o fluxo de pessoas e mercadorias entre os dois países. Antes da construção da ponte a travessia era feita por meio fluvial e contava apenas com uma única embarcação para fazer o transporte de veículos, pessoas e mercadorias. Em sua tese de doutoramento, *A ponte imaginária: o trânsito de etnias na fronteira Brasil-Guiana*, Pereira (2005) descreve a realização dessa travessia antes da construção da ponte, destacando o movimento contínuo de pessoas entre a fronteira, principalmente o movimento das pessoas que possuem famílias nos dois lados - da fronteira.

Após a inauguração da ponte, percebi que as mercadorias comercializadas naquele espaço de fronteira tornavam-se mais evidentes nas feiras da capital de Roraima. Dessa observação, o meu interesse deixou de ser o sujeito guianense que migrava para a cidade de Boa Vista e passou a ser a cidade de Lethem<sup>3</sup>. Neste sentindo, o meu foco incidiu sobre o comércio estabelecido naquele espaço transfronteiriço e as novas dinâmicas sociais que a partir dele surgiam. Não nego porém que o contexto histórico também influenciou a minha escolha, pois o processo de formação da Guiana é muito diferente dos outros países das Américas.

Com um contexto histórico peculiar e sendo uma das nações que compõe a região amazônica, comecei a enxergar este país dentro da lógica da Amazônia enquanto laboratório a céu aberto. Visto dessa forma, percebi que poderia ser feito

---

<sup>3</sup> “Lethem está às margens do Rio Tacutu, a composição espacial da cidade lembra uma vila não muito habitada; muitos terrenos baldios separam as casas residenciais e comerciais. A cidade de Lethem possui uma população de aproximadamente dois mil habitantes. Do ponto de vista étnico, a predominância é dos negros, seguida dos indo-guianenses e indígenas” (PEREIRA, 2006, 216).

um estudo que explorasse as suas especificidades. Ressalto que já foram feitos alguns trabalhos como a tese de Pereira (2005) acima citada, alguns artigos sobre a relação entre índios e não índios naquela fronteira, produzidos por Baines (2003) e a tese de doutoramento de Silva (2008), a Revolta de Rupununi: uma etnografia possível.

A cidade de Lethem não fica distante da cidade de Boa Vista. Apenas 125 km separam as duas cidades. Do lado brasileiro, Lethem tem como cidade vizinha, Bonfim. Aproveitando esta proximidade, fiz uma visita de campo antes de ir cursar os créditos restantes das disciplinas do Mestrado Interinstitucional em Antropologia, promovido pela UFPE e UFRR. Pernoitei na cidade de Bonfim e passei todo o dia seguinte na cidade de Lethem.



## Um pouco da pesquisa de campo

Pensando na pesquisa de campo, tentei entrar em contato com um interlocutor que me ajudou na época da minha graduação. Durante essa busca fui informado que ele havia sido preso. Passado alguns dias, por golpe do acaso, nós nos cruzamos na rua. Ele me informou que estava albergado, portanto, saía para trabalhar durante o dia e a noite retornava para a cadeia. Combinamos que eu o visitaria no dia em que era permitido – domingo, dia de visitação. Todavia, ele me avisou que eu deveria ir antes à Penitenciária<sup>4</sup> para fazer um cadastro, pois só assim seria consentida a minha visita.

No dia 05 de dezembro de 2012, eu fui a penitenciária fazer o meu cadastro. Cheguei às 11:30 e em menos de 30 minutos já estava de volta a meu carro. Lembro-me que tive que passar, primeiramente, pela guarnição. Lá dentro eu me despi, ficando apenas com a roupa de baixo, enquanto um policial examinava o meu traje; o mesmo procedimento aconteceu no dia da visita. Apostando todas as minhas fichas nesse reencontro, a empolgação tomou conta de mim. Estava muito entusiasmado com a possibilidade desse reencontro me abrir as portas e janelas que encontrei fechadas na visita que fiz a Lethem no mês de julho de 2012.

Lembro-me de ter passado um final de semana prolongado em Bonfim e de não ter progredido praticamente nada em minhas pesquisas. As informações eram repetitivas; os mesmos dados que eu já havia colhido em janeiro de 2012, em apenas dois dias, se repetiram durante quatro dias. Sentia que as pessoas me evitavam, gerando um ar de desconfiança. Ao contrário daquela sensação que Geertz (1978) sentiu ao se achar aceito na vida social daquele povo, por meio da fuga que empreendeu ao ser descortinada a briga de galos pelas autoridades. Eu me sentia solitário como Malinowisk (1976) nas ilhas de Trobriand e distante dos meus “outros” como Evans-Pritchard (1993) ao não lhe ser permitido sua presença direta na vida social dos Nuer.

Eu não nego que as palavras de Peirano (1992, p.6) me atingiram certamente a consciência quando ele afirma que “nós, brasileiros, menos

---

<sup>4</sup> A Penitenciária Agrícola de Monte Cristo está localizada na BR 174, na zona rural de Boa Vista.

ortodoxos, mais inclinados à improvisação, enquanto isso fizemos pesquisas-relâmpagos, nas férias ou nos fins de semanas, sem culpa e acreditando que a criatividade poderia superar a falta de disciplina e a carência de *ethos* científico. Eu me sentia muito culpado por não dispor de tempo para romper esse ar de desconfiava que enchia os meus pulmões, pois sabia que a minha pesquisa assumiria o formato de visitas de finais de semana e isso me empurrava para um quase apocalipse da pesquisa.

O reencontro com o interlocutor era a luz no fim do túnel. E o brilho dessa luz era tanto que me fazia ouvir vozes que me diziam que, se a permanência em campo era curta, eu deveria aproveitá-la ao máximo. Essas vozes ecoavam em minha cabeça advindas das aulas de “Metodologia e Técnicas de Pesquisa Antropológica” e “História e Teoria Antropológica II”, nas quais os professores das referidas disciplinas afirmavam que a longa estada em campo, as vezes, não representava uma excelência na coleta de dados ou na compreensão daquela realidade estudada. O que imperava era o olhar que seria lançado sobre os dados e não a permanência em campo, pois por maior que fosse a estadia, ainda assim o trabalho seria apenas um recorte daquela realidade estudada. Juntamente com tudo isso, ecoava em meus ouvidos a importância da metodologia pois desde cedo eu deveria ter a plena certeza de que, nem de longe, eu estaria fazendo uma etnografia no estilo clássico; eu poderia estar empregando alguns meios como a observação, o caderno de campo, as conversas, mas eu não estaria praticando a dita etnografia. Consciente disso, eu parti para a minha visita à penitenciária.

Na noite anterior à visita, a ansiedade era tamanha que me impossibilitou de dormir plenamente. Além de eu ir para a cama altas horas da madrugada, eu acordei por diversas vezes. Revisei o meu material de pesquisa várias vezes, caneta, lápis, caderneta, gravador e foi quando eu me dei conta de que não seria permitido o uso de nenhum daqueles instrumentos. Do ponto de vista de um aprendiz de antropologia eu me senti nu. Consternado, mas não menos ansioso, terminei de me arrumar. Entrei no meu Ford K, ano 1997, e fui rumo a penitenciária de Monte Cristo. Na estrada, eu não sabia se o medo me tocava pelo fato de está indo visitar alguém, pela primeira vez, no presídio ou pela possibilidade do meu carro velho quebrar bem

no meio do percurso - no dia anterior o carro já havia apresentado problemas na partida, coisa que se repetiu naquela manhã.

Durante a madrugada sem sono, eu elaborei um pequeno roteiro para me ajudar na conversa. Como eu já conhecia um pouco da história desse interlocutor, imaginei focalizar o meu roteiro no seu primeiro contato com o Brasil, período no qual ele morou em Lethem e trabalhou no Brasil. Eu já havia colhido essas informações na época da minha graduação. Nesse novo encontro com o interlocutor eu gostaria de aprofundá-las e buscar mais detalhes. Porém, esse novo encontro não transcorreu da forma como eu imaginei.

O interlocutor era o mesmo que eu já havia entrevistado várias outras vezes durante o ano de 2008 e com quem mantive contato nos anos posteriores. As entrevistas passadas se deram em um lugar totalmente diferente e com outras necessidades e preocupações. A situação na qual ele se encontrava, no momento desse novo contato, fazia com que ele mantivesse outra postura, fato que eu não percebi quando o encontrei na rua. Primeiramente ele relatou a sua história me explicando como ele havia chegado àquele estado; argumentou que houve injustiça e preconceito no seu caso. De certa forma, a história foi uma introdução para os favores futuros que ele me solicitaria.

A visita durou mais de duas horas. Mesmo tentando usar o roteiro que fui obrigado a decorar pois não me permitiram levar nem lápis e nem caderno, não consegui obter nenhuma informação referente ao período em que ele morou na fronteira. Todavia, nem tudo estava perdido. Ele se prontificou a me apresentar a alguns guianenses que moravam na cidade de Lethem e trabalhavam em Bonfim, assim como os lojistas guianenses que contratavam mão de obra brasileira.

Com a pouca experiência que eu havia adquirido durante a pesquisa de campo que eu havia feito no período de minha graduação, eu sabia que o primeiro encontro serviria principalmente para se estabelecer uma aproximação com o interlocutor. Ainda assim, eu saí um tanto consternado com o resultado daquele reencontro, sentindo que a luz no fim do túnel estava se apagando. Na verdade, aquilo que eu acreditava ser uma bela oportunidade para a minha pesquisa de campo deslanchar foi mais uma perturbação de ânimo. As duas outras visitas à

penitenciária, assim como os três outros encontros que se deram nas ruas, resultaram em nada. Mais uma vez eu me via em uma situação de pesquisa na qual eu não progredia, mais uma vez eu sentia o monstro da frustração me perseguindo; e para agravar o meu estado de desencantamento, não fui apresentado a nenhum lojista ou trabalhador pelas mãos desse interlocutor. Dessa forma, antes de visitá-lo pela terceira vez, eu fui para cidade de Lethem.

Em janeiro de 2013, mesmo com todas as dúvidas, aflições e frustrações acumuladas, eu decidi retornar a cidade de Lethem. Fui com a determinação de que observaria o suficiente para me dar base para qualquer atitude futura. Foi o que eu fiz. Nessa observação eu pude ter um contato direto com todo o comércio central de Lethem à exceção da loja *Stong* que fica mais afastada das demais, quase no final da rua. Admito que essa visita seguiu aquele perfil meteórico, do qual fala Peirano (1992). Essa observação se sucedeu em apenas um dia.

No décimo dia do primeiro mês do ano (2013), o táxi partiu rumo à cidade de Lethem, poucos minutos antes das 8 horas. Antes de darmos início a viagem, eu tentei manter uma interação com o motorista mas estava tão ansioso que as minhas perguntas soaram secas e diretas, a ponto da conversa cessar antes de começar. Fiquei um tanto frustrado e pensativo: como eu conseguiria informações mais específicas se eu não conseguia nem manter uma conversa informal com o motorista? E nesse momento me vi invadido por pensamentos negativos sobre a minha capacidade ou não de coletar dados para minha pesquisa.

Por ficar tão preso aos meus pensamentos cheguei a dormir. No som do carro tocava um cd de músicas gospel que falava sobre a situação do meio ambiente e como o ser humano afetou a natureza a ponto de nos levar ao fim do mundo, o mesmo que reza a bíblia. Essa canção era também ouvida pelos três outros passageiros do táxi. Esses passageiros eram: uma moradora da cidade de Bonfim, retornando depois de passar alguns dias com sua mãe que se encontrava doente na cidade de Boa Vista; duas moradoras da cidade de Caroebe<sup>5</sup> que foram para Boa Vista apenas com a intenção de pegar uma condução para Lethem. Essas duas passageiras seguiram viagem comigo até Lethem.

---

<sup>5</sup> Caroebe é um dos quinze municípios que compõe o estado de Roraima e está localizado no sudeste do estado.

Como o meu objetivo era ir para a cidade de Lethem, não fiz parada em Bonfim, fui deixado lá dentro. Quando se diz “deixar lá dentro” o motorista cruza a ponte de 230 metros que está sobre o Rio Tacutu e passa pelo posto de fiscalização guianense. Esse serviço custou R\$ 25,00<sup>6</sup>. Após este posto os passageiros têm que descer e tomar uma condução (táxi) daquele país que cobra R\$ 5,00 reais por pessoa. O passageiro é deixado, de acordo com o seu desejo, em qualquer parte do centro comercial. Optei por ficar no início da rua principal, percorrendo-a até a rotatória. Nessa rotatória, que representa o final da rua principal, originam-se dois caminhos opostos: o caminho da esquerda, que dá acesso ao aeroporto da cidade, e o caminho da direita, que dá acesso a área de residências e também a loja mais afastada, a “Strong”.

Durante este percurso eu observava e conversava com as pessoas. Entrei em cada uma das lojas, tentando identificar os trabalhadores brasileiros. Quando era possível eu fazia alguma pergunta ou comentava o valor de algum produto. Em algumas lojas eu consegui estabelecer uma conversação mais duradoura com os vendedores. Essas conversas funcionaram como um termômetro para medir em que grau estavam as minhas primeiras observações e informações coletadas em janeiro de 2012. Pude constatar que, de fato, os brasileiros são absorvidos pelo comércio de Lethem e que essa mão-de-obra advém basicamente de Bonfim.

Em março de 2013, eu retornei para a fronteira Brasil/Guiana. Dessa vez não passei direto para Lethem. Como estava programado para passar quatro dias, primeiramente montei o meu acampamento em Bonfim. Ainda no mesmo dia fui a cidade de Lethem. Nessa ida tive a oportunidade de conhecer uma moradora de Lethem que me fez um breve histórico das mudanças que ocorreram no comércio e de como a ponte sobre o rio Tacutu teve importância nesse processo. Ao final dessa conversa percebi o quanto foi proveitosa a visita que eu havia feito a cidade de Lethem no mês de janeiro (2013), pois essa visita me rendeu alguns contatos os quais eu procurei posteriormente para aprofundar a minha conversa, assumindo essa, o formato de entrevista.

---

<sup>6</sup>

Equivale a 4% do salário mínimo praticado no período, ou seja, R\$ 678,00 reais.

Entrevistei a vice-diretora de uma escola estadual mas por motivos éticos eu não identificarei a instituição e não citarei o nome dessa pessoa. Conversei com a administradora de uma unidade de saúde municipal que explicou-me como os guianenses fazem uso dos serviços públicos. Dois moradores de Bonfim, um homem e uma mulher, que trabalham em Lethem, me concederam alguns minutos para que eu pudesse entrevistá-los; ele me concedeu a entrevista fora do horário de expediente; com ela a entrevista se deu em seu local de trabalho. No mais, muitas conversas que foram parar no meu caderno de campo.

A pesquisa assumiu, na verdade, esse formato de conversas. Fiquei em uma situação que me impedia de entrevistar os trabalhadores nas lojas pois esses estavam em seus respectivos ambientes de trabalho. Por outro lado, quando combinava um encontro com esses trabalhadores/interlocutores, eu não tinha a plena certeza de que eles apareceriam ao encontro combinado. Eu até entendia essa incerteza dos encontros visto que a maioria desses trabalhadores tinham/têm uma longa jornada de trabalho; eles trabalham de segunda a segunda, durante todo o dia. Diante desse fato optei então por adotar o formato de conversa. Logo que terminava de conversar com algum interlocutor, eu registrava as informações no meu caderno ou caderneta de campo<sup>7</sup>.

Contudo, essas conversas não deixaram de ser entrevistas. Digo isso pois segui um roteiro que norteava para as questões consideradas importantes para a pesquisa. Temas como trabalho, moradia, lazer, relações entre brasileiros e guianeses, apareciam de uma forma ou de outra. Quando percebiam que estavam sendo interrogadas, algumas pessoas paravam a conversa e saíam. Muitas dessas pessoas não se sentiam à vontade ao saber que suas observações sobre alguma coisa estavam sendo anotadas. Vale dizer que eu me apresentava e explicava do que se tratava a minha pesquisa; de início muitas pessoas concordavam em contribuir com as informações mas em seguida desistiam de prosseguir. Para as pessoas que aceitaram gravar entrevista, eu pedi para que elas assinassem o termo de consentimento para o uso de imagem e voz. Considerando todos os que

---

<sup>7</sup> Faço essa diferenciação entre caderno e caderneta de campo, pois em alguns momentos foi necessário atravessar a fronteira apenas com aquilo que cabia nos bolsos da minha bermuda; nesses momentos o uso da caderneta era mais prática.

contribuíram diretamente com informações, eu entrevistei uma média de 25 pessoas. Outra forma de obter as informações foi a coleta *in lócus*, por meio da observação.

Neste sentido, os dados foram coletados com base em entrevistas e observação de campo. Inicialmente os interlocutores foram escolhidos aleatoriamente; posteriormente, por indicação. Eu não busquei trabalhar com um demonstrativo baseado em amostragem. Dessa forma, eu não defini um limite mínimo ou máximo de entrevistas. Quanto as observações, elas foram efetuadas a partir das visitas que fiz a cidade de Lethem e Bonfim. Foram seis visitas, perfazendo um total de 18 dias. Anterior a esta fase eu fiz uma revisão da literatura referente às questões de fronteira e migração e que tratavam sobre essa região, observando principalmente o contexto histórico.

As poucas visitas e a curta permanência em campo estão diretamente relacionadas com situação financeira na qual se encontrava o pesquisador. A proposta inicialmente era de se fazer uma etnografia, na qual eu acompanharia ou até assumiria a função de trabalhador no comércio de Lethem. Contudo, esse tipo de pesquisa demandava tempo e dinheiro, duas coisas que eu não possuía. Por se tratar de um Mestrado Interinstitucional, a única bolsa de estudos que recebi foi para me manter durante três meses na cidade, na qual estava localizada a Universidade promotora, ou seja, Recife – PE. No primeiro semestre, para me manter, ao mesmo tempo em que cursava as disciplinas trabalhei como professor substituto na UFRR. No segundo semestre viajei para Recife. Passei o terceiro semestre, praticamente, todo sem nenhuma renda. Já no quarto semestre consegui uma vaga em uma pesquisa e desde lá vivo por meio desse tipo de bolsa que não chega a um salário mínimo. Isso repercutiu diretamente na conclusão desse trabalho.

No primeiro capítulo desta dissertação, optei por fazer uma discussão sobre noção de fronteira e migração, com o intuito de indicar a referência que usei para fundamentar esse trabalho. Nesta secção, emerge a noção da fronteira como um espaço social transfronteiriço.

No segundo capítulo, expus o contexto e a história em que está inserida essa região e de como as fronteiras entre Brasil e Republica Cooperativista da Guiana

foram sendo desenhadas e redesenhadas ao longo do tempo. Neste capítulo, evidenciei as relações estabelecidas entre os diversos grupos no período da conquista e da colonização, principalmente, da Guiana; e de como essas relações contribuíram para a definição das fronteiras geopolíticas entre esses dois países.

Por fim, no terceiro capítulo, procurei tratar do espaço local dando ênfase ao fluxo de pessoas e mercadorias e atentando para as dinâmicas das relações entre clientes, patrões e trabalhadores estabelecidas nas cidades de Bonfim (BR) e Lethem (GUY). Nesta fase, destaco o comércio na cidade de Lethem como elemento fundamental que contribuiu para o fluxo diário naquela fronteira.

## DE LINHAS A ESPAÇOS: NOÇÕES DE FRONTEIRA

### 1.1 Fronteiras: um espaço social

Fronteira não se resume apenas a um espaço físico que separa alguma coisa de outra coisa, muito menos a uma linha impressa no mapa que indica limite entre estados nacionais. Pode ser que, durante certo tempo, para algumas disciplinas e áreas de conhecimento, esse entendimento tenha bastado. Contudo, hoje os estudos (GRIMSON, 2005; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005; CARMONA, 1996; CARVALHO, 2006; FAULHABER, 2001; MARTINS, 1997) apontam para uma compreensão que leva em conta a fronteira enquanto um espaço social, de interações e relações entre os diferentes indivíduos, grupos e estados. Entretanto, começaremos com a fronteira na concepção de limites.

Essa situação é possível ser visualizada no trabalho de Sprandel (2005), quando a mesma tenta listar todos os trabalhos sobre fronteira e limites produzidos no Brasil a partir da Proclamação da República, em que carregam como título “Limites do Brasil” ou “Fronteiras do Brasil”. Nos quadros demonstrativos, ao reservar uma coluna para a categoria profissão, a referida autora clarifica quem escreveu sobre a temática em questão: diplomatas, militares, políticos, historiadores, geógrafos, professores de geografia e história, sociólogos e juristas. Dessa forma, observa-se um tendência em caminhar para uma idéia de limites geopolíticos. Diante disso, a definição de fronteira dependerá da perspectiva disciplinar e política em que ela será tratada, pois como informa Faulhaber (2001, p.105), “a fronteira é conceituada a partir de abordagens disciplinares distintas”.

Martin (1992), um dos autores que, no Brasil, comumente é citado quando se trata de fronteiras, apresenta em sua obra, “Fronteiras e Nações”, um conceito interligado com o surgimento das nações, pelo menos no período que ele considera como moderno<sup>8</sup>. Para tanto, toma como referência o Tratado de Westfália “como marco inicial na constituição de um sistema „moderno” de fronteiras na Europa Ocidental [...], portanto desde essa época, a „problemática das fronteiras” confunde-

---

<sup>8</sup> Martin (1992) diz que “por „moderno” entenda-se aqui um tipo muito particular de centralização do poder político cuja base social é representada pela „nação” (p.36).

se com a questão das nacionalidades” (p. 35-36). Contudo, o enfoque que Martin (1992) privilegia o geográfico, apesar de considerar outros três: jurídico, econômico e político. Nesta direção, o mesmo autor assevera que, “todas as fronteiras são construções humanas, na medida em que são os grupos humanos que atribuem a esse ou aquele acidente geográfico a condição de divisão entre um espaço conquistado e outro não” (MARTIN, 1992, p.40). Mendonça (2005), por sua vez, diz que quando se estuda fronteira, principalmente as nacionais, pode-se dividir-las em duas vertentes: a estática ou a dinâmica. A fronteira estática segue a lógica da delimitação entre dois territórios nacionais, impresso de forma exata nas linhas dos mapas, por isso, também é conhecida como fronteira linear, assim sendo, “a idéia de *fronteira estática* está profundamente ligada à territorialidade de um Estado” (p. 117-118) (grifo do autor).

Por outro lado, a concepção de fronteira dinâmica remete a idéia de espaço social transfronteiriço proposto por Marcano (1996) em sua tese de doutorado “La construcción sociales transfronteirizos entre Santa Elena de Uarién (Venezuela) y Villa Pacaraima (Brasil)”. Nesta, as fronteiras nacionais são pensadas a partir da permeabilidade de pessoas, coisas e objetos. Assim, a gasolina comprada na cidade de Lethem por brasileiros e o gás comprado na cidade de Bonfim por guianenses traduz bem essa permeabilidade de coisas e objetos.

Por ora, utilizando um exemplo não muito convencional para as ciências sociais, Augé (2010a) tira da geometria as formas que, na sua lógica, dão contornos ao o espaço social. Para ele, as formas elementares do espaço social estão expressas na linha, na interseção das linhas e no ponto de interseção. Para uma linguagem mais antropológica, o autor chama de,

itinerários, eixos ou caminhos que conduzem de um lugar a outro e foram traçados pelos homens e [...] em cruzamentos e praças onde os homens se cruzam, se encontram se reúnem [...] construídos por certos homens e que definem, em troca, um espaço e fronteiras além das quais outros homens se definem como outros, em relação a outros centros e outros espaços (AUGÉ, 2010a, p.55).

Mais adiante esse enunciado ficará mais claro quando apresentarei o conceito de lugar antropológico que Augé (2010a) define para contrapor aos “não lugares”, espaços que são o suporte do fenômeno que ele chama de supermodernidade<sup>9</sup>.

Ainda se aproximando do conceito de Marcano (1996), a definição de trânsito transfronteiriço que Pereira (2005) apresenta ao estudar a fronteira Brasil e Guiana, corrobora com a idéia de permeabilidade, pois segundo a autora,

O cotidiano da vida na fronteira revela que há uma travessia diária e contínua de pessoas e mercadorias sobre as águas do rio Tacutu a qual denominei de trânsito transfronteiriço, porque envolve sujeitos sociais dos dois Estados-nação aqui em estudo, o Brasil e a Guiana. Esse trânsito transfronteiriço constitui-se de inúmeros empréstimos culturais entre os sujeitos que os produzem e aos poucos vão remodelando os aspectos históricos e sócio-culturais da região de fronteira (PEREIRA, 2005, p.)

Essa travessia diária da qual Pereira (2005) fala, não deixa de ser os itinerários ou caminhos que Augé (2010a) usa para evidenciar o espaço social. Digo isso porque durante a pesquisa de campo, por cerca de 50 minutos, eu percorri um caminho que os trabalhadores e moradores da fronteira Brasil e Guiana, que não tem veículos motorizados, fazem. Foi por meio de conversas e entrevistas que cheguei as “trilhas transfronteiriças”. Como afirma Cardoso de Oliveira (2000), não basta somente o olhar, ele tem que estar vinculado ao ouvir. Isso foi definitivo para conhecer essas trilhas construídas socialmente.

Eu já havia visitado Lethem várias vezes e não tinha dado conta dessa particularidade do percurso feito pelos sujeitos dessa região de fronteira. Certo dia, revendo as minhas observações na caderneta de nota e no diário de campo, verifiquei que, ao informarem que a travessia se dava a pé ou por bicicleta, os trabalhadores diziam pegar um atalho. Fiquei confuso, pois havia questionado por inúmeras vezes se a travessia de canoa ainda era feita e todos unanimemente diziam que não. Então qual era o atalho se todos passavam pela ponte? Nas quatro noites que passei em Bonfim, no mês de março de 2013, eu obtive a resposta.

---

<sup>9</sup> Para Augé (2010a) supermodernidade é uma situação na qual o mundo atual se encontra, caracterizada por três figuras do excesso: superabundância factual, superabundância espacial e a individualização das referências.

Cheguei a Bonfim no segundo dia do mês, no período da tarde. Vale ressaltar que eu não estava só. Aproveitei uma carona, fui com um grupo de amigos que ia fazer compras. Nós procuramos um lugar para nos hospedar e logo seguimos para Lethem. Como os objetivos eram díspares, me distanciei um pouco do grupo para observar e tentar conversar com algumas pessoas. Oportunamente, quando me sentei à porta de uma das lojas, chegou uma moradora da fronteira<sup>10</sup> e como se diz popularmente “puxou conversa” comigo. Nesse momento, do *ouvir*, eu ainda não tinha a mínima noção de como o processo disciplinador da minha formação acadêmica operava latente em mim. Posteriormente, ao lançar as informações no meu bloco de anotações, vieram à tona as duas faculdades das quais Cardoso de Oliveira (2000) diz se realizar a nossa percepção: olha e ouvir. Nesse momento eu percebi que a pesquisa de campo ganhou forma e se revelou significativa para o meu trabalho, ela estava me possibilitando a recolher informações importantes que dificilmente seriam captadas em textos de terceiros, pois como afirma DaMatta (2000, p.146) “trata-se, basicamente, de um modo de buscar novos dados sem nenhuma intermediação de outras consciências”.

Seguindo o ritmo das conversas cotidianas, a situação climática daquela tarde serviu como ponto de partida: “ai que calor, né?”. Deixei que a conversa fluísse e tentei captar o máximo possível. A conversa foi se desenvolvendo em torno da construção e inauguração da ponte que liga o Brasil à República Cooperativista da Guiana, ligando diretamente as cidades de Bonfim e Lethem. Mas antes, essa interlocutora contou um pouco sobre sua história. A referida moradora informou que a ponte acelerou a ampliação do comércio e a construção de novas lojas, modificando desta forma a configuração da cidade, “as que eram pequenas cresceram e as outras já chegaram grandes [...] Antes da ponte a principal loja era a Strong, porque era a primeira. Agora é a última”. Essa informação é importante na medida em que carrega consigo a alteração dos itinerários.

Voltando a fronteira dinâmica, ela não nega a existência da delimitação geopolítica; “para a fronteira dinâmica a delimitação funciona como um filtro para o

---

<sup>10</sup> Utilizo o termo *moradora da fronteira*, porque a mesma já morou nos dois lados da fronteira. Ela é brasileira, casada com um guianense há 17 anos, já morou em Bonfim e recentemente foi para Boa Vista para os filhos estudarem. Ela passa os finais de semana na casa que estão terminando de construir em Lethem.

contato, influência, a independência e a identificação. É um espaço de migrações ilegais, contrabando e segurança nacional. É um lugar de circulação para indivíduos de universos burocráticos, legais, culturais diversos” (MENDONÇA, 2005, p.119).

Semelhante a divisão apresentada por Mendonça (2005), Pereira (2012) diferencia dois termos que freqüentemente aparecem em trabalhos que tratam de fronteiras: *Border* e *frontier*. O primeiro se aproxima da definição de fronteira estática e o outro, de fronteira dinâmica. A estes dois termos Faulhaber (2001) acrescenta *boundary*, apenas para informar os termos que são utilizados na língua inglesa.

É interessante notar que Certeau (1994), em sua obra “A invenção do cotidiano”, ao distinguir “espaços” de “lugares” faz lembrar esta divisão de fronteira dinâmica e estática. Para o autor, “lugar” estaria relacionado a indicação de estabilidade. Enquanto “espaço” adquiriria um sentido de movimento,

Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar [...]. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade [...]. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. [...] Em suma, o espaço é um *lugar praticado* (CERTEAU, 1994, p.184) (grifo do autor)

A fronteira é apenas “lugar”, enquanto limite que separa. Contudo, se transforma em espaço quando os limites cedem a medida em que as relações e interações entre os grupos acontecem, assumindo este caráter do *lugar praticado*. Para alguns autores como Carvalho (2006), a fronteira, ao mesmo tempo em que separa, também une. No caso a ser estudado, a fronteira entre Brasil e Guiana, a divisão se dá por um rio, o “é só atravessar de canoa”, dito pelos interlocutores, expressam de forma ilustrativa esse duplo: separação e união (ver figura 02). Aqui cabe a noção de fronteira desenvolvida por Barth (1998). Conforme o autor, as fronteiras entre os grupos étnicos não se faz por isolamento, mas pela interação social, mobilidade, contato e informação. Contudo, é importante deixar claro que essa conceituação do autor não tem a ver com a questão do espaço geográfico e eu tento fazer essa aproximação.



Figura 02: Rio Tacutu.

Fonte: Arquivo pessoal, jan. de 2012.

Nesta direção, o espaço físico-geográfico tem que ser entendido a partir dos sentidos que lhe são atribuídos pelos indivíduos e pela coletividade, pensamento esse que aparece subtendido em Certeau (2006), mas explicitamente na obra de Marc Augé (2010) “Não Lugares”.

Tomando Augé (2010a), podemos compreender a fronteira como um lugar antropológico. Conforme o autor, este lugar “é apenas a idéia, parcialmente materializada, que têm aqueles que o habitam de sua relação com o território, com seus próximos e com os outros” (p.54). Para tanto, o autor apresenta três características comuns a esse lugar: identitária, relacional e histórica. Estas três características se mesclam, haja vista que quando um indivíduo nasce, ele nasce em algum lugar que lhe serve como base identitária; por sua vez, ocupa apenas o seu espaço, e se há “o seu espaço” é porque existe espaço de “outros”, sendo assim coexistem elementos distintos e singulares que se relacionam; dentro dessa lógica, a característica histórica reside a medida em que se vive na história (daquele lugar, daquelas relações).

Para Augé o espaço se torna importante não como elemento primeiro de análise, mas como consequência das práticas coletivas e individuais. O espaço é reivindicado pelas coletividades e pelos indivíduos que a elas se ligam como necessidade de se pensar a identidade e a relação. Para tanto, é preciso entender o espaço como uma construção social. Assim assevera Augé (2010a):

Reservamos o termo „lugar antropológico” àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas a qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar [...] o lugar antropológico, é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa (AUGÉ, 2010, p.51).

Neste sentido, para se pensar fronteira, as duas vertentes que foram apresentadas no início dessa seção, não se opõem, elas se complementam: é o geográfico (espaço) que adquire sentido social, assumindo o caráter do *lugar praticado*.

Podemos então afirmar que os indivíduos fronteiriços, devido à prática do deslocamento entre ambos os países, se constituem sujeitos sociais de um processo de circulação e fluxo que repercute na complexidade das zonas de fronteiras, como afirmou Cardoso de Oliveira (2005, p.14):

É assim que em ambos os lados da fronteira pode-se constatar a existência de contingentes populacionais não necessariamente homogêneos, mas diferenciados pela presença de indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes etnias, sejam elas autóctones ou indígenas, sejam provenientes de outros países pelo processo de imigração. Ora, isso confere à população inserida no contexto de fronteira um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sócio-cultural extremamente complexa (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005, p.14).

Cardoso de Oliveira não foi o único a perceber esta complexidade em região de fronteira; Martins (1997), em sua obra intitulada “Fronteira” formula uma definição que tenta dar conta das várias dimensões que compõe esta realidade:

A fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisa: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e

visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano* (grifo do autor) (MARTINS, 1997, p.13).

A relação entre estes dois autores não param por aí. O que para Cardoso de Oliveira (1981) é chamado de contanto interétnico, para Martins, por sua vez, é o resultado desigual nas relações estabelecidas entre o *pioneiro* e *vitima* nas frentes de expansão. Cardoso de Oliveira ao cunhar o conceito de fricção interétnica demonstra que nas fronteiras de expansão as relações entre os sujeitos sociais envolvidos se dão em níveis diferentes. Assim como Martins, Cardoso não dilui os sujeitos sociais, participantes diretos desse contato, no grande caldeirão do desenvolvimento e integração nacional, um pouco daquilo que veremos na obra de Bercker (1991).

No diálogo estabelecido até o momento evidenciou-se a fronteira enquanto um lugar construído por meio de práticas sociais, pautadas nas relações entre indivíduos e coletividades, deixando de forma implícita a presença do Estado nesse espaço e nessas relações.

Em sentido contrário, na obra de Grimson (2005), o Estado aparece de forma evidente, tendo ao lado de nação e fronteira um papel importante na reflexão desenvolvida sobre os processos contemporâneos. De certa forma, o autor dá uma resposta ao pensamento que apregoava o fim das fronteiras internacionais e critica diretamente a postura de não se perceber as populações de fronteiras como relevantes para a construção do estado e da nação. Neste sentido, o mesmo autor diz:

La cuestión contemporánea es cómo las negociaciones identitarias en las fronteras afectan la construcción de nuevos sentidos de la nacionalidad y, a la inversa, cómo las nuevas políticas definidas desde los centros político-económicos transforman la vida cotidiana y la experiencia de las poblaciones locales [...] que las poblaciones fronterizas pueden ser tan importantes en la construcción del estado y de la nación como las zonas consideradas centrales (GRIMSON, 2005, p. 22-23).

Por outro lado, Faulhaber (2001) ao distinguir algumas concepções sobre fronteira, traz à tona a participação direta do Estado em duas: geopolítica e frente de expansão. Na primeira, o Estado pode ser visto de uma perspectiva externa,

atendendo as relações entre Estados nacionais separados territorialmente por limites físicos; na segunda, o Estado pode ser visto de uma perspectiva interna, do Estado que se move do centro para a periferia no processo de ocupação do seu próprio território, associado a inserção desses novos espaços no sistema capitalista.

Bercker (1991), de forma elucidativa, apresenta a Amazônia dentro da lógica da fronteira de expansão, destacando a singularidade dessa região, que ora não se enquadra na perspectiva de movimento de produtores familiares que Turner presta a fronteira dos EUA, do sec. XIX, e nem tão pouco as frentes pioneiras do Centro-Sul do Brasil, do sec. XX (FAULHABER, 2001). Para a mesma autora, o conceito de fronteira muda no tempo e a Amazônia está inserida nesse novo tempo, “a fronteira no final do século XX tem novas feições por se expandir num novo patamar de integração nacional, com mercado em grande parte unificado e sob comando de uma nova dimensão dos capitais envolvidos” (BERCKER, 1991, p.10). Desse modo, a referida autora destaca que o singular dessa fronteira reside em três características: (a) já nasce heterogênea; (b) já nasce urbana; (c) o governo federal participa efetivamente no planejamento e investimento infra-estruturais.

Isso é importante, pois a cidade de Bonfim nasce a partir de uma série de medidas estratégicas que são fomentadas por um programa nacional do governo militar. Vale ressaltar que antes de ser decretado município, Bonfim já possuía uma infra-estrutura para atender os moradores, como se pode ver no Jornal “Boa Vista”, no ano de 1977, ao noticiar a inauguração do hospital do Bonfim, “o hospital entregue ao Governo do Território, tem capacidade para 20 leitos, dispõe de completa sala cirúrgica e de todo um sistema de apoio para qualquer intervenção de urgência, sendo inclusive, equipado com uma moderna unidade de Raio-X” (JORNAL BOA VISTA, 01 de janeiro de 1977).

Essa frente de expansão na Amazônia traz consigo um movimento de população dentro das fronteiras brasileiras, nos levando para a próxima seção, pois se configura como um tipo de migração: a interna.

## 1.2 Falando de migração

Para alguns autores, a discussão sobre migração traz em seu bojo o paradoxo do multidisciplinar. Acertadamente não há um entendimento entre as várias formas de se perceber esse processo. Neste sentido, não existe uma única teoria que consiga dar conta desse fato social, haja vista que cada fluxo migratório é diferente de outro e que há uma gama de aspectos que podem ser abordados. Demartini (2005, p.88) assevera que “são várias as opções e abordagens que se apresenta aos estudiosos, sendo difícil explorar em único estudo todas as dimensões de um fluxo migratório”.

Para Castiglioni (2009) a heterogeneidade de abordagens apresenta-se como uma das dificuldades do estudo na formação de uma teoria geral. Por isso, a referida autora considera praticamente impossível tal façanha. Contudo, não despreza a possibilidade de perceber similaridades, regularidades e repetições nos comportamentos migratórios. Dessa forma, migração não deve ser compreendida dentro de um quadro fechado e acabado em si mesmo.

Nessa direção, alguns autores apresentam definições e entendimentos sobre a migração que ora podem se complementar ou se contradizer. Por exemplo, para Rocha-Trindade (1995), a migração abrange tanto o ato da partida quanto o da chegada. Não define apenas aquele que entra em outro país por meios diversos e se estabelece, mas também aquele que deixa para trás lugares, espaços e pessoas que compunham a sua realidade anterior.

Não distante da definição acima, Sayad (1998) entende a imigração<sup>11</sup> não apenas como um deslocamento de pessoas no espaço físico, mas como um processo que agrega mais elementos, ou melhor, um deslocamento de “espaço qualificado” politicamente, economicamente, culturalmente e socialmente. Essas duas são as concepções mais modernas sobre migração, considerando o campo das Ciências Sociais.

---

<sup>11</sup> Vale ressaltar que usamos a palavra imigração devido o autor usá-la. Contudo, seguíamos a orientação de Rocha-Trindade (1995), na qual informa que no termo migração já está contido a noção de imigração e emigração.

Para uma definição clássica de migração, as diversas literaturas sobre o tema utilizam-se do artigo de Everett Lee (1980) intitulada “Uma teoria sobre a migração”<sup>12</sup>, na qual o autor desenvolve a sua argumentação com base em uma obra publicada no final do século XIX, que tem como autor o alemão Ravenstein. Posteriormente, falaremos um pouco mais sobre a obra. No momento nós nos deteremos na definição de migração elaborada por Lee (1980, p.99): “De uma maneira geral, define-se migração como uma mudança permanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e migração interna”. Entretanto, o próprio autor considera existir casos que não se enquadram dentro dessa definição, exemplo: movimento nômade, trabalhadores migratórios e deslocamentos temporários.

Lee (1980), ao falar dos fatores que colaboram para o ato de migrar, traz uma nova perspectiva sobre os estudos de migração. Ele tira o migrante da invisibilidade da massa que segue um movimento das mudanças econômicas globais, tornando-o visível na medida em que pesam os fatores pessoais como elementos importantes na tomada da decisão. Contudo, ao visualizar o movimento migratório pelo prisma das forças da atração e da repulsão, o autor destitui do migrante a ação.

Esses fatores de atração e repulsão estão no artigo “Leis da migração”, escrito por Ravenstein, publicado no *Journal of the statistical society*, no ano de 1885. Nesse artigo, com base nos censos de 1871 e 1881 do Reino Unido, o aludido autor refere-se à migração como um processo que ocorre para suprir a falta de mão de obra nos centros industriais da época, “a procura de mão-de-obra em nossos centros industriais e comerciais é, sem dúvida, a causa primeira das correntes migratórias” (p.64). Para aquele período e para aquele contexto, tal afirmativa poderia ser válida, contudo, são as regularidades que ele toma como leis que são questionáveis: distância, migração por etapas, dispersão e absorção, fluxo e refluxo, predomínio do motivo econômico. Há, também, que considerar que esse trabalho foi elaborado a partir de movimentos populacionais dentro das fronteiras de um único Estado, configurando-se como de cunho interno.

---

<sup>12</sup> Obra que foi publicada em 1966, na língua inglesa e tem como título original “Theory on migration”.

Por isso, a importância de Everett Lee para os estudos migratórios, pois ele somou aos fatores “push-pull”, os “obstáculos intervenientes” e fatores pessoais<sup>13</sup> para dar respostas a questões tão variadas referentes ao fenômeno da migração. O modelo de repulsão e atração tornou-se um marco para os estudos migratórios, sendo utilizado até hoje, como podemos ver no trabalho de Woodward (2000, p.21), “a migração é um processo característico da desigualdade em termos de desenvolvimento. Nesse processo, o fator de „expulsão” dos países pobres é mais forte do que o fator de „atração” das sociedades pós-industriais e tecnologicamente avançadas.”

Destarte, a referida autora considera que a globalização da economia está despertando uma onda de migração de trabalhadores pelo mundo, em busca de bens e serviços, sobretudo de mercados de trabalho (WOODWARD, 2000). O único problema nessa visão é que ela percebe os migrantes como coadjuvantes da mudança e não como sujeitos atuantes. Neste sentido, a referida autora veria o fluxo de trabalhadores na fronteira Brasil e Guiana apenas como ação da globalização e não como relações construídas ao longo do tempo num espaço social transfronteiriço, no qual a questão econômica tem a sua importância, mas resvala em aspectos da vida cotidiana dos sujeitos que ali vivem; da atividade humana enquanto *agency*, isto é, das escolhas individuais (HANNERZ, 1999), como expressa Julia<sup>14</sup>, moradora de Bonfim, “eu nunca trabalhei em Lethem, considero aquilo trabalho escravo, tem só um dia de folga”. Se fosse visto de cima, Julia faria parte da estatística, mesmo não participando, pois estaria diluída na grande maioria.

Parecido ao que Bercker faz ao pensar a Amazônia como uma fronteira de expansão inserida em uma nova lógica, Durham (1984) pensa a migração dentro de um contexto de industrialização e urbanização do país:

O volume e amplitude dos movimentos migratórios internos no Brasil, durante o século XX, assim como o ritmo acelerado do processo de urbanização, apontam certamente para transformações econômico-sociais profundas que, como geralmente se reconhece, estão relacionadas ao processo de desenvolvimento do país (DURHAM, 1984, p. 07).

---

<sup>13</sup> São quatro os fatores que Lee elenca: 1) fatores associados ao local de origem; 2) fatores associados ao local de destino; 3) fatores intervenientes e; 4) fatores pessoais

<sup>14</sup> Nome fictício. Entrevista concedida em julho de 2013.

Durham (1984) reconhece que a migração não é um fenômeno singular de nossa época, mas são as transformações econômico-sociais e a urbanização acelerada que lhe confere um caráter peculiar. Prosseguindo a autora, esse mundo contemporâneo impõe à antropologia formas diferentes de perceber o outro. O outro não é mais o distante e exótico invólucro de um sistema sociocultural autônomo, o objeto, por excelência, da antropologia que estaria em via de extinção como o próprio Malinowski imaginou, mas que Lévi-Strauss rebateu ao assegurar que o objeto primeiro dessa ciência era a diferença (alteridade), que sempre será encontrada entre os homens. Dessa forma, Durham (1984) afirma que:

Não se tratava mais aqui de analisar um subsistema sociocultural relativamente autônomo, a comunidade, e determinar seu modo de integração no sistema mais amplo, estudo este para o qual o modelo de interpretação antropológica tem-se revelado particularmente adequado (DURHAM, 1984, p.14).

Mais adiante a mesma autora acrescenta:

Os migrantes rurais se dispersam na população e não podem ser estudados como grupo ou classe social, mas apenas como categoria de pessoas [...] o migrante não vive mais em um universo relativamente fechado; as atividades se dissociam; rompe-se a teia de significados inter-relacionados que abrangia a quase totalidade dos modos de vida.

Essa preocupação que Durham (1984) esboça referente ao fato da atualidade conferir ao indivíduo um nível de importância que nos estudos da antropologia clássica se diluía no todo - aquilo que Hannerz (1999) chama de homogeneizar as pessoas em termos culturais - talvez seja a mesma apresentada por Augé (2010), “não há mais análise social que possa fazer economia dos indivíduos, nem análise dos indivíduos que possa ignorar os espaços por onde eles transitam”. Para Augé (2010), o mundo contemporâneo é uma boa base para se pensar a categoria da alteridade por meio da reflexão renovada e metódica da antropologia.

Nesta seção não ocorreu a pretensão de esgotar as abordagens ou de apresentar uma revisão de toda a literatura produzida sobre migrações. Este trabalho não tem como ponto de partida o processo migratório. Contudo, acreditamos pertinente tratá-lo aqui, pois em algumas situações de fronteiras os

agentes sociais são tratados como migrantes, mesmo sabendo que essa categoria não é suficiente para caracterizar estes atores de zonas de fronteiras. Porém, não negamos que o fenômeno da migração esteja presente na fronteira. A importância dessa seção, explicou-se, também, pela perspectiva da noção de fronteira enquanto frente de expansão, na qual apresenta a migração como uma política pública de ocupação dos espaços “vazios”, principalmente da região amazônica, como será abordado no próximo capítulo.

## HISTÓRIAS CONTADAS: O DESENHAR DAS FRONTEIRAS AO LONGO DO TEMPO

Há alguns séculos, o que hoje é conhecido como Brasil, Venezuela, República Cooperativista da Guiana, Suriname e Guiana Francesa era o espaço de circulação e vivência dos indígenas. Revière (2001) informa que viviam nessa localidade e, em alguns casos, ainda vivem, povos “aparais, wayanas, tiriyo, waiwais” entre outros. Em um trabalho publicado em 1861, mas escrito em 1787, Lobo D'Almada retrata mais de 20 grupos indígenas habitando o vale do Rio Branco, sendo alguns deles: “Paravilhanos, Aturahis, Amaribás, Caripunás, Caribes, Oaycás, Acarapis (sic)”.

Trabalhos mais recentes como os de Farage (1991; 2002), Santilli (1989; 1994; 2002), Pereira (2005) e Baines (2006) apontam os Macuxi e Wapishana como componentes desse cenário, principalmente na região de fronteiras entre os três primeiros países acima citados. Esses povos compreendiam dois troncos lingüísticos: Karíb e Arawak (OLIVEIRA, 2011).

Ao longo da conquista e da colonização essa composição foi se alterando de ameríndia para uma população de negros, europeus, indianos e chineses. Os registros informam que nessa região houve disputas territoriais entre espanhóis, franceses, portugueses, holandeses e, posteriormente, ingleses.

A “descoberta” do novo mundo estimulou uma corrida, a qual colocou as potências em uma disputa em que o prêmio seria um território a ser colonizado, assim dependendo de quem chegasse primeiro, de certa forma, ignorando o Tratado de Tordesilhas<sup>15</sup>. Não bastasse isso, tal partilha foi regada a lendas sobre uma terra que de tão rica os filhos de Deus não teriam dificuldades em encontrar pedras preciosas e ouro pelo chão ou à beira de um lago<sup>16</sup> (EGGERATH, 1924).

---

<sup>15</sup> Foi firmado entre o Reino da Espanha e de Portugal, no qual era previsto a divisão das terras do novo mundo já descobertas e as que viriam a ser descobertas. O Tratado foi assinado no ano de 1494.

<sup>16</sup> “procurou-se alli o „lago Dourado“, cujas águas se espelhavam em areias de ouro e pedras preciosas; à sua margem devia estar edificada a phantastica Manoa del Dorado, com seus palacios de paredes encrustadas de prata e as telhas de ouro maciço; de ouro maciço, diziam, eram até os objetos mais insignificantes do uso doméstico (sic) (EGGERATH, 1924, p.20).

Eggerath (1924) destaca duas expedições, sendo uma espanhola e outra inglesa. A primeira, em 1539, comandada por Gonzalo Pizarro e Francisco Orellana e, a seguinte em 1595, tendo o Sr. Walter Raleigh como o responsável, “nada encontraram, a não ser fadiga, fome, sede e toda sorte de privações dantescas, incluindo a própria morte” (p.20).

Neste sentido, Farage (1991) discorre sobre o avanço dos espanhóis nos domínios portugueses, na década de 70, do século XVIII, tendo como objetivo a busca do *El Dorado*. Fato que se confirma na carta enviada ao governador da capitania do Rio Negro, em 27 de julho de 1776, na qual o governador espanhol da província de Guiana expressa o seu descontentamento com a prisão da tropa que estava empreendendo a expedição “a la Laguna Parime, y cerro Dorado” (D’ALMADA, 1861). O mesmo autor ao comentar este trecho da carta diz o seguinte, “Laguna Parime, y cerro Dorado – são cousas, que só existem na imaginação” (sic)(p.632). É importante chamar a atenção para esse episódio, pois é a partir dele que a Coroa portuguesa passa a ter presença constante no vale do rio Branco (contribuindo no desenho de suas fronteiras).

Farage (1991) e Menck (2009) asseveram que os esforços de algumas expedições para adentrar a região das Guianas tinham em seus objetivos o encontro dessas fáceis riquezas. Contudo, os mesmos autores ressaltam que a transposição das barreiras não era tão fácil assim, pois além de haver uma densa malha fluvial, existiam “os selvagens”. Conforme Farage (1991), esses “selvagens” seriam alguns grupos indígenas que dificultaram a entrada de várias expedições ao interior das guianas.

A geografia da região das Guianas é extremamente peculiar. Reviere (2001) em sua obra “O indivíduo e sociedade na Guiana” caracteriza a região como a “ilha” do Nordeste da América do Sul. Isso devido aos vários rios que lhe cortam, formando uma grande ilha. Conforme o mesmo autor, as águas que dão os contornos a essa localidade são dos rios Amazonas, Negro, do canal do Casiquiare, do Orinoco e do oceano Atlântico (ver figura 01). Essa “ilha continental”, à medida que foi sendo ocupada pelos europeus, se dividiu em cinco guianas (OLIVEIRA, 2011), atual configuração geopolítica. No Brasil ela abrange os estados de Roraima, Amapá, e parte dos estados do Amazonas e Pará; na Venezuela ela toma o leste, o

sudeste, o sudoeste e sul do país; os outros três países estão tomados por completo.

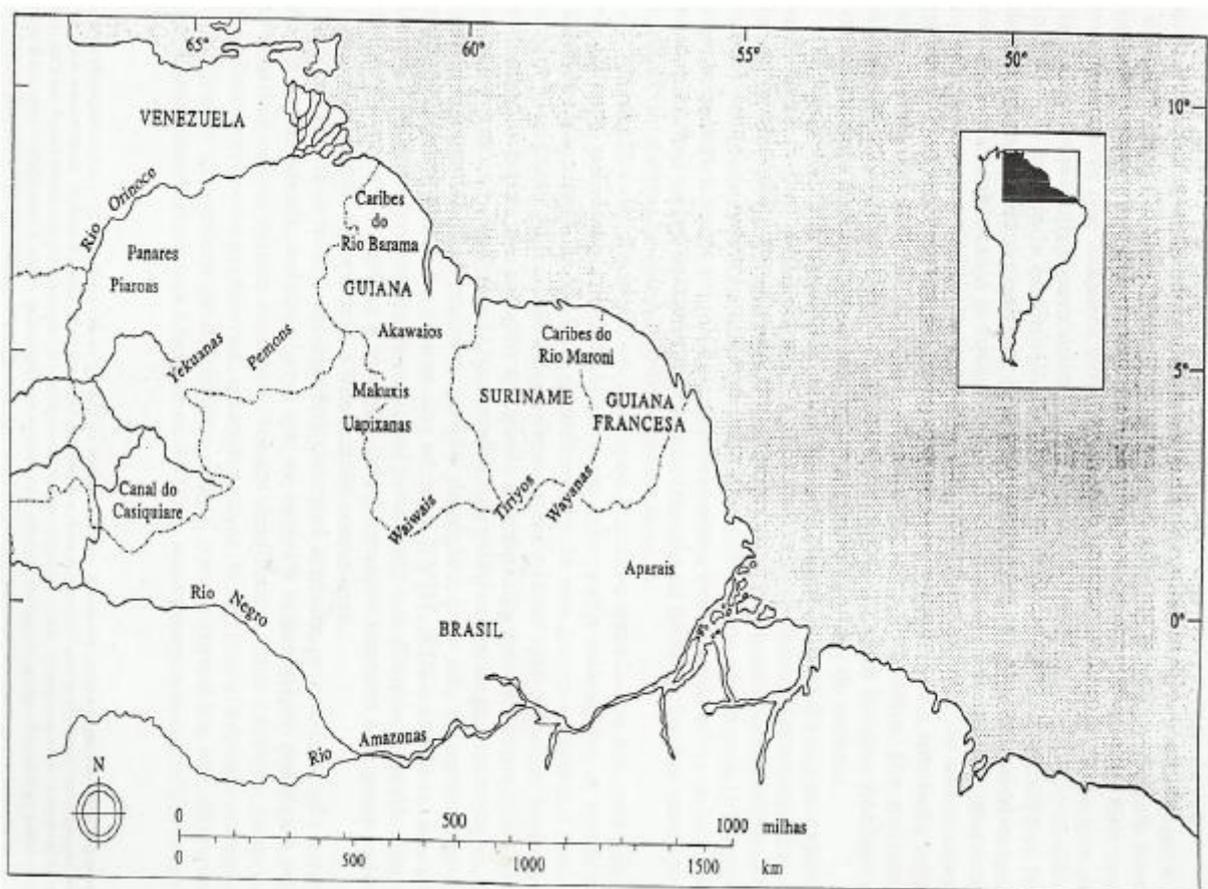


Figura 03: Mapa da região das guianas  
 Fonte: RIVIÈRE, Peter. O indivíduo e a Sociedade na Guiana, 2001.

A própria origem da palavra nos remete aos vários rios que compõem este cenário. *Guaianaera* era o termo empregado pelos índios; com a chegada dos colonizadores brancos sofreu uma variação para *guiana*. O surgimento dessa denominação estaria na língua tupi expressa na forma *wayana*. Tal termo teria como tradução “rio”, “país dos rios”, “terra de águas”. Fala-se, também, da possibilidade de ter surgido dos índios que habitavam às margens do rio Orinoco, que atendiam por *guianos*, *guianás* ou *guaianases*. O naturalista Schomburgk chama a atenção para um rio afluente do Orenoco, cujo nome é o mesmo (MENCK, 2009, p.348).

O processo de conquistas e colonizações que se sucederam no território que hoje é reconhecido como República Cooperativista da Guiana, evidenciando a

formação social, econômica, política e cultural daquela sociedade, será o assunto abordado na próxima seção.

## 2.1 Controlando "as águas"

Como foi verificado no capítulo anterior, o conceito de fronteira está estritamente ligado a constituição dos Estados-nações que, no novo mundo, corresponde ao processo de disputas e colonizações.

Na Guiana, foi por meio dos rios que os conquistadores estabeleceram o comércio de especiarias e de escravos e, conseqüentemente, as primeiras colônias: Essequibo, Demerara, Berbice. Conforme Dreyfus (1993), os primeiros colonizadores se utilizaram das guerras intertribais e das redes de comércio já estabelecidas entre os povos indígenas que habitavam esse espaço. Segundo Silva (2005), a participação dos índios no processo produtivo da colônia foi praticamente inexistente, foram úteis apenas como soldados, batedores, guias e aliados.

Da “descoberta”, ainda há controvérsias sobre quem foi que navegou primeiramente na densa malha hidrográfica dessa região. Fala-se que o “descobrimento” se deu pelo capitão espanhol Alonso de Ojeda, no ano de 1499 (ISHMAEL, 1998). Renault-Lescure (2002, p.86) afirma “que o litoral guianense foi descoberto pelos espanhóis no século XVI”.

Contudo, Dreyfus (1993) informa da circulação de ingleses e holandeses pelos vários rios (durante o mesmo século): Orenoco, Amacuro, Essequibo, Berbice; Carrico (2011) acrescenta que os franceses também circulavam e faziam parte de um número de comerciantes contrabandistas que negociavam com indígenas ao longo da costa da Guiana e do baixo Amazonas durante a segunda metade do século XVI.

O certo é que a República Cooperativista da Guiana passou por duas colonizações. A primeira se deu pelos holandeses que conseguiram estabelecer relações comerciais e de proteção com alguns grupos indígenas, possibilitando-os a

criação de uma fortificação, Kyk-over-al, no estuário do rio Essequibo em 1616 (CARRICO, 2011).

A colonização holandesa teve uma característica mais exploratória do que de povoamento. Conforme Dreyfus (1993) esta relação estabelecida entre os holandeses e os indígenas foi estritamente mercantil:

O objetivo perseguido pela Companhia e pelos colonos holandeses foi, pura e tão completamente quanto possível, mercantil. Para extrair o máximo das riquezas de um sertão difícil de ser conquistado e mais ainda de ser povoado, eles precisavam de intermediários indígenas, fortes o bastante para efetuarem ataques a longa distância, numerosos e espalhados o bastante para estarem em contato com a maior parte dos autóctones, do litoral até a Alta Guiana, e suficientemente integrados no antigo sistema de relações interétnicas para, ao mesmo tempo, utiliza-lo e desvia-lo em direção ao comércio europeu (DREYFUS, 1993, p.23).

O processo de colonização holandesa se efetivou com a formação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, que “(...) oficializou o comércio de escravos e indígenas” (DREYFUS, 1993, p.21) e, conforme Romero (1982) possibilitou a ocupação de toda a extensão do rio Essequibo, em seguida, do rio Demerara e, por fim, em 1627, estabeleceram-se no rio Berbice através da presença de um comerciante chamado Abraham van Pere.

Durante a colonização holandesa começou a se configurar o quadro da composição étnica da Guiana. Os colonos holandeses deram início ao plantio da cana-de-açúcar, de forma efetiva, em meados do século XVII. Por sua vez, a cana-de-açúcar foi o elemento central para a formação sócio/cultural da Guiana, pois com ela foram trazidos os primeiros negros africanos e, logo depois, os indianos; os índios também foram submetidos ao trabalho escravo.

Frank (2007), ao fazer uma releitura dos relatos de dois alemães<sup>17</sup> que passaram por essa região, informa da composição populacional, na qual os holandeses somados com alguns poucos franceses e ingleses não passava de 300 “homens livres” e, que a população de africanos alcançava 100 mil.

---

17

Robert-Hermann Schomburgk e Richard Schomburgk.

O segundo período de colonização, se assim pode ser chamado, ficou sob responsabilidade dos britânicos. Essa passagem de domínio correspondeu a um período de guerras em que Holanda e Inglaterra ficaram em lados opostos.

A Europa passava por um período turbulento de conflitos que influenciava diretamente nas colônias. A Holanda tornou-se aliada de um grupo contrário à Inglaterra. Em 1781, em contrapartida, a Inglaterra invadiu três colônias que estavam sobre o domínio holandês: Essequibo, Demerara e Berbice que juntas, no futuro, formariam a Guiana Inglesa; a invasão durou cerca de três anos. Em 1796, novamente, a Europa passou por um período de guerras que levou as colônias citadas ao domínio inglês. No entanto, somente a partir de 1803, estas colônias tornaram-se da Coroa inglesa. Legalmente, a Inglaterra só tomou posse desses territórios com a assinatura do Tratado de Paris em 1814, e com o pagamento de alguns milhões de libras esterlinas ao governo holandês (ROMERO, 1982).

Neste período, o mundo estava passando por mudanças profundas no modo de produção; se produzia mais em menor tempo com custos baixíssimos. A Inglaterra, aproveitando dessa lógica, buscou ampliar o seu mercado consumidor dentro dos territórios que estavam sob o seu domínio por meio de algumas ações. Uma delas foi proibir o tráfico de escravos para as suas colônias, pois este tipo de comércio havia perdido a importância dentro do fator de acumulação de capital. A outra foi a abolição da escravatura, que possibilitou um aumento expressivo de mão-de-obra barata e de mercado consumidor (RENNER & PATARRA, 1991). Portanto:

O ritmo de desenvolvimento da Inglaterra, somado aos interesses dos colonos ingleses plantadores, instalados nessas colônias, e os primeiros passos da revolução industrial levaram a Inglaterra a decidir-se pelo trabalho assalariado (...) ficou o processo de acumulação da economia inglesa, durante os primeiros quarenta anos do século XIX, com desenvolvimento social e controle social, que favoreceu a transição do modo de produção escravista para o modo livre (PEREIRA, 2005, p.36).

A abolição da escravidão alterou, profundamente, a formação sócio/cultural da Guiana, trazendo uma massa de imigrantes: “la inmigración de esta mano de obra fue responsable no solo del predominio continuado del azúcar em la economía guayanesa sino también de importantes cambios demográficos que llevaron a

Guyana a convertirse en una sociedad plurirracial y pluricultural” (ROMERO, 1982, p. 67).

Vale lembrar que entre as diferentes razões para a fomentação da política de imigração, uma delas era a intenção de corrigir o desequilíbrio racial entre brancos e negros, respondendo a este fenômeno através da imigração de europeus<sup>18</sup>. Também houve imigração de chineses. Contudo, o maior número de imigrantes era proveniente da Índia: a grande parcela era hindu e pertencia a casta de agricultores e artesões. Num total de 341.491 imigrantes, recebidos na guiana no período entre 1835 a 1918, 236.205 eram indianos (op. cit).

Dessa forma, pode-se pensar em características importantes na formação histórica social da Republica Cooperativista da Guiana a partir dessas duas colonizações. A holandesa, tendo o comércio de especiarias e de escravos com os indígenas e a introdução da mão-de-obra africana nas plantações de açúcar. Para a segunda colonização, a abolição da escravidão negra e a introdução massiva de indianos.

Esses movimentos migratórios moldaram não só a classificação étnica<sup>19</sup> na Republica Cooperativista da Guiana, mas toda a base da sociedade, repercutindo de forma visível na configuração dos partidos políticos. De um lado, um partido de grande maioria negra, People’s National Congress – PNC. Do outro, um partido que aglutina indoguyanenses, o People’s Progressive Party – PPP. Exemplo disso, nas eleições 1957 o PPP fez uso de um slogan pautado na questão racial: “vota na tua raça”.

No espaço entre 1950 e 1960, a Guiana passou por um período chamado de descolonização, período que ocorreram duas eleições supervisionadas pelos britânicos, onde em 1953, pela primeira vez, o PPP ganhou as eleições, gozando do sufrágio universal (ALARCÓN, 1982).

---

<sup>18</sup> Mediante a estimulação da imigração portuguesa, ver Lee, 1982, p.54.

<sup>19</sup> Baines (2003, p.10), fala de uma população dividida em 49,49% indianos guianeses (EastIndians), 35,63% afro-guianeses (Afrincans), 7,05% mestiço (MixedGuyanese) e 6,81% índios (Amerindians)”.

O período de formação de partidos políticos da Guiana coincidiu com a Guerra Fria. Este momento foi delicado, pois o mundo estava dividido em dois blocos, disputando o domínio mundial. De um lado, os Estados Unidos com os seus aliados, como a Grã-Bretanha e do outro, a Ex-União Soviética. Tal situação política mundial influenciou, diretamente, nas eleições de 1964 e, conseqüentemente, na independência de 1966 da Guiana Inglesa.

Estava tão viva a possibilidade de uma revolução comunista na Guiana, que o primeiro governo do PPP durou apenas 133 dias. O PPP apresentou e aprovaram alguns projetos de base comunista, como o controle quase ilimitado sobre as terras (privadas) destinadas a plantação de arroz e centralizou os sindicatos, na representação do Guiana Industrial Workers Union – GIWU. Vendo tal situação, o governo britânico interveio com o envio de tropas militares e suspensão da Constituição da Guiana, alegando que estava prevenindo uma subversão comunista (GARAVINI, 1988).

Como o perigo de ter um país com governo comunista na América do Sul ficava cada vez mais palpável, as potências da época, Estados Unidos e Inglaterra, intervieram diretamente, mudando o sistema eleitoral da Guiana, pois este havia possibilitado o PPP chegar ao poder nas eleições de 1953, 1957 e 1961. Conforme diz Pefaur (1982, p.148):

Un factor muy importante a considerarse en este aspecto, es la influencia externa. En pleno período de la guerra fría, el PPP, de línea izquierdista ortodoxa y con claras aproximaciones a la influencia soviética, motivo la inquietud de las grandes potencias occidentales, especialmente Washington y Londres, ante la posibilidad de que surgiera una amenaza comunista en el continente americano tal como se había percibido en el caso de Guatemala en 1954.

O PNC, partido que surgiu da divisão do PPP, foi apoiado pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Dessa maneira, o primeiro partido de maioria negra da América do Sul chegou ao poder, ou seja, devido a uma questão de ordem mundial e de divisão étnica local.

No entanto, as forças externas aliadas não contavam com a aproximação pró-soviética do PNC, “o PNC também vai assumir uma identificação socialista e passar

por um processo interno de modificação de seus quadros de cooptação dos sindicatos em torno de bandeiras mais classistas e anticolonialistas” (PEREIRA, 2005, p.37).

Em 1970, logo após a independência, a Guiana adquiriu o status de República Cooperativista, a única de todo o mundo e o PNC praticaria um socialismo cooperativo. Pefaur nos dá a seguinte definição de cooperativismo: “el cooperativismo sería la forma mediante la cual dar las masas el control de la economía, haciendo del sector co-operativo el dominante, dentro de la estructura económica del país.” (1982, p.150).

A Guiana ficou sob o poder do PNC durante vinte e oito anos. Somente na última década do século passado, o PPP assumiu o poder. Para chegar ao poder, o PPP formou coligação com o Partido Cívico, partido considerado multirracial - status que possuía o PPP, no momento da sua criação. Ainda na frente do PPP estava Cheddi Jagan. Eleito presidente, Jagan, “que, ao temer acirramento dos conflitos das relações entre negros e asiáticos a exemplo de 1964, cria um ministério multirracial” (PEREIRA, 2005, p. 38). Continuando a mesma autora, a família Jagan permaneceu no poder até final da década de 90, quando nas eleições de 2000 foi eleito como presidente o ministro de Finanças do governo anterior, Bharrat Jagdeo. Neste sentido, a estrutura social da Guiana ficou dividida entre os grupos étnicos, mas não pautada em um sistema de segregação tipo *apartheid*.

Importa relatar que a questão política na República Cooperativista da Guiana repercutiu diretamente no Brasil. Em 1969, após três anos da independência, ocorre no país a Revolta do Rupunini. Esse levante causou um deslocamento de guianenses para a cidade de Bonfim a ponto de ser considerado como um dos aspectos que contribuiu para o aumento da população daquele município (ver figura 02 e 03). Por outro lado, esse movimento não só impulsionou o deslocamento de pessoas, mas deixou as autoridades brasileiras receosas com a possibilidade de ter um país vizinho com tendências comunistas. De certa forma, a abertura da BR 401 e construção do 1º Pelotão Especial de Fronteira revela essa preocupação.



Figuras 04 e 05: fugitivos do Rupununi em Bonfim  
 Fonte: SILVA, Carlos B. *A Revolta do Rupununi*, 2005.

Com o objetivo de criar um novo país na região sul da Guiana, a Revolta do Rupununi foi um movimento arquitetado por fazendeiros apoiados pela República Bolivariana Venezuela. Silva (2005) chama a atenção que o apoio prestado pela Venezuela tinha como pano de fundo a recuperação da *Zona de Reclamación*, território considerado usurpado pela Inglaterra.

Silva (2005), empenhado em fazer uma etnografia, lança o olhar antropológico sobre notas, arquivos, diários, conversas e entrevistas para apresentar, por meio de uma descrição densa, os percursos e conseqüências dessa revolta tanto para a região do Rupununi quanto para os sujeitos participantes, deixando claro ainda a tangência desse fato para o Brasil e a Venezuela.

Não obstante, esse evento foi uma reação a política interna adotada pelo partido que assumiu o poder nas eleições de 1968, o PNC, o partido de representação negra na Guiana, anunciou dentro das suas diretrizes políticas, propostas contrárias aos interesses dos fazendeiros da região do Rupununi, como se pode verificar na entrevista concedida por Lawrence Hart, “Eu não me lembro direito, mas Burnhan enviou uma pessoa para falar conosco em Lethen. Tivemos uma reunião com ele, que nos disse que nós perderíamos toda a terra, porque não se pode mais ter fazendas” (Lawrence Hart *apud* SILVA, 2005, p. 89).

O processo de guianização aplicado pelo governo de Burnhan só confirmou aquilo que os fazendeiros da região do Rupununi já temiam quando buscaram se associar ao United Force – UF (partido que tinha em sua representação europeus e chineses ricos da Guiana), a reorganização da sociedade guianense com base em

um sistema mais igualitário, perfil no qual se enquadrava os dois maiores partidos político.

Com base nos acontecimentos que precedia a independência daquele país, Félix (2008) informa que no ano de 1954 o jornal *O Átomo*, jornal local, já noticiava com certa preocupação as ações ditas de cunho terroristas e comunistas que ocorriam do outro lado da fronteira, “pela madrugada de 30 do mês findo, terroristas guianenses levaram a efeito, com sucesso, um atentado contra a estátua da Rainha Vitória” (FELIX, 2008, p. 74), o autor acrescenta mais uma matéria do referido jornal: “notícias procedentes da Guiana Inglesa informam terem ali ocorrido graves acontecimentos, provocados por elementos comunistas” (op. cit, p.75).

Em conversa, alguns interlocutores deixaram implícito que após a independência, o fluxo pela busca de serviços inverteu-se, ora aquilo que era oferecido em Georgetown passa a ser procurado por guianenses no Brasil. Por exemplo, buscavam-se naquele país os serviços hospitalares devido a falta ou a impossibilidade de chegar até a capital mais próxima (Manaus). Silva (2005) fala de um comércio intenso não só com Georgetown, mas com a cidade de Lethem:

Até 1968, Lethem era uma referência para o comércio em todo o vale do Rio Branco [...] Na época do apogeu do comércio com a capital, três vãos semanais eram necessários para suprir a demanda de carne dos armazéns de Georgetown e encomendas de comerciantes de Boa Vista. Bonfim, por sua vez, era formada tão somente por três ou quatro casas (SILVA, 2005, p. 10).

Vale ressaltar que a configuração da fronteira era outra naquela época, Boa Vista fazia divisa direta com a Guiana e Bonfim não passava de uma pequena vila. Contudo, isso começou a mudar quando o governo passou a dispensar uma atenção maior a esta região. Tudo indica que foi devido ao processo de independência daquele país e da repercussão do estranho e mal sucedido levante do Rupununi.

Não foi por acaso que no ano de 1969 foi inaugurado o 1º Pelotão Especial de Fronteira e na década seguinte a rodovia que ligaria Bonfim a Boa Vista, BR 401, seria construída. Todos esses investimentos faziam parte da política do Governo Federal de ocupação e povoamento da região amazônica, para garantir a

integridade do Território Nacional. Até mesmo a elevação de Bonfim a município já era planejado, como se pode observar em matéria do Jornal Boa Vista:

A próspera localidade de Bonfim, as margens do Rio Tacutu, fronteira com a República Cooperativista da Guiana, terá dentro em breve o seu Plano Diretor, visando o seu desenvolvimento integral transformando-se desta forma, numa cidade sede de um município (JORNAL BOA VISTA, 01 de janeiro de 1977).

Contudo, para a Guiana, as mudanças políticas e econômicas não repercutiram apenas no trânsito na fronteira por serviços, atingiu um patamar muito além. Contribuiu para a transformação desse país em um país de emigrantes. Dados apresentados por Corbin (2009) apontam para um decréscimo da população iniciado na década de 1960, principalmente, da mão-de-obra qualificada: 43% com ensino secundário e 89% com ensino superior migraram entre os anos de 1965 a 2000.

Esse breve relato da formação histórica da República Cooperativista da Guiana ajuda-nos a visualizar de forma mais clara a constituição da fronteira geopolítica com o Brasil. Para tanto, se faz necessário, mesmo que sucintamente, esboçarmos como se deu a ocupação do vale do rio Branco pelos portugueses. É interessante notar que a configuração dessa fronteira acontece ao longo da história, atendendo o projeto de colonização e ocupação dos portugueses e holandeses, posteriormente, ingleses e na consolidação dos Estados nacionais.

## 2.2 Vigiar o rio

Na bacia do rio Branco, colônia portuguesa, a ocupação só ocorreria no século XVIII, justamente pela preocupação da coroa lusitana com o possível avanço espanhol e holandês em seus domínios. Para tanto, em 1775, na confluência dos Rios Uraricoera e Tacutu<sup>20</sup>, foi construído o Forte São Joaquim (SANTILLI, 1989). Na busca pelos fatos que originaram essa fortaleza, Farage (1991) fala do encontro entre uma escolta da coroa portuguesa com tropas holandesas na região do rio Branco no ano de 1750, momento no qual foram enviadas as primeiras denúncias ao

<sup>20</sup> É importante entender que estes rios são via de acesso às bacias dos rios Orinoco e Essequibo. Este último ocupado, por toda extensão, pelos holandeses.

Conselho Ultramarino da presença estrangeira nesta localidade. Desse episódio resultaria, conforme a mesma autora, a Carta Régia de 14/11/1752, que ordenava a construção de um forte às margens do rio Branco.

A construção do forte foi parte de uma estratégia que juntamente com os aldeamentos pretendia garantir o território. Tal preocupação, inicialmente, estava vinculada a presença maciça dos manufaturados holandeses que se encontravam sob posse dos índios, mas também ao suprimento de mão-de-obra escrava indígena do Estado do Maranhão e Grão-Pará<sup>21</sup>. Farage (1991), conta que quando as primeiras incursões de resgates e de descimentos<sup>22</sup> adentraram, primeiramente, os rios Amazonas e Negro e, posteriormente, o Branco, a presença dos holandeses já se fazia por intermédio de suas mercadorias.

Como já foi dito, os holandeses souberam se aproveitar enormemente das relações estabelecidas com os indígenas, a ponto de suas mercadorias entrarem na rota das redes de comércio intertribais. Tamanha era a dimensão do comércio holandês que atingiu diretamente a colônia portuguesa, como nos fala Farage (1991),

Não se tratava, com efeito, de uma expansão territorial à força de armas, embora fosse o temor, mas de comércio que, justapondo-se às relações intertribais, conheceu avassaladora propagação. Através de uma rede extensa e multilateral de trocas intertribais, tal comércio borrava as fronteiras coloniais e impunha a presença dos holandeses no vale amazônico: eles estavam em toda parte, metamorfoseados em contas, espelhos e facas em mãos de índios. Desafiando ainda a estrita proibição de comércio colonial, os manufaturados holandeses encontravam mercado mesmo entre os colonos portugueses (FARAGE, 1991, p.76-77).

A presença fantasmal holandesa foi entendida desde cedo pelos portugueses, que só tomaram uma atitude quase vinte anos após a publicação da Carta Régia, que ordenava a construção de um forte às margens do rio Branco, em 1775. Essa lógica está presente no texto de D'Almada (1861, p.632) quando diz “que os

<sup>21</sup> Instituído em 1621 pela Coroa portuguesa como unidade administrativa separada do Brasil e ligada diretamente a Lisboa (FARAGE, 1991, p.23).

<sup>22</sup> Conforme Farage (1991) há diferença entre o que é resgate e descimento. O primeiro, “refere-se basicamente à compra, pelos portugueses, de prisioneiros de guerra entre as nações indígenas” (p.28). Enquanto o segundo, tem a ver com o “sistema em que o missionário em pessoa ou seus representantes, brancos em viagem ou *índios mansos*, isto é, já aldeados, persuadiam os índios, por vezes aldeias inteiras, a se deslocarem de seu território original e a se estabelecerem nos aldeamentos missionários” (p.31).

hollandezes só querem, das serras que existem entre rio este rio e o Orinoco, índios escravos, para fazerem os trabalhos das suas colônias na costa da Guiana” (sic), demonstrando um tom de despreocupação. O fato, que precede a construção do forte, dita um novo ritmo. De onde a Coroa portuguesa menos esperava, devido ao difícil acesso, surge a real ameaça: o avanço espanhol em terras portuguesas.

Neste sentido, os portugueses criaram uma idéia de que a ameaça advinda dos holandeses poderia ser sanada interrompendo o comércio, por meio de tropas patrulhando os rios nos quais aconteciam as trocas. Essa idéia quase lhes causou um grande prejuízo aos seus domínios, haja vista a presença e o avanço de tropas espanholas.

Nesse momento as fronteiras dessa região começaram a ser esboçadas de fato. Há que notar, como Farage (1991) o fez, este esboço se dá sobre duas rubricas: do suprimento de mão escrava indígena e da posição estratégica enquanto defesa do vale amazônico.

Para uma ocupação definitiva, a Coroa cria três fazendas reais e dar cabo ao projeto de criação de gado (SANTILLI, 1989; VIEIRA, 2007): “denominadas Fazendas Reais, elas tinham por objetivo assegurar o domínio lusitano na região e abastecer o mercado do rio Negro e do rio Amazonas” (CIRINO, 2008, p.38).

Vieira (2007) chama a atenção para a importância dos índios na formação das fronteiras do extremo norte da colônia:

Com o claro objetivo de demarcar suas fronteiras, passaram a fazer novos descimentos, deslocando várias etnias e fixando-os em cinco aldeamentos então no próprio Rio Branco. Esse tipo de investimento foi a forma encontrada de garantir ocupação do território, passando os índios, pela primeira vez sendo registrado como atores importantes, capazes de sustentar a própria posse da região (VIEIRA, 2007, p.19).

Como foi verificado, na ocupação da Guiana, o índio exerceu um papel importante na colonização, sendo útil no comércio de mercadorias e de escravos, na proteção e na introdução dos colonizadores na densa malha fluvial interna do território.

O que é importante realçar nesse processo de ocupação das fronteiras, é como os índios contribuíram de forma efetiva para delinear os limites territoriais. Neste sentido, Santilli (1994, p. 09) acrescenta: “Os índios, porém, devo destacar, desempenharam uma atuação decisiva na formação das fronteiras coloniais/nacionais na área do monte Roraima e, mesmo, tiveram uma presença da maior relevância para a definição dos domínios territoriais partilhados por diferentes Estados”.

A participação dos índios na partilha territorial entre Brasil e Guiana foi significativa. Eles foram os pivôs na argumentação a quem pertencia aquele território em litígio. Destarte, Farage (1991) na introdução de sua obra “As muralhas dos sertões” aponta que:

Como já se delineava no discurso de Schomburgk, encampado pela Inglaterra, bem como na resposta brasileira, os povos indígenas constituiriam elemento pivô na argumentação das partes litigantes em defesa de suas pretensões territoriais. Nessa linha, a Inglaterra, avocando-se herdeira dos títulos holandeses [...], apegaria-se firmemente ao argumento de que seu território se estendia até onde se estendiam as alianças que, através de um sistema regular de trocas, os holandeses haviam estabelecido com os índios dois séculos antes (FARAGE, 1991, p.16).

Farage (1991), ao usar a expressão “de aliados a súditos”, evidencia a preocupação das potências na reivindicação dos territórios pelo princípio da posse de fato, haja vista que o Tratado de Madri estabelecia este princípio. Para tanto, a política indigenista desenvolvida, principalmente, por Pombal foi pensada para atender este dispositivo enquanto ocupação e povoamento do vale do Rio Branco. Dessa forma, o índio na situação de vassalo se torna as fronteiras para onde se estende as terras de sua majestade.

Um fato histórico que ficou mundialmente famoso entre a Inglaterra e o Brasil ilustra muito bem o uso do índio enquanto marcos fronteiraços. No caso conhecido como a Questão do Pirara, a presença do índio vassalo foi reivindicada como peça fundamental na argumentação dos dois lados. Por pouco, boa parte da região do Rupununi e, conseqüentemente a cidade de Lethem, não entrou nas posses do Brasil. No próximo tópico falarei um pouco sobre essa pequena cidade a beira rio.

### 2.3 Uma pequena cidade a beira rio

Com uma vegetação que faz lembrar os lavrados de Roraima, alguns pés de caímbes e um capim rasteiro, a cidade de Lethem surge às margens do Rio Tacutu. Como em boa parte das situações de limites, o rio é o divisor natural que delimita as fronteiras geopolíticas entre o Brasil e a República Cooperativista da Guiana, fronteira que ficou imprecisa até início do século passado.

Vistas da perspectiva da geografia, Bonfim e Lethem são consideradas como cidades-gêmeas<sup>23</sup>. Lethem é muito peculiar em sua organização espacial. Uma cidade dividida em poucas ruas, nas quais estão dispostas algumas casas. Em maior número estão os estabelecimentos comerciais, galpões que de tão espaçosos fazem lembrar os hangares reservados nos aeroportos para guardar aeronaves. Conforme Silva (2005), esta configuração tem a ver com a ausência de um projeto urbano de disposição de ruas e casas. As suas ruas não seguem um desenho de paralelas e verticais como a cidade de Bonfim, a figura abaixo demonstra esta irregularidade.



Figura 06: Mapa de Lethem

Fonte: <https://maps.google.com.br/maps?safe=off&q=lethem&gl=br&hl=pt-BR&um=1&ie=UTF-8&sa=N&tab=wl>

<sup>23</sup> Cidades-gêmeas “se caracterizam por pontos fixos locais em cada fronteira nacional que concentram adensamentos populacionais” (SENHORAS; VERAS & SILVA, 2012, p.175).

Quanto a demografia, Pereira (2006) fala de uma população de aproximadamente 2 mil pessoas. Para Silva (2005), desde que contabilizado pessoas das vilas anexas de Tabatinga e Cuvelt City, a população atinge o total de 3 mil habitantes. Não seria incomum pensar nessa cidade enquanto vila. Outro aspecto importante que não pode ser esquecido é que se trata de uma cidade fronteiriça, repercutindo em uma população flutuante quando se refere a números exatos. Portanto, essa população pode variar para mais ou para menos do número informado pelos autores.

A composição étnica da cidade de Lethem condiz com a realidade nacional, que por sua vez tem a ver com o processo de formação social, histórica e econômica do país. Dessa forma, dos escravos trazidos da África verificamos os negros; da mão de obra semi-livre contratada temos os indianos; dos comerciantes temos os chineses; e dos conquistados temos os índios. E, recentemente, tem-se o estrangeiro, representada pela figura do brasileiro.

A maior parte dos estabelecimentos fica em uma rua que se pode considerar como principal, tipo uma avenida. As demais ruelas que levam as outras lojas e casas parecem mais trilhas, caminhos. Esta configuração começou a mudar após a construção e inauguração da Ponte<sup>24</sup> Olavo Brasil Filho em 2009, refletindo nas ruas várias construções em andamento, como percebi em uma das minhas visitas a essa cidade:

Na verdade, o que eu pude observar é que Lethem está em construção. São várias lojas e restaurantes que estão funcionando a menos de 1 ano e há várias construções em andamento. O taxista brasileiro que me trouxe até o ponto da cooperativa de taxi em Bonfim falou que no sábado, dia 12 de janeiro, duas novas lojas seriam inauguradas. Quando aguardava neste ponto não pude deixar de notar os taxistas comentarem sobre o grande aumento de lojas. Conforme um dos taxistas, “antigamente só tinha algumas lojas, a da chinesa, a strong e aquelas outras duas pra cá. Hoje eu já perdi a conta. Toda vez que vou lá tem uma nova” (DIÁRIO DE CAMPO, 09 de janeiro de 2013)

---

<sup>24</sup> Ponte que está sobre o rio Tacutu e tem 230 metros de extensão. Esse rio “ocupa 21% da Bacia do rio Branco; a quarta parte do rio se localiza na República Cooperativista da Guiana (CIRINO, 2008, p.27)

Muitos não acreditavam que chegaria o dia da conclusão e inauguração da ponte, haja vista as várias denúncias de irregularidades e desvios de verbas que interrompeu por um longo período a construção (FOLHA DE BOA VISTA). Matéria publicada no dia 12 de março de 2007, no jornal de maior circulação de Roraima, informa que as obras estavam paralisadas desde 2001<sup>25</sup>. É importante frisar que o tráfego na ponte foi permitido antes da sua inauguração, repercutindo no aumento do movimento no comércio de Lethem, mas, também na violência, conforme uma interlocutora: “quando inauguraram a ponte, houve uma freqüência de assassinatos na ponte” (Maria, jan. 2012).

Conforme Silva (2005), Lethem é a sede da região UpperTakutu-Upper Essequibo, que anteriormente tinha outras proporções e era chamada de Rupununi. Essa região é uma das dez áreas administrativa que compõe a República Cooperativista da Guiana (ver figura 02). E, também, é parte da área de litígio, reclamada pela República Bolivariana da Venezuela, sendo que essa aérea reclamada ultrapassa 50% do território guianense, que compreende as regiões: Barima-Waini, Cuyuni-Mazaruni, Potaro-Siparuni e UpperTakutu-Upper Essequibo. Por sinal, Lethem é a maior cidade do extremo sul da Guiana.

---

<sup>25</sup> Ver PONTE DO TACUTU - obras ainda estão paralisadas. [www.folhabv.com.br/noticia.php?id=20751](http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=20751). Acesso em: 04 de dezembro de 2012.



Figura 07: Mapa da Guiana

Fonte: <http://www.guiageo-americas.com/mapas/guiana.htm>

Lethem, por sua posição geopolítica, torna-se um grande portão de entrada e saída, no qual o fluxo de pessoas, mercadorias e informações são constantes, carregando assim uma das principais características das cidades fronteiriças. Entretanto, a cidade não é apenas um corredor, mas é um espaço de circulação. As coisas, objetos, pessoas, informações não só passam por ela, circulam e são incorporadas na dinâmica social desse espaço. Por exemplo, quando perguntei para

alguns guianeses “há muitos brasileiros morando aqui?” a resposta foi sim. Contudo, percebi que tinha que reformular a pergunta, pois já possuía a informação de que não havia muitos brasileiros vivendo em Lethem. Depois de reformular a questão para “há muitos brasileiros morando em Lethem?”, a resposta foi: não! A primeira resposta tem a ver com a freqüente passagem de trabalhadores brasileiros que vão tentar a vida nos garimpos que há no interior do país. Dessa forma, essa imagem regular de brasileiros cruzando as fronteiras dá aos moradores desse local a sensação de um alto índice de brasileiros, por mais que não estejam morando em Lethem. Neste sentido, as pessoas não só passam, elas ficam no imaginário daqueles que as vêem passar.

Por outro lado, há outro fator que influencia nessa noção de muitos brasileiros. Como já foi dito, Lethem é a capital da região 09, da República Cooperativista da Guiana, logo o que acontece nessa região reflete na cidade. Conforme Corbin (2009), no senso de 2002, elaborado pelo *Guyana Bureau of Statistics*, a referida região apareceu com o maior índice de brasileiros, seguida pela região 4 (capital do país) e 8. Dos 1.169 brasileiros contabilizados em 2002, 512 encontravam-se na região 9, ou seja, quase a metade.

Outro aspecto importante é que essa região teve um dos mais altos índices de crescimento populacional entre 1980 e 2002, vejam figura abaixo:

Região	População (1980)	População (1990)	População (2002)
Região 1	18329	18428	24275
Região 2	42341	43455	49253
Região 3	104750	95975	103061
Região 4	317475	296924	310320
Região 5	53898	51280	52428
Região 6	152386	142541	123695
Região 7	14390	14790	17597
Região 8	4485	5615	10095
Região 9	12873	15057	19387
Região 10	38641	39608	41112
Total	759568	723673	751223

Figura 08: Distribuição regional da população da Guiana, 1980-2002  
Fonte: CORBIN, Hisakhana, 2009.

A região 9 em 1980 representou 1,7% da população total daquele país; já em 2002 passou a representar 2,6 % da população. Conforme Corbin (2009) isso se dá por duas razões. A primeira tem a ver com a política econômica do país adotada, principalmente, na década de 1990, período no qual o país sofreu uma alta taxa de inflação, culminando na decadência das condições de vida da população e, conseqüentemente, no decréscimo populacional, obrigando mais de 30 mil pessoas a migrarem.

Concomitante a esse processo emigratório, ocorreu um movimento populacional internamente. Mesmo no período inflacionário, as regiões internas da Guiana “registraram as taxas de crescimento demográfico mais altas do país” (CORBIN, 2009, p.166), como se pode ver na figura 08. Assim sendo, as pessoas deslocam-se para as regiões que tinham como base econômica a mineração, realidade da região 9. E mais recentemente, a segunda razão do aumento populacional dessa região se deu pela “elevada fecundidade, sobretudo das mulheres indígenas, e da intensificação da imigração, principalmente, no setor da mineração” (ibidem).

Apesar de ter um pequeno núcleo urbano concentrado a beira rio, a cidade de Lethem, administrativamente, representa um território quase 8 vezes maior que o município de Bonfim, isto é, 57.790 km<sup>2</sup>. Portanto, se engana quem acha que a pouca infra-estrutura e o tamanho reduzido da cidade são referentes a uma falta de importância para o governo nacional e para a região 9. Fora a própria posição geopolítica que a torna muito importante para as duas nações fronteiriças, ela é parte de um espaço social que apresenta uma dinâmica *sui generis*.

Do outro lado do rio tem um “santo” que compartilha desse espaço social. Esse santo se fez município na década de 1980. Antes era apenas uma vila. De padroeiro tornou-se apenas Bonfim, o “Nosso Senhor” ficou na cabeça daquele que prestou homenagem ao santo da sua cidade natal. Deixou de ser uma homenagem a um santo e passou a nome próprio, assim como Lethem que deixou de ser sobrenome do ex-Governador da Guiana, 1946 e 1947, Gordon James Lethem, para se tornar nome. Vejamos como o Nosso Senhor do Bonfim passou à cidade na próxima seção.

## 2.4 Um padroeiro

O município de Bonfim conta com uma população três vezes maior do que a da cidade vizinha (Lethem), soma-se 10.943; existia para 2012 uma estimativa de 11.188 habitantes, conforme censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE (2010). Dessa população, aproximadamente 30% reside no perímetro urbano. Ocupa a terceira posição (54,56%) na incidência da pobreza dos quinze municípios de Roraima, ficando atrás apenas de Iracema (56,44%) e Uiramutã (55,03%).

Esse município se estende por uma área demais de 8.000 km<sup>2</sup>, sendo o seu relevo marcado por uma superfície plana. Compartilha do mesmo clima de Boa Vista, semi-úmido, dividido em período chuvoso e seco. Da área informada, aproximadamente 20% corresponde a terra indígena. A obra "Povos indígenas no Brasil, organizada pelo Instituto Socioambiental e publicada em 2011, informa existir nessa área sete comunidades, que são elas: Bom Jesus, Jaboti, Jacamim (Bonfim e Caracará), Malacacheta, Manoá-Pium, Moskow e Muriru (Bonfim e Cantá). Todas essas homologadas. Entretanto, durante a pesquisa recebi a informação de haver outras comunidades como: São João, Alta Arraia, Cachoeirinha do Sapo, Jacamim, Marupã e Novo Paraíso. Não conseguir informações se são comunidades que surgiram de dentro de terras já homologadas ou se estão reivindicando o direito a terra.

Apesar da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima, ainda trabalhar com um mapa desatualizado enquanto referência das terras indígenas, o seu uso serve para dar uma noção geral dos contornos e geografia do município de Bonfim, como se pode ver abaixo:

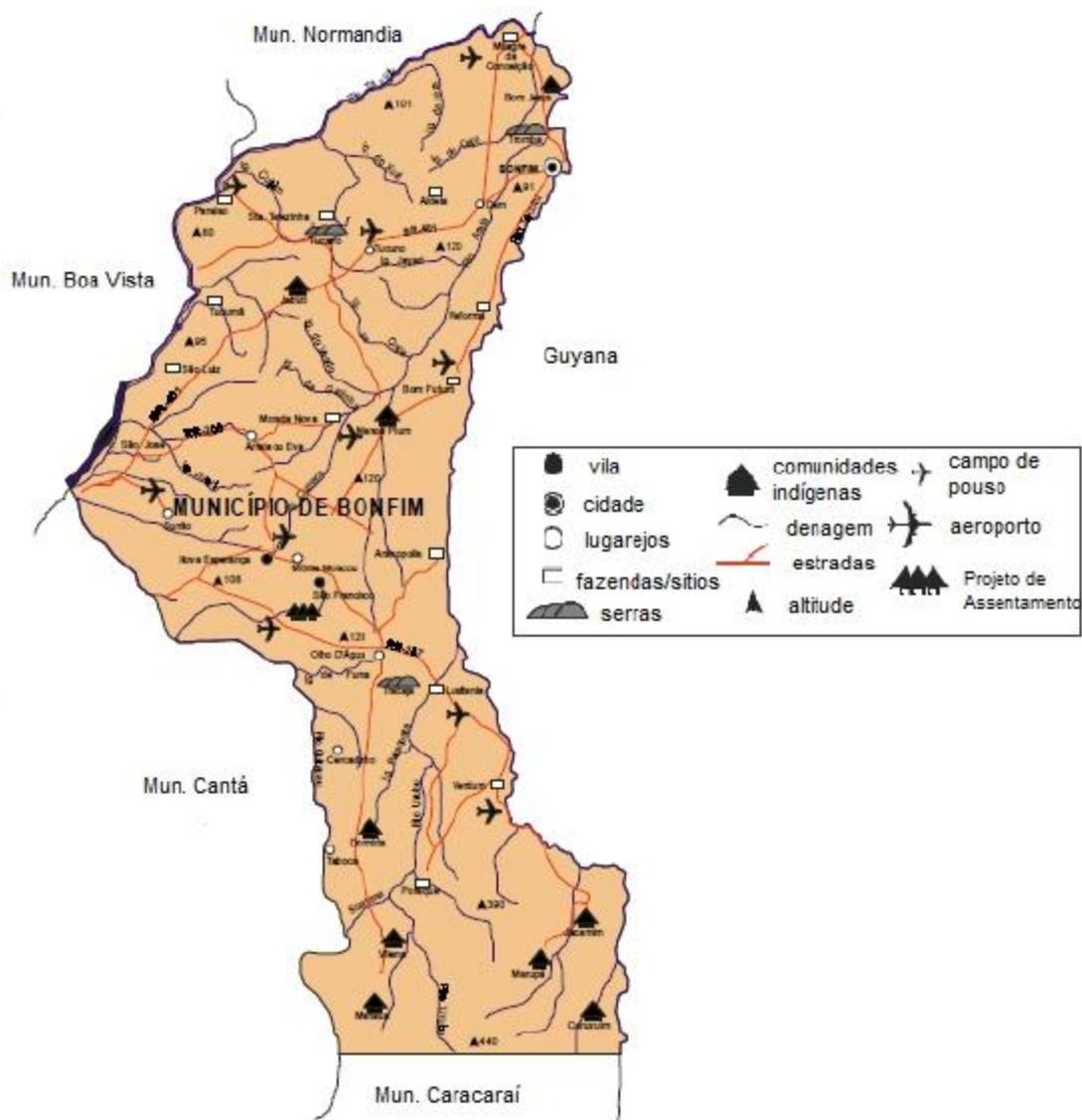


Figura 09: Mapa do Município de Bonfim

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima-SEPLAN

Diferente de Lethem, a cidade de Bonfim possui um plano de disposição de casas e ruas e uma infra-estrutura básica de serviços oferecidos pelo estado, como escolas, hospital, postos de saúde, creches, correios, delegacia, destacamento da Polícia Militar. Vale ressaltar que esses estabelecimentos não se concentram apenas na sede do município, eles estão espalhados nas vicinais, vilas e comunidades indígenas.

Apesar de ser formado por cinco bairros, o núcleo urbano de Bonfim onde fica toda a administração municipal mais parece um único bairro. Com um pouco mais de 3.000 habitantes é possível observar o conhecer e o reconhecer das pessoas nas

ruas, como se todos que se cruzam fossem familiares. Essa sensação me transportou para a definição de bairro que Certeau (2009) trás em sua obra “A invenção do cotidiano”, na qual o sujeito tem o espaço público como privado. Os olhares que foram lançados sobre mim davam a tônica de que havia um estranho no espaço deles, mesmo que o espaço fosse a rua, a padaria, o mercadinho ou a lan house. Assim sendo:

O bairro é uma noção dinâmica, que necessita de uma progressiva aprendizagem, que vai progredindo mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer aí uma apropriação [...] O bairro constitui o termo médio de uma dialética existencial entre o dentro e o fora. E é na tensão entre esses dois termos, um *dentro* e um *fora*, que vai aos poucos se tornando o prolongamento de um dentro, que se efetua a apropriação do espaço (CERTEAU, 2009, p. 42).

Quando eu cheguei ao centro urbano de Bonfim me deparei com uma avenida larga, asfaltada e pavimentada (ver figura 10). Do lado direito, um enorme espaço circundado por asfalto, formando algumas quadras, que pensei ser extensão da praça, que fica logo em seguida, mas fui informado de que se trata do espaço reservado para a área de livre comercio (ALC), no qual se instalariam as lojas e fábricas. Segundo alguns moradores, esta área já foi até loteada entre os filhos do prefeito anterior.



Figura 10: Avenida principal de Bonfim  
Fonte: arquivo pessoal, mar. de 2013.

Do outro lado está a rodoviária, com alguns bancos de concreto para os passageiros, dois banheiros, uma cabine para as vendas de bilhetes e uma lanchonete. Ainda desse lado há uma grande área sem construções, visão que é interrompida por um prédio de dois pisos, no qual funcionava uma lan house e uma pousada chamada Tacutu. Logo após tem uma academia de musculação. Uma sensação de vazio aos poucos foi me tocando, não havia sequer uma pessoa ou automóvel transitando neste percurso. A praça estava vazia e os prédios fechados. No centro da avenida avistei uma rotatória. Nela havia uma igreja Assembléia de Deus, uma lanchonete/restaurante e, a cooperativa de taxis de Bonfim. Somente a partir desse ponto eu pude verificar o movimento de pessoas e veículos.

Esta avenida leva à única farmácia da cidade, a uma padaria, pizzaria e uma lan house. Já no final dela, dobrando para o lado direito há um posto da policia militar e um mercantil. Antes há uma Igreja Católica. Logo após a rotatória, do lado esquerdo, surge uma rua paralela à avenida. Nesta rua fica a Pousada e Restaurante Fronteira, onde me hospedei por três vezes.

Numa outra rua que cruza a avenida logo após a rotatória estão localizados alguns prédios públicos: uma escola estadual, um posto municipal de saúde, um fórum, tribunal de júri, promotoria de justiça da comarca de Bonfim. Esta mesma rua é caminho para se chegar até a fronteira. Antes de chegar ao final dessa rua dobra-se a esquerda e segue-se por uma estrada de chão. Em um determinado momento a rua transforma-se, praticamente, em uma trilha e depois assume um formato de rua de piçarra. É justamente nesse percurso de trilhas que se dá a mudança de bairro. O transeunte sai do bairro Cidade Nova para entrar no bairro São Francisco (ver figura 11).

O bairro São Francisco é o mais próximo da fronteira; os moradores que lá residem assim como os demais, o chamam de beira. Na minha segunda viagem, ainda sem entender a configuração do espaço em Bonfim, entrevistei uma trabalhadora brasileira que dizia morar na beira; como a entrevista se deu durante o seu expediente de trabalho, deixei essa informação passar em branco. Ao rever as minhas notas, me deparei com essa tal de “beira”. No dia seguinte, quando fui tomar café na padaria, indaguei a pessoa que estava na caixa registradora: onde fica a beira? A mulher sorriu e me esclareceu que a beira era o bairro São Francisco.

As pessoas que trabalham em Lethem geralmente passam pela “beira”. Elas fazem o percurso citado no parágrafo anterior, pois muitos se deslocam de bicicleta ou mesmo a pé. Esse é o caminho mais curto. Conforme Mary (entrevista da loja Victor), “a maioria das pessoas que trabalham aqui moram na beira e no cidadelha<sup>26</sup>”. No Diagnóstico socioespacial da cidade de Bonfim-RR (2009), os referidos bairros são apontados como os que mais sofrem influência da cultura do país vizinho.

Este espaço do qual falo é mais bem visualizado por meio do mapa - elaborado por uma equipe de alunos do Instituto de Geologia da Universidade Federal de Roraima - que faz parte do “Diagnóstico socioespacial da cidade de Bonfim-RR”, realizado no ano de 2009. Neste mapa, podemos verificar toda a área urbana da cidade e a distribuição dos 5 bairros: São Francisco, Cidade Nova, Centro, 13 de maio e Getúlio Vargas.

---

<sup>26</sup> Cidadelha faz referencia ao sobrenome do prefeito que criou o bairro. Dessa forma, o “Iha” é de Gadelha.

MAPA GERAL - LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS ESTUDADOS

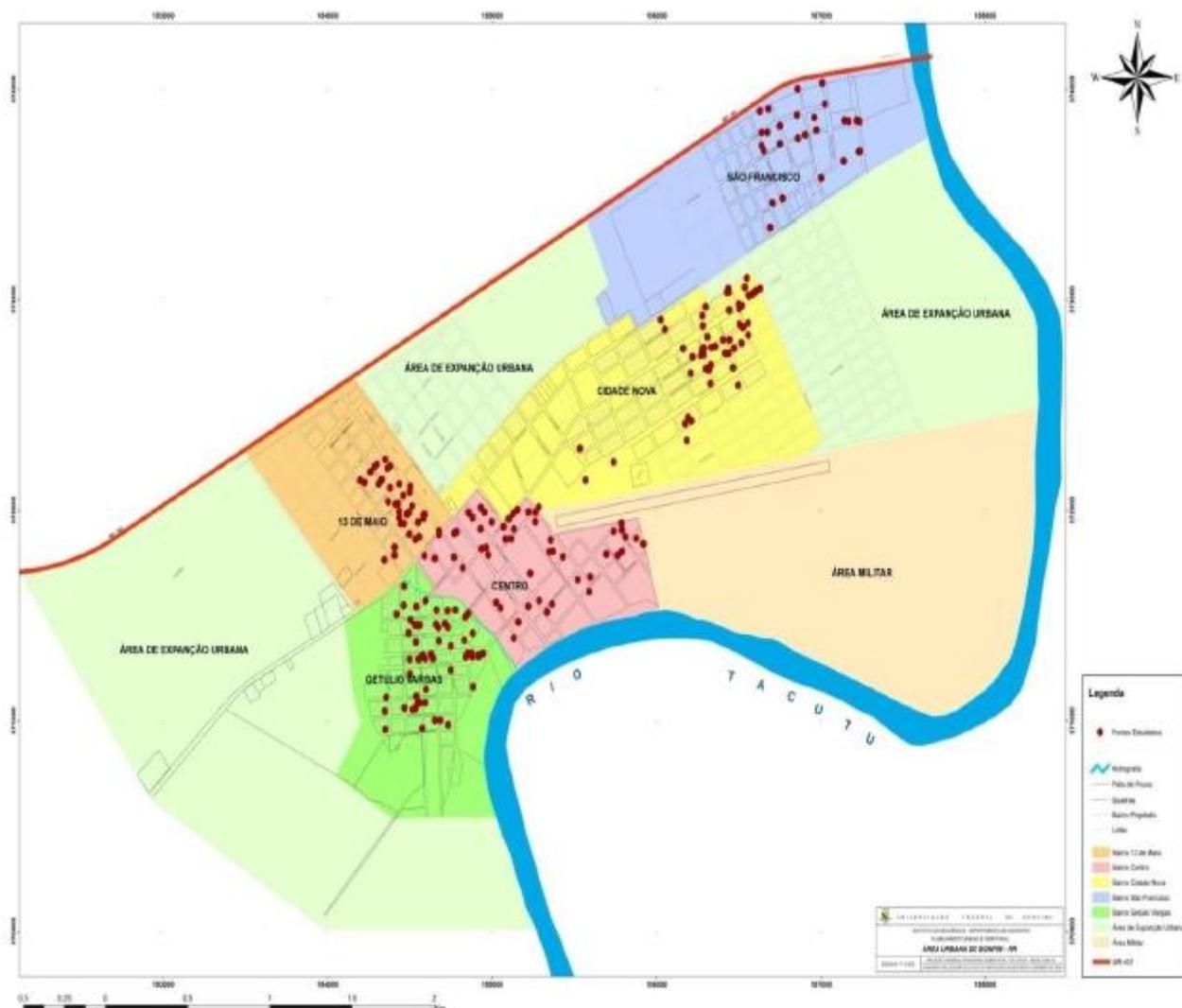


Figura 11: Mapa da Localização dos Bairros na área urbana de Bonfim  
 Fonte: Diagnóstico socioespacial da cidade de Bonfim-RR, 2009.

Em conversa com um taxista e morador de Bonfim, na qual tratávamos dos mais diversos temas, surgiram os tipos de pessoas que compõem a população daquela cidade: “a maior parte da população de Bonfim é de *cabocos*”. Quando eu lhe perguntei por que achava isso, ele me respondeu prontamente: “tudo vem de lá pra cá (Lethem). Aqui tem hospital de graça, remédio de graça, escola de graça, ainda tem a tal da FUNAI que dar tudo” (taxista, 09 de janeiro de 2012). Essa afirmação da composição da população dialoga com os dados do último censo do IBGE - 2010. Se somarmos a categoria cor e raça, na qual o indígena é quantificado em número de rendimentos (salários mínimos) chegamos à porcentagem de 29% da população total do município.

Bonfim faz parte de um conjunto de seis municípios que surgiram no ano de 1982, pela Lei 7.009, na qual desmembrou de Boa Vista e Caracaraí os municípios de: Alto Alegre, Mucajaí, São João da Baliza, São Luiz, Normandia e Bonfim (STAEVIE, 2012). Como assevera Staeve (2012), no ano de 1983, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária dinamiza a ocupação desse município com o projeto de assentamento agrícola de São Francisco, assentando 70 famílias. E no ano de 1985, assenta-se mais 80 famílias no projeto Vilena. Estas seriam umas das tentativas para o crescimento econômico e demográfico do município de Bonfim. Tal tipo de ação pode ser entendida dentro da lógica de frente de expansão, na qual o estado percebe a fronteira como um vazio geográfico que deve ser ocupado.

Neste sentido, parte das migrações internas, levando em consideração um determinado período, foi impulsionada pelo estado, fazendo parte de uma política de ocupação e desenvolvimento econômico da Amazônia que teve como pano de fundo uma estratégia militar de segurança nacional (SANTOS, 2004).

Para alguns autores como Senhoras, Veras e Silva (2012), o desenvolvimento econômico desse município pode ser compreendido dentro de cinco momentos: entre 1910 e 1920, transformação da zona de fronteira em um espaço de dinamismo econômico por meio do comércio da carne de gado; 1930 até 1960, atividade garimpeira que se iniciava na região; 1969, Revolta do Rupununi que ocasionou um deslocamento de guianeses para território brasileiro; de 1960 a 1980, aplicação do projeto de integração rodoviária com a criação da BR 401 que contribui para avanços e recuos dos fluxos e, por fim, a transformação do território em estado (SENHORAS; VERAS & SILVA, 2012).

Contudo, os cinco momentos citados pelos referidos autores não tem a ver só com a localidade de Bonfim, mas com a realidade global daquele território que se tornou Roraima. A saber, Roraima antes fora denominada de Rio Branco e era parte do estado do Amazonas, como explicita Cirino:

Em 1889, com a instalação da república no Brasil, a freguesia de Nossa Senhora do Carmo, pertencente à Província do Amazonas foi elevada à categoria de Município de Boa Vista do Rio Branco, pertencentes ao estado do Amazonas. Em 13 de setembro de 1943, por meio do Decreto n. 5.812, o Governo Federal criou o Território Federal do Rio Branco, tendo Boa Vista como a capital. Em 1962, pela Lei 4.182 de 13 de setembro, perde o nome

do Rio Branco e passa a se denominar Território Federal de Roraima. Em 5 de outubro de 1988, o território passa a estado (CIRINO, 2008, p.29).

Todo esse processo de se tornar Roraima deixa evidente a recente história dos municípios, que antes estavam diluídos na história da região do Rio Branco, mas que aos poucos foram adquirindo formas de currukelas, vilas, pequenos núcleos populacionais que impulsionados por um processo de reorganização do espaço sofreram mudanças sociais, econômicas e infra-estruturais até atingir o formato de divisão municipal de hoje. Ou seja, os cinco momentos destacados por Senhoras, Veras e Silva (2012) se confundem, ou melhor, têm ligação direta com a criação do Território de Roraima e posteriormente com a criação do estado de Roraima.

Vale ressaltar que anterior a municipalização, já existia uma vila homônima. Na última década do século XIX, um grupo de nordestinos chegou nessa região, marcando o que seria a gênese do município. Reza a história que em homenagem e devoção ao padroeiro da sua terra natal, Nosso Senhor do Bonfim, o baiano Manoel Luiz da Silva batizou essa localidade (op. cit.).

Diferente de Lethem que possui uma estrutura mínima e assim sendo poderia ser chamada de vila, a cidade de Bonfim na década de 1960 não passava de quatro casas, assim revela o senhor Chico (jul. 2013): “cheguei aqui e fiquei por aqui, eu e meu irmão. Aqui tinha seis pessoas, aqui no Bonfim, quando cheguei. Seis moradores...era Dona Florência, Dona Olinda, eu e meu irmão, Mané Peixoto, Antero e Chico Vicente ... era só mato”. Dessa forma, esse relato evidencia a história recente daquilo que se tornaria o município. Contudo, ao longo dessas cinco décadas houve mudanças consideráveis não só na cidade de Bonfim, mas na fronteira. Mudanças essas que serão apresentadas no próximo capítulo.

## A DINÂMICA NA FRONTEIRA OU FRONTEIRA DINÂMICA?

*As fronteiras não se desfazem jamais,  
elas se redesenham* (AUGÉ, 2010)

Há algumas décadas, a cidade de Bonfim era apenas a extensão do município de Boa Vista. Por sua vez, boa parte da região em que se localiza a cidade de Lethem já fez parte do domínio brasileiro sob a denominação de região do Pirara, onde existiam várias fazendas. Seguindo essa noção temporal de fronteira, na qual Augé (2010b) trabalha em sua obra “Por uma antropologia da mobilidade”, o que hoje é considerado como Roraima era apenas mais um território de difícil acesso do estado do Amazonas e o Amazonas foi parte desmembrada da colônia administrativa do Grão Pará e Maranhão. A República Cooperativista da Guiana foi três colônias distintas e que antes tinha sido apenas a costa norte da América do Sul de maior dificuldade de acesso para os europeus (FARAGE, 1991). Por fim, toda a América fora apenas um erro de navegação que passou a constar num mapa de um navegante europeu.

O parágrafo acima não deve ser levado ao pé da letra, mas deve-se considerar que as fronteiras vão se redesenhando ao longo do tempo e que as fronteiras como já foi apresentado no primeiro capítulo, conforme Augé (2010), são espaços sociais, portanto, desenhados e redesenhados pela ação humana. Neste sentido, aquela paisagem de lavrado quase que uniforme vista ao atravessar a ponte dos Macuxi, quebrada algumas vezes por capoeiras, plantações de canas, plantações de arroz e de *acácias*<sup>27</sup> não facilitam a distinção entre os municípios do Cantá e Bonfim, haja vista que em um determinado momento esses municípios eram um só território.

Devido a essa paisagem contínua, eu só identificava a minha entrada no município de Bonfim quando já estava na sede da cidade, ou seja, no perímetro urbano. Cerca de uma hora e quinze minutos era o tempo que levava para fazer essa diferenciação. Em quilômetros esse tempo equivalia a 125 km da capital de Roraima àquela cidade.

---

<sup>27</sup> É um tipo de árvore. A espécie plantada em Roraima é *acácia mangium*

Eu já havia viajado duas vezes para Bonfim sem interesses acadêmicos e não tinha percebido alguns detalhes que me forcei a perceber nas idas para coleta de dados, a começar pelo outdoor fixado poucos metros antes da ponte dos Macuxi. Nele havia propaganda de uma das lojas localizada na cidade de Lethem e ao longo da estrada foi possível ver pequenas placas informando a “Strong” como a melhor loja para se comprar.

A vida em Lethem gira em torno do comércio. Quando questionei uma lojista sobre como era morar naquela cidade, a mesma me respondeu:

É horrível! Vamos fazer assim um resumo: é horrível! Você não tem é... a única coisa, a única diversão é o seu trabalho diário. Cinco horas quando você fecha acabou, não tem mais nada: é casa, TV e dormir. A noite, a iluminação é super baixa. Até para sair assim não tem condições. A iluminação é baixa, a cidade é morta, não tem uma praça (...) aqui tudo funciona diariamente (durante o dia). (sic) (Paula, março de 2013)

Conforme a interlocutora a única forma de diversão em Lethem é o trabalho. Ela Trabalha de segunda a domingo. Por outro lado, os moradores locais dizem que Lethem ainda apresenta uma vida noturna mais atraente do que a de Bonfim. Do lado guianense, os jovens brasileiros buscam diversão nos dois bares que funciona como se fossem boates, oferecendo música ao vivo e Djs nos finais de semanas.

Vale lembrar que o perímetro urbano de Lethem é formado por algumas ruas que se expande sentido ao rio Tacutu. O centro comercial da cidade se resume em apenas uma rua principal (ver figura 05 e 06), que não atinge 800 metros de extensão. Atravessando os 230 metros da ponte sobre o rio Tacutu percorrem-se cerca de 700 metros até o posto de fiscalização guianense. Mas antes de atingir esse posto há um pequeno sistema de viaduto que faz com que o motorista brasileiro assuma o lado esquerdo da pista, pois naquele país a regra de trânsito prever esse lado como correto, haja vista a própria engenharia dos carros, nos quais os motoristas se assentam do lado direito, como assegura o aviso na figura abaixo,



Figura 12: Placa de Bem Vindo com aviso para dirigir do lado esquerdo  
Fonte: arquivo pessoal, mar. de 2013

Da ponte é possível visualizar algumas construções que se destacam em meio ao verde do lavrado. O prédio do posto de fiscalização guianense é uma dessas poucas construções que se torna aparente quando o carro está cruzando a ponte. Próximo a esse posto a estrada se divide em duas vias; uma dessas vias é bloqueada por um portão de ferro impedindo o avanço de qualquer veículo e a outra é a via de acesso àquela cidade. Há um terceiro caminho, mas esse é percorrido pelos moradores que fazem o trânsito diário a pé ou de bicicleta, ficando antes do posto quase 200 metros.

O posto de fiscalização fica na segunda via, onde há uma guarita do lado esquerdo e um prédio em formato quadrado do lado direito. Na guarita há sempre dois funcionários que observam a entrada de veículos e de pessoas. Como já foi informado, após este posto, recentemente foi criada uma espécie de parada de taxi. O taxista que me levou até esta parada me explicou que foi proibida a circulação de taxis brasileiros na cidade de Lethem devido a implantação e crescimento desse serviço do lado guianense.

Do ponto de taxi ao centro comercial não é tão longe. Contudo, o clima da região não facilita empreender uma caminhada para quem está disposto a fazer compras, pois quando não está chovendo está quente o suficiente para deixar qualquer uma crise de insolação. Sem sombra ao longo da estrada, a pessoa só

pode contar com alguns poucos pés de caimbés<sup>28</sup>, que de nada adianta, haja vista a sua pequena estatura e pouca folhagem, produzindo quase nenhuma sombra. No final dessa estrada, dobrando a direita, segue-se para o comércio; dobrando a esquerda e percorrendo 482 km chega-se a capital da República Cooperativista da Guiana, Georgetown.

Na primeira vez que fui visitar esta cidade, lembro-me que quando atravessasse o posto de fiscalização, a impressão que tive foi que o centro urbano estava longe. Algumas casas aqui e acolá me davam essa sensação. De repente me vi com os pés tocando um chão avermelhado e de frente a uma loja que na fachada tinha como letreiro “American Store”. Foi quando me dei conta que estava em contato com o comércio de Lethem.

### **3.1 A cidade de Lethem e o seu centro comercial**

Assim como Demartini (2005) e Castiglioni (2009) a migração pode ser vista por diversos ângulos, a fronteira segue na mesma linha. Não é possível tomar uma fronteira, aqui digo fronteira internacional, como modelo para se estudar as demais ou elaborar uma teoria para dar conta das particularidades de todas as fronteiras. Digo isso, porque nem de longe, a fronteira entre o Brasil e Guiana é igual a qualquer outra. Por mais que haja um fluxo de brasileiros que se deslocam para aquela fronteira por causa do comércio, como na fronteira Brasil/ Paraguai ou Brasil/Venezuela ou Brasil/Uruguai. A dinâmica é outra. A configuração do espaço é diferente; os grupos e suas relações estão em outros níveis, formatados pela particularidade do local. Mesmo os moradores de Roraima que compartilham de uma realidade de duas fronteiras internacionais muito próximas, as relações sociais se estabelecem de formas díspares em cada uma delas, pois seguem outros caminhos e outros eixos, como afirma Augé (2010):

Itinerários, eixos ou caminhos que conduzem de um lugar a outro e foram traçados pelos homens e [...] em cruzamentos e praças onde os homens se cruzam, se encontram se reúnem [...] construídos por certos homens e que definem, em troca, um espaço e fronteiras além das quais outros homens se

---

<sup>28</sup> É uma árvore típicas da região dos lavrados de Roraima

definem como outros, em relação a outros centros e outros espaços (AUGÉ, 2010, p.55).

Na conformação dessas fronteiras, aos longos dos anos, foram lançadas as características que fazem os contornos sócio-espaciais próprios daquele lugar. Quando Augé (2010) diz que as fronteiras não se desfazem, mas são redesenhadas, ele informa que o espaço é social e portanto construído por relações e inter-relações humanas. Neste sentido, a cidade de Lethem apresenta em seu comércio toda uma particularidade nas relações sociais e na configuração do espaço.

Uma única rua abriga as maiores lojas, hotéis e restaurantes de Lethem. Em poucos minutos é possível percorrer toda a sua extensão. Ladeada por lojas e algumas poucas casas, ela se desdobra em curvas e em uma contínua descida quase imperceptível. Como se fossem afluentes ou tributários que deságuam em um rio principal pode se verificar as ruelas saindo (em maior quantidade do lado direito de quem chega a cidade) das laterais da rua do comércio.

A rua em si é estreita mas sobra um largo espaço da beira dela até as calçadas de cada loja. No inverno, ou melhor, no período das chuvas, a falta de pavimentação dessa via causa alguns transtornos aos lojistas e aos clientes. A água da chuva ao entrar em contato com a piçarra avermelhada que se estende da estreita e fina camada de asfalto até as portas das lojas, forma uma lama quase que impossível de ser retirada dos sapatos. Por outro lado, durante o período de estiagem ou seca, não é aconselhável a uma pessoa que tenha problemas respiratórios fazer uma visita a este lugar, pois quando os carros passam em velocidade elevada, segue uma trilha de poeira, formando uma espécie de cortina.



Figuras 13 e 14: principal rua do centro comercial de Lethem  
 Fonte: arquivo pessoal, mar. de 2013.

Apesar dessa rua abrigar praticamente todos os pontos comerciais da cidade, ainda é possível observar, como nas figuras acima, grandes áreas sem nenhum estabelecimento. Contudo, impulsionada pelo comércio, a cidade de Lethem tem apresentado um crescimento que pode ser observado através do número elevado de construções de novo imóveis. São várias as lojas e restaurantes que começaram a funcionar a menos de 1 ano e há várias outras construções em andamento. A cidade parece um canteiro de obras. Não são apenas prédios comerciais que estão sendo erguidos, imóveis residenciais estão ocupando o lavrado no sentido rio Tacutu.

Em janeiro de 2012, quando estive lá pela primeira vez com o intuito de levantar dados para a minha pesquisa, a janeiro de 2013, a configuração espacial era outra. No período de 1 ano, três lojas foram construídas do lado esquerdo de quem chega ao centro comercial de Lethem; logo após a Loja “American Store” foi construído um restaurante que serve café da manhã e almoço. Lembro-me que no restaurante eu pude confirmar a sua recente abertura; de acordo com o funcionário, havia apenas 7 meses que este restaurante estava de portas abertas.

Para alguns moradores da fronteira, a ponte que se cruza logo após o restaurante já citado é, verdadeiramente, o início da cidade de Lethem, como me disse uma vendedora da loja “Victor Shop”, “ali começar Lethem. Pra cá é outra coisa” (sic), (janeiro de 2013). Essa “outra coisa”, conforme um esquema de distribuição espacial de 1969, apresentado por Silva (2005), é uma das vilas anexas, chamada Tabatinga. Para outros moradores e trabalhadores esta divisão existe

enquanto bairro. Essa percepção está na fala de Silvio: “Tipo assim! Lethem é o município. Daí Tabatinga são... Tabatinga, Cuvelt City, Stlgnacio são tudo bairros” (sic), (março de 2013). Essa noção de bairro se dá pelo tamanho e proximidade dessas localidades; no trabalho de Silva (2005) essas localidades aparecem como duas vilas e uma missão indígena e mesmo Lethem é considerada como uma vila maior:

Lethem é uma pequena vila da República Cooperativa da Guiana, localizada à margem direita do Rio Tacutu, fronteira com o Brasil, a uma distância de 128 km de Boa Vista e a 700 km de Georgetown. Aproximadamente 22 mil pessoas vivem na região do *Upper Takutu-Upper Essequibo*, da qual Lethem é a capital, cuja população é de 3.000 pessoas, considerando Tabatinga e Cuvelt City, vilas anexas. Dos que vivem em Lethem, 40% são indígenas, excluindo a Missão St. Ignacio, que tem uma população de 1.600 pessoas, das quais 1.400 são indígenas (SILVA, 2005).

No que se refere ao pequeno número de habitantes da cidade de Lethem, tem-se que atentar para a realidade da República Cooperativista da Guiana como um todo. Lethem, como bem demonstrada na obra de Silva (2005), está localizada em uma região interiorana daquele país, fora do raio de concentração populacional que é a costa guianense. Dessa realidade de baixo contingente compartilham mais três regiões: Barima-Wari, Cuyuni-Mazaruni e Potaro-Siparuni. Corbin (2009) recorre a formação histórica para explicar esse fenômeno de distribuição desigual da população no espaço guianense. De acordo com Corbin esta distribuição é tão desproporcional que 75% do território do país é ocupado por apenas 10% da população. É também por isso que a cidade de Lethem carrega características de uma vila: poucos habitantes, serviços públicos precários, não há sistema de coleta de lixo, não há saneamento básico, entre outras coisas.

Para um visitante desinformado, o horário de abertura das lojas pode parecer um capricho dos proprietários, haja vista que a maioria das lojas começam a funcionar a partir das 8h:00 da manhã e algumas outras só a partir das 9h:00. Mas esse horário tem a ver com o sistema de abastecimento de energia que é interrompido por cerca de 4 horas todos os dias. Conforme Paula, essa interrupção estava atrapalhando ao comércio pois acontecia no período da tarde, no horário do expediente. Depois de uma reunião com a administração local de Lethem e os comerciantes, ficou acertado que a energia seria suspendida pelo período da

manhã, das 4 às 8 horas, como fala Paula: “Aqui não existe hidrelétrica. Aqui é motor Scania que fornece energia para gente. Tanto que a gente tem racionamento das 4 manhã às 8, todos os dias. As 4 desliga e as 8 volta” (sic)(março de 2013).

De certa forma, este tipo de abastecimento energético torna-se muito oneroso, haja vista que o combustível percorre aproximadamente 500 km até chegar a cidade de Lethem e conseqüentemente atinge o bolso dos moradores e comerciantes locais. Continuando Paula, “a energia é muito cara”. Ela diz ser inacreditável pagar R\$ 280,00 por uma conta de luz, sendo apenas ela e seu filho que tem alguns meses de nascido. Por isso, não é de se estranhar a pouca iluminação nas lojas, principalmente as menores. As maiores lojas são as que apresentam maior claridade, mas devido ao bom aproveitamento da luz natural.

O abastecimento de água da cidade é feito por meio de poços artesianos; cada casa e cada loja têm seu poço. Geralmente as residências e prédios comerciais possuem um motor que bombeia a água para uma caixa d'água preta (figura 08), que depois é distribuída pelo encanamento que fica a critério de cada proprietário.



Figura 15: caixa d'água  
Fonte: arquivo pessoal, mar. de 2013.

Há lixo em todas as ruas. Quem está de carro quase não percebe pois o lixo se acumula onde tem pequenos arbustos e, geralmente, em frente das lojas não tem este tipo de vegetação. O acúmulo do lixo como sacolas e garrafas plásticas, latas de refrigerantes, papéis, copos descartáveis e toda uma ordem de sujeira produzida pela cidade é claramente perceptível quando se anda a pé.

É possível observar também, transitando, as estruturas das lojas. As maiores seguem um padrão de hangar. São tão altas e largas que caberia em seu interior um avião bimotor Boeing 717 com muita facilidade. Geralmente essas lojas são as que apresentam os menores preços. Vendem calçados, roupas, brinquedos, perfumes, material de decoração para casa e eletrônicos. Na verdade, a maioria oferece produtos que se enquadram nas categorias de cozinha, cama, mesa e banho. Contudo, tem algumas lojas que se especializaram e oferecem apenas produtos ligados ao ramo que escolheram. Por exemplo, há lojas que só vendem bicicletas e peças para motos. Por outro lado, não é incomum encontrar, logo na entrada das lojas, latas de biscoitos empilhadas e alguns pacotes de temperos.

O centro comercial de Lethem conta com um pouco mais de duas dezenas de lojas, três hotéis, cinco restaurantes, dois postos de combustíveis e um supermercado. Por se tratar de um centro comercial pequeno, as lojas acabam diversificando nos produtos disponíveis, mesmo que seja em pouca quantidade. Praticamente, todas as lojas reservam uma pequena área para perfumaria e papelaria. Contudo, há estabelecimentos que oferecem mais de um serviço como loja, hotel e posto de gasolina ao mesmo tempo. Também há um prédio que dispõe de algumas galerias, onde é possível encontrar lojas especializadas em roupas para bebês, venda de celulares e lanchonete.

### **3.2 Made in China. Aqui não é o Paraguai!**

Diferente da fronteira Brasil/Venezuela, na qual os brasileiros acompanham a oscilação da moeda vizinha, procurando sempre o melhor momento para efetuar o câmbio, na Fronteira Brasil/Guiana poucos sabem o valor do Dólar Guianense (GYD). Não há preocupação em saber se a moeda daquele país está em alta ou em baixa, pois os produtos estão registrados em Reais. Em alguns estabelecimentos há

etiquetas com os preços marcados nas duas moedas. Não obstante está no valor da moeda brasileira, as mercadorias apresentam menores preços em relação aos preços praticados no comércio de Boa Vista.

Embora não pareça, concentrado em uma única rua e com poucas lojas, o comércio de Lethem oferece uma enorme variedade de produtos que só podem ser encontrados em grandes mercados. É possível encontrar desde ervas e temperos orientais a confecções e calçados de grandes marcas. Itens que compõem os estoques de sacoleiros que atravessam diariamente a Ponte da Amizade<sup>29</sup> fazem parte da realidade da fronteira Brasil/Guiana. E são esses produtos que os brasileiros buscam cotidianamente nesse comércio.

Se para algumas pessoas de outros estados brasileiros “lacoste” é uma marca vista apenas em vitrines de lojas finas, as chamadas Butiques, aqui em Roraima é possível encontrá-la no varal de cada residência, no corpo suado de meninos brincando de bola na esquina, manchada de graxa na oficina de mecânica, nos bares da cidade e entre outros lugares, perpassando os níveis sociais. “Adidas”, “puma”, “nike” ou “all start” são marcas de calçados comumente vistos nos pés das crianças que já frequentam a escola, chegando a compor o uniforme escolar. Pode até ter um ar de exagero, mas a presença desses produtos é visível em cada canto do estado. São produtos importados, é certo, mas são produtos falsificados, considerados de terceira linha. Contudo, chamam a atenção de muitos compradores. A cidade de Boa Vista não é a única consumidora desses produtos.

Vem compradores dos demais municípios e até de outros estados: Amazonas, Ceará e Maranhão. Em conversa com um guianense, proprietário de uma loja, ele me revelou que os compradores de outros estados levam em maior quantidade. Essa conversa se deu em janeiro de 2013, na época eu lhe perguntei quanto custava uma camisa modelo baby look, ele me respondeu que a partir de 100 peças cada camisa custaria R\$ 7,00 mas se fosse só uma peça, custaria R\$ 10,00. Lembro-me de dizer-lhe que mesmo se eu quisesse, eu não conseguiria passar na barreira. Então ele me falou que existiam outros caminhos. Foi quando disse: “ontem eu vender 700 peças para um comprador do Ceará” (sic). Não fiquei

---

<sup>29</sup> Ponte que liga o Brasil ao Paraguai.

tão surpreso pois em janeiro de 2012, dona Maria<sup>30</sup> revelou que um homem da cidade de Manaus havia passado com uma carga de cigarros que ultrapassava dois mil maços. Conforme essa interlocutora, ela só sabia precisar de onde era o homem e a quantidade de cigarros, porque ela lhe deu hospedagem.

Dessa procura por produtos vendidos em Lethem surge uma questão que tomarei o Ceará como exemplo: Se há grandes feiras de confecções que apresentam roupas com preços muito atraentes naquele estado, por que pessoas de lá vem comprar aqui? Talvez a resposta resida no fato de que não é o produto em si que é comprado, mas sim a *marca*. Dessa forma, “o que consumimos são marcas” (ROCHA, 1993, p.67).

Mas para uma marca se tornar desejada, ela tem que ser divulgada e tornada familiar. As lojas de Lethem não precisam fazer publicidade dos seus produtos pois eles já são íntimos dos seus clientes. Ao estudar a publicidade no Rio de Janeiro, Rocha (1993) nos revela a perversa lógica que é transportada para o mundo publicitário, no qual a marca é personificada, criando-se uma identidade própria que extrapola as dimensões do produto. Essa identidade vendida muda a lógicas dos comentários, não é mais “aquele cara é bacana”, mas “as roupas daquele cara é bacana”. Conforme Augé (2010 a) tudo isso só é possível porque vivemos hoje em uma era de mundo cidade e cidade mundo, no qual as informações estão no espaço do excesso, característico da supermodernidade. O que se vê são imagens: os lugares, as coisas, os sabores deixam de ser, de existir por si só e se tornam uma imagem, um texto. A imagem se torna tão familiar que o sujeito chega a pensar que conhece determinado lugar por ser informado constantemente pela publicidade.

Por outro lado, Boa Vista (de onde vem o fluxo diário de clientes), Bonfim e Lethem não se enquadram naquilo que Augé (2010b) chama de cidade mundo, onde há a sensação de ter todo o mundo representado em uma única cidade, aspecto característico das megalópoles. Então como elas participariam da lógica publicitária? Como a imagem, a marca se tornaria familiar para os moradores dessas cidades? E o autor nos responde:

---

<sup>30</sup> Moradora da cidade de Bonfim

Na intimidade de nossa casa, enfim, imagens de toda espécie, transmitidas por satélites, captadas pelas antenas que guarnecem os telhados das mais afastadas de nossas cidadezinhas, podem dar-nos uma visão instantânea e, às vezes, simultânea de um acontecimento em vias de se produzir no outro extremo do planeta [...] a imagem exerce uma influência, possui um poder que excede de longe a informação objetiva da qual é portadora. Além disso, é preciso constatar que se misturam diariamente nas telas do planeta as imagens da informação, da publicidade e da ficção, cujo trabalho e cuja finalidade não são idênticos, pelo menos em princípio, mas que compõe, debaixo de nossos olhos, um universo relativamente homogêneo em sua diversidade. (AUGÉ, 2010 a, p.34)

Com essa citação, o autor não só responde às questões em tela, mas vai de encontro com a sensação de vazio que tive nas minhas primeiras visitas a cidade de Bonfim. Achei a cidade muito pacata. Quase não via pessoas transitando nas ruas. Tal fenômeno me despertou curiosidade. Em entrevista com a vice-diretora de uma escola estadual, me foi revelado que os moradores têm o costume de ficar em casa assistindo televisão. Foi quando eu observei que na maioria das residências tinha antena de TV por assinatura, tinha antena parabólica, às vezes as duas, “as pessoas que não vão para as malocas<sup>31</sup>, ou trabalhar do outro lado (Lethem), ficam em casa assistindo televisão. É por isso que a cidade fica um deserto” (mar. 2013). Dessa forma, a lógica publicitária transmitida pela TV por assinatura e pela parabólica dá aos moradores de Bonfim o acesso a marca, antes mesmo de possuir o produto. As pessoas vão ou são levadas ao comércio de Lethem não para fazer turismo, mas para fazer compras; a maioria dessas pessoas sequer param para almoçar. Durante a pesquisa, eu observei que os restaurantes atendem mais os trabalhadores das lojas e os próprios moradores da cidade.

No período em que fui camelô conheci muitos ambulantes que compravam roupas do estado do Ceará para serem revendidas em Boa Vista. Lembro-me que o lucro era satisfatório a ponto de alguns se tornarem lojistas, no entanto, não eram produtos que imitavam marcas famosas. Entretanto, há que ser considerado que não se trata apenas de falsificações de grandes marcas, pois é possível encontrar estes tipos de produtos no comércio da cidade de Manaus, mas o alto nível da falsificação. Digo isso porque um professor que veio ministrar um curso recentemente na Universidade Federal de Roraima, conhecedor de feiras e mercados nos grandes centros urbanos não só da América Sul como da Europa,

---

<sup>31</sup>

Também chamadas de aldeias ou comunidade indígenas

reconheceu que nunca havia visto produtos de tamanha semelhança com os originais. Lembro-me que um amigo alertou-me ter ouvido o vendedor falar “esses são os autênticos piratas”, sugerindo um sentido de qualidade do produto.

Contudo, essa minha observação poderia cair por terra, haja vista que boa parte das mercadorias piratas produzidas no mundo advém da China (MACHADO, 2004). Todavia, essas mercadorias seguem percursos e níveis de classificações diferentes, assim sustentando a minha colocação.

Por mais que venham dos Estados Unidos ou do Panamá, essas falsificações têm uma origem certa: China. Produzidas na China e exportadas para todo o mundo, as mercadorias adquirem preços e lugar de destino conforme o nível de qualidade, conforme uma lojista de Lethem diz, “fabricado na China, que é a China que fabrica. Só que aí a China divide: primeira linha, Estados Unidos; Segunda linha, Canadá; terceira linha, aí que já vai caindo, vai para esses países mais (tem sentido de menos) subdesenvolvidos, país mais pobre. Aí no caso já é uma mercadoria de preço mais baixo” (março de 2013). Ainda que estejam dentro da categoria de terceira linha, os produtos que desembarcam no porto de Georgetown são imitações fieis aos originais, o que agrada muito aos brasileiros que fazem compras em Lethem. Mas quem são esses brasileiros?

É muito interessante a observação que Machado (2004) faz ao se referir ao perfil do público que busca por produtos piratas. Segunda a autora, na atualidade já não é mais possível afirmar que a classe popular é a que mais compra produtos piratas e que os motivos residem na simples tentativa da imitação da classe média ou alta, aspecto que Bourdieu (1983) considerou importante em sua obra “Gostos de classe e estilos de vida”. Para a referida autora, aquilo que ela observou como vergonha para as pessoas de classe média que compravam nos camelódromos de Porto Alegre, passou a ter ares de status, de *fashion*:

Nos primeiros diários de campo, anotei: „as pessoas de camadas médias parecem se esconder quando estão comprando no camelô, baixam a cabeça depois saem correndo, sem olhar para os lados, como se estivessem fazendo algo errado. Com o passar do tempo comecei a perceber cada vez mais mulheres e homens de camadas médias totalmente „desavergonhados“. Pessoas do meu círculo de amizade, colegas de mestrado, familiares, todos vinham me contar: „comprei nos teus

informantes!" [...] hoje em dia não é mais algo velado e desprestigiado, ao contrário, é fashion" (MACHADO, 2004, p.100-101).

Essa referência a obra de Machado (2004) é para evidenciar que o comércio em Lethem não atende apenas uma camada específica de brasileiros. Para lá vão professores universitários, médicos, militares e autônomos entre outros, para comprar desde produtos para decoração de casa até confecções e bolsas de marcas renomadas. Apesar desse comércio não ser destinado a uma determinada classe social, não quer dizer que não passe por uma ordem simbólica e cultural do consumo. Como diz Rocha (1995) nenhum tipo de consumo acontece de forma neutra. Ele (o consumo) pode representar ou realçar diferenças identitárias, visões de mundo e estilos de vida. Oportunamente, eu digo que o consumo também marca época. Isso se levarmos em conta a **troca** como palavra fundamental do consumo, como diz Rocha (1995, p.67), "o domínio do consumo é o da compra, da venda, das escolhas, dos negócios. É por excelência, um „negócio“ humano. Nele, a palavra fundamental é a **troca**. Homens, objetos, valores e dádivas são trocados, adquiridos e retribuídos" (grifo nosso). Como foi demonstrado no capítulo II, as relações e os negócios nessa região já foram estabelecidos há muito tempo, bem antes das mercadorias chinesas, ou melhor, antes da colonização. A **troca** de objetos, escravos e comidas já acontecia sem a presença europeia nessa parte das Américas (DREYFUS, 1993).

Na história mais recente, em meados do século XX, o comércio que acontecia na fronteira Brasil e Guiana, mesmo sendo de forma ilegal, contava com produtos de origem Inglesa. Os mais velhos lembram com um certo saudosismo, "naquele tempo tinha produto bom". Dona Preta, uma das moradoras mais antigas de Bonfim, diz que "antigamente tinha uma caixa de suco que vinha todo tipo de fruta. Parecia sonrisal. A gente colocava na água. Já vinha com açúcar... chega dá água na boca!"

Eu entendo que o comércio na fronteira Lethem e Bonfim está inserido numa lógica maior sendo essa a realidade da globalização, que por motivo de uma compreensão melhor do processo na atualidade, prefiro chamar de

“mundialização<sup>32</sup>”, termo adotado por Augé (2010b). Primeiro, as mercadorias são imitações de grifes internacionais e fazem viagens transatlânticas. Segundo, os brasileiros para efetuarem as suas compras adentram o território de outro país, configurando-se num fluxo transnacional não só de pessoas mas também de mercadorias e informações. Vale ressaltar que os moradores de Bonfim e Lethem compartilham dessa realidade diariamente. Aqui cabe a noção de mundo-cidade, a qual Augé (2010b, p.9) usa para dar conta da “circulação ininterrupta dos homens, dos bens e das mensagens” na escala mundo.

O fenômeno da globalização não é recente. Considera-se que foi um processo desencadeado a partir do momento em que o homem começou a navegar e a negociar em centros cada vez mais distantes do seu lugar de origem. O que chama a atenção, ou pelo menos deveria, é a transformação acelerada que nos leva para os excessos de: tempo, espaço e individuo. Conforme Augé (2010a), o mundo contemporâneo é, antropologicamente falando, o maior laboratório que já existiu, desde que se desconsidere alguns conceitos arcaicos e se passe a olhar os lugares e as mudanças como oportunidade para se perceber o Outro. Esse Outro pelo qual gasto as minhas retinas, está inserido neste sistema-mundo que o faz semelhante a tantos Outros mas que o torna tão diferente quando visto de perto, da sua realidade individual.

Quando o utilizo a expressão **“Made in China. Aqui não é o Paraguai!”** quero evidenciar que por mais que o comércio de Lethem seja composto basicamente por produtos de origem chinesa e os dois países estejam conectados por uma ponte, semelhante ao Paraguai, o lugar antropológico é outro. Para tornar possível essa comparação, tomo como base a obra de Machado (2004), “A garantia soy yo”, que me permitiu perceber que as relações foram construídas e formatadas em num processo histórico totalmente diferente, gerando questões identitárias peculiar àquela fronteira. O espaço social, como já foi dito anteriormente, é feito na dinâmica dos itinerários, eixos ou caminhos e quem os fazem é o homem, isto é, são “construídos por certos homens e que definem, em troca, um espaço e fronteiras

---

<sup>32</sup> Augé (2010b, p.30) explica que “sob o termo „mundialização”, entendemos ao mesmo tempo a globalização, que se define por extensão do mercado liberal e o desenvolvimento dos meios de circulação e de comunicação, e a planetarização ou consciência planetária”.

além das quais outros homens se definem como outros, em relação a outros centros e outros espaços” (AUGÉ, 2010a, p.55).

Nesta fronteira o consumo percorre caminhos para além da diferenciação identitária, visões de mundo e estilos de vida, avançando fronteiras internacionais e étnicas. Ele rompe a separação de objetos e pessoas, criando um espaço de circulação de mercadorias e de relações sociais.

Se há mercadoria é porque existe o consumo e, por sua vez, se há consumo é porque existe o comércio e, conseqüentemente, existe a mão de obra que está no intermédio da troca, ou melhor, da venda e da compra; é “no domínio do consumo, onde homens e objetos são postos em contato” (ROCHA, 1995, p.67). Contudo, o contato não é somente entre homens e objetos, mas entre homens e homens.

Neste sentido o consumo por meio do comércio de Lethem não gera apenas o contato direto de brasileiros com produtos importados, gera também relações de patrões/empregados, empregados/ clientes, clientes/ patrões e empregados/ empregados. Contudo, não ignoro que essas relações passam por uma lógica de fronteira em que, ora é acionada a condição da nacionalidade, ora é acionada a condição étnica. De forma mais incisiva Cardoso de Oliveira (2005, p.15) fala de uma sobreposição de identidades nas relações estabelecidas em situações de fronteiras:

Portanto, no caso de uma situação de fronteira, aquilo que surge como um poderoso determinador social, político e cultural – provavelmente mais do que a etnicidade - passa a ser a nacionalidade dos agentes sociais; é quando nacionalidade e etnicidade se interseccionam, tal qual identidades que passam a ocupar, praticamente, um mesmo espaço. E é exatamente esse espaço ocupado pela nacionalidade que tende a se internacionalizar [...], como seria de se esperar, apenas a dimensão política, ou melhor, a identidade política e, portanto, a nacionalidade, continuaria a marcar a descrição dos indivíduos nos dois lados da fronteira.

Com isso não quero levar a discussão para o nível de nacionalidades. Mesmo porque a realidade dessa fronteira não se faz apenas das relações entre brasileiros e guianenses. Digo isso para não deixar de fora os aspectos micro das situações cotidianas, nas quais são evidentes as questões étnicas. Se eu procedesse ao contrário, estaria ignorando a composição étnica da República Cooperativista da

Guiana, a qual se expressa na presença de afroguianenses, indoguianenses, chineses e indígenas. Essa composição está presente no comércio, como veremos no próximo capítulo.

### **3.3 De lugares a não lugares: a dinâmica das relações sociais no fluxo diário de clientes, trabalhadores, moradores e comerciantes na fronteira**

Em uma cidade bem ao norte do Brasil um celular tocou anunciando o amanhecer de mais um dia. Um jovem de 21 anos acordou sem querer se levantar da sua cama. Ainda um pouco atordoado do sono, afastou o seu lençol e com um impulso os seus pés tocaram o chão. Sentado na beira da cama, o título de responsável por aquela casa recaía-lhe sobre os ombros. Mesmo tendo pouca idade, essa rotina se repetia em sua vida a mais de três anos. A vontade de ficar e dormir mais um pouco era enorme. Entretanto, essa decisão não influenciaria apenas a sua vida. Uma pequena pessoa em idade escolar esperava que ele superasse essa vontade e que desse os primeiros passos para acordá-la. Após alguns minutos duas pessoas já estavam prontas para seguir os seus caminhos. Uma para a escola, a outra para o trabalho. A mais velha lamentou por só poder encontrar novamente a mais nova ao findar do dia.

Juntamente com o árduo sol os pássaros intensificavam os seus cantos. Sem nuvem, o céu azulado, pré-ditava o calor do dia. Ainda era manhã mas para esse lado dos trópicos a brisa fresca não perdurava por muito tempo. Ela ia embora praticamente com o cantar do galo. Mesmo entrando às 7h30min no trabalho, Pedro<sup>33</sup> sabia que o sol não ficaria menos quente e que o percurso para quem ia a pé era, relativamente, longo. Quando se tinha carona, ainda que fosse de uma bicicleta, os minutos não eram tão ágeis mas era mais rápido do que ir a pé. Até parecia que a ida para o trabalho sofria uma negociação diária de tempo; quando se tinha uma carona, havia saldo; quando se ia a pé; sempre havia débito de minutos.

Pedro sabia desde cedo que se não tomasse uma atitude, trilharia pelo mesmo caminho que os demais jovens daquele lugar. Tentou se fixar em outro

---

<sup>33</sup> Nome fictício dado a um dos entrevistados. Essas informações são baseadas em uma entrevista gravada e em outras duas entrevistas anotadas na caderneta de campo em março de 2013.

estado mas a experiência não foi como ele imaginava; ainda era muito menino e não suportou a distância. Tentou mais uma vez se deslocar, não para muito longe, porém as circunstâncias não lhe favoreceram. A situação que ele vivenciou lhe trouxe de volta.

Mesmo sem saber da existência de Pedro, Hannerz (1997) publicou um artigo que trouxe um conceito que resumiu com uma só palavra as idas e vindas de Pedro ao trabalho: fluxo<sup>34</sup>. Em 2009, ano que terminou o 2ª grau, Pedro não viu alternativa senão compor o fluxo de pessoas que saíam de casa pela manhã e só retornavam ao entardecer: “Com 17, logo depois que terminei o ensino médio. Trabalhei na loja que já disse, né! Na loja Waika”s. Eu comecei lá como atendente”

Para Pedro não havia nada de anormal em sair pela manhã e retornar à tarde, pelo menos era isso que ele achava que as pessoas faziam quando trabalhavam em tempo integral. Por ter nascido e sido criado nesse lugar, o movimento diário de pessoas que saíam pela manhã para irem ao trabalho e só voltavam à tarde, era-lhe tão comum que ele afirmou: “trabalhar lá é normal”.

Se Hannerz (1997) ouvisse o “trabalhar lá é normal” de Pedro, não se surpreenderia nem um pouco porque para ele a palavra fluxo não representava apenas uma noção, mas o movimento global que liga e transcende questões locais, perpassando aspectos econômicos, sociais, simbólicos e culturais. O referido autor já sabia há muito tempo que as barreiras geopolíticas tinham deixado de ser obstáculos de circulação, trânsito e fluxos de pessoas, mercadorias e informações.

Augé (2010b) certamente não se sentiria deslocado na relação entre Pedro e Hannerz (1997), pois para ele o que foi dito sobre a noção de globalização expressada na palavra fluxo não é nada mais do que a mundialização. O que Pedro vivenciou ao longo dos anos são os aspectos da contemporaneidade, realçados pela urbanização que é indiferente com as fronteiras. O processo de urbanização não é mais um processo endógeno, ele tem a ver com a redefinição da relação interior e exterior: é a ligação dos lugares. Contudo, Augé (2010b) teria o cuidado e deixaria claro que as fronteiras em momento algum são eliminadas, elas são redesenhadas.

---

<sup>34</sup> Hannerz (1997, p.10) entende por fluxo “um modo de fazer referências à coisas que não permanecem no seu lugar, à mobilidades e expansões variadas, à globalização em muitas dimensões”.

Antes do fluxo e da mundialização Augé (2010a) falaria do lugar antropológico no qual Pedro vive pois é “um lugar que pode se definir como identitário, relacional e histórico” (p.73). Isso implica dizer que Pedro nasceu nesse lugar, que possui uma relação de coexistência com outras pessoas que também nasceram lá e que consegue decifrar os códigos de condutas que só aqueles que vivenciam ao longo do tempo têm acesso. Eis que surge uma questão: O lugar antropológico de Pedro é Bonfim ou se estende a cidade de Lethem? Tentarei mais adiante responder esta questão. Por ora, voltarei às observações de Pedro.

Pedro sabia que ao atravessar a ponte a sua condição mudava. Ele deixava de ser trabalhador para ser trabalhador brasileiro. As identidades nacionais são postas em evidência constantemente. Dessa forma, quando Pedro diz que o “trabalhar lá é normal”, se refere ao fluxo de pessoas que se deslocam de Bonfim para trabalhar em Lethem. Tal fenômeno é compreendido por todos como normal porque o município não oferece um mercado de trabalho que absorva a mão de obra local. Frases do tipo “*A moçada toda do Bonfim trabalha lá*” ou “*Bonfim não tem movimento, o movimento todo tá do lado de lá*”(sic), refletem bem essa situação.

Uma das coisas que me chamou a atenção foi encontrar trabalhadores tanto brasileiros quanto guianenses com idade abaixo dos 18 anos nas lojas de Lethem. Em março de 2013, lembro-me de ter encontrado um rapazinho franzino na Loja Sharaha“s, que logo se identificou como brasileiro. Muito atencioso ele respondeu as minhas perguntas e atendeu aos meus amigos que faziam compras. Silva, 14 anos, disse “aqui eu ganho R\$ 150,00 por semana e o almoço é por conta do dono da loja”. Como os sábados são os dias de maior movimento no comércio, a loja estava lotada. Cheguei a combinar um encontro em Bonfim, mas ele não apareceu. Outro caso foi o de um guianense de 17 anos que trabalhava como vendedor em Lethem desde 2011, ano em que chegou de Georgetown. Quando questionado sobre a mudança para Lethem, ele disse “trabalho em Lethem paga melhor do que em Georgetown. Lá enquanto paga R\$ 100,00 reais, aqui paga R\$ 200,00” (jul. de 2013).

O caso do Silva me levou a procurar uma escola estadual que oferecesse o ensino regular e EJA. Tentei falar com a diretora mas ela não se encontrava e me direcionaram para a vice-diretora. Expliquei o motivo da minha visita. Falei que a

minha pesquisa não tinha ligação direta com educação ou escola, que eu estava ali porque havia visto um rapaz de idade escolar trabalhando em uma loja de Lethem. Naquele momento eu quis saber se o comércio em Lethem influenciava a vida escolar dos jovens de Bonfim. Ela respondeu que não, justificando que “há aqueles que só trabalham nos finais de semana e outros que só em um expediente. Tem um rapaz que sai ao terminar a aula direto para Lethem, para trabalhar. Ele estuda de manhã e passa a tarde trabalhando. Outros estão estudando a noite no EJA para poder trabalhar durante o dia” (sic) (mar. de 2013).

Para Sebastião a ida de jovens para Lethem, seja buscando trabalho, diversão ou outras coisas, se explica pela falta de uma política pública voltada para a juventude de Bonfim:

A nossa juventude aqui está se perdendo por conta disso. Nós não temos uma política voltada para os jovens aqui. Esses jovens não têm emprego, não tem perspectiva de vida. Ou estão bebendo ou estão nas drogas. Lá eles têm dois bares [...] que lá é a perdição. Inclusive no final de semana passado mataram um jovem, um aluno nosso [...] aqui não tem emprego. O Bonfim vive de contracheque (maio de 2013).

Entretanto, a ida dos jovens para o outro lado da fronteira não reside apenas na ausência de uma política pública específica que atenda a esse público. Não são só jovens ociosos que buscam diversão, eles também buscam trabalho. Coisa que do lado brasileiro é dificultada, primeiramente, por Roraima ser considerada uma sociedade do contracheque, movimentada economicamente pela grande massa de funcionários públicos. Por outro lado, a legislação trabalhista brasileira traz exigências que impedem ao empregador contratar um trabalhador menor de idade, o que não acontece em Lethem onde o trabalhador é contratado de forma simples e rápida. Dessa forma, a falta de uma economia de terceiro setor no estado que absorva a mão de obra local, e os impasses das leis trabalhistas para a contratação de menores de idade, contribuem para a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho do país vizinho. Contudo, isso forma uma massa de trabalhadores informais, haja vista que não são contemplados pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

A CLT rege que trabalhadores brasileiros que são empregados em outros países deverão se submeter às leis daqueles países (CLT, 2005). Entretanto, durante a pesquisa de campo, perguntei aos meus interlocutores se eles possuíam conhecimento de alguma norma que regulamentasse as suas situações de trabalhadores estrangeiros e que lhes garantisse algum tipo de direito e todos me disseram que não. Essa situação foge ao que a CLT prever, pois os trabalhadores não são amparados pela legislação daquele país. Eles acabam por aumentar o contingente de trabalhadores considerados informais. Conforme Machado (2004, p.117) aquilo que pode ser entendido como trabalho informal „são todas as formas de empregos não previstas pela Legislação Trabalhista. Ou seja, não obedecem ao modelo de contrato de trabalho indeterminado””. Dos trabalhadores que entrevistei nenhum tinha assinado contrato de trabalho de espécie alguma e tão pouco conhecia algum outro trabalhador brasileiro ou guianense que o tivesse feito. Nesta situação os trabalhadores deixam de acessar direitos sociais básicos, garantidos do lado brasileiro pela CLT, como por exemplo, horas de trabalho negociadas, salários, remuneração em caso de insalubridade, direito à greve, previdência social entre outros (op cit).

Essa ausência de norma que regule as relações trabalhistas influencia diretamente na jornada de trabalho e nos salários pagos tanto aos trabalhadores brasileiros quanto aos trabalhadores guianenses. Durante a pesquisa eu pude verificar que os valores salariais variavam de R\$ 90,00 a R\$ 200,00 reais, pagos semanalmente e as horas de trabalho diário ficam entre 8 e 9 horas. Todos os trabalhadores com os quais eu que tive contato me informaram que almoçam na própria loja ou que o patrão libera o empregado por uma hora para que esse possa almoçar em um restaurante. Existem casos em que o patrão não cobra o almoço; em outros casos o valor do almoço é descontado do salário do empregado. Em geral, não existe uma regra fixa, depende de cada proprietário. Por exemplo, os donos da loja Bliss (que são brasileiros) tem uma cozinha e uma pessoa responsável pela preparação do almoço dos seus funcionários. Outro aspecto peculiar dessa loja é o horário de trabalho. Ela só abre às 9 horas e fecha às 17h30min, tendo uma média de 7 horas e 30 minutos de jornada de trabalho, subtraindo-se a hora do almoço.

Contudo, se for levado em conta a nossa Carta Magna e a CLT, os trabalhadores do comércio de Lethem excedem às 44 horas semanais, consideradas como duração normal do trabalho, assim diz a Constituição Federal de 1988, “*Art. 7º São direitos dos trabalhadores...XIII – duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção de trabalho*”. Na maior parte dos casos que observei, o sujeito trabalha 8 horas diárias e não possui folga semanal, como os próprios interlocutores diziam “é de segunda a segunda”. Com isso as horas semanais elevavam-se para 52 horas. São somadas as 8 horas diárias trabalhadas de segunda a sábado mais as 4 horas do domingo.

E existem casos que podem ultrapassar esse total. Uma senhora wapixana de 47 anos, que fez questão de enfatizar que nasceu do lado brasileiro, na comunidade Manoá, me informou que trabalha todos os dias na cozinha de um hotel, entrando às 7h30min e saindo às 17h30min. Neste caso, a jornada de trabalho semanal atinge às 63 horas, descontando uma hora do almoço. O mais interessante é o valor recebido por todas essas horas trabalhadas, que não chega nem próximo ao salário mínimo pago atualmente no Brasil, apenas R\$ 400,00 reais.

Em contramão a essa prática de elevadas horas de trabalho semanais, nas quais o trabalhador sequer tem uma folga, alguns estabelecimentos - geralmente de proprietários brasileiros - fecham aos domingos ou é concedido a cada funcionário uma folga durante a semana.

Mesmo nessa situação da ausência de normas que regulamentem as relações trabalhistas no comércio de Lethem, não se pode ver os trabalhadores como vítimas, como sujeitos passivos dessa conjuntura local. Eles criam mecanismos que os tornam atores principais. Como não possuem contratos que os obriguem a cumprir um tempo determinado, eles transitam entre os vários estabelecimentos, buscando melhores situações sejam elas um patrão que não desconte almoço e pague bem ou dê um dia de folga. Muitos trabalham algum tempo para conseguir certa quantia em dinheiro e depois eles mesmos se dão férias. Vale lembrar que algumas situações de trabalhos são sazonais. Conforme Sebastião a época na qual as lojas do comércio de Lethem mais contratam mão de obra brasileira, se dá no período de dezembro, janeiro e fevereiro.

A presença de trabalhadores brasileiros nas lojas do comércio de Lethem é tamanha que, quando em uma das minhas primeiras idas a campo, entrei em uma loja que em sua fechada trazia um nome asiático, me deparei com uma música brasileira tocando no sistema de som. Achei um tanto inusitado pois quando entrei na loja vi que a pessoa na caixa registradora carregava traços asiáticos. Logo em seguida, procurei uma atendente para dar início a uma conversa, que por sua vez era guianense e não estava disposta a ouvir o meu péssimo inglês, me mandou procurar “brasileira do outro lado”. Depois dessa situação decidi circular pela loja e discretamente tentei ouvir a conversa dos clientes. Alguns reclamavam, dizendo que as coisas tinham encarecido; outros cochichavam sobre os valores dos mesmos produtos em outras lojas. Não havia tantos clientes. Aquilo que havia sido dito pelo taxista se confirmava, “durante a semana o movimento era fraco”. Quando possível fazia alguma pergunta ou comentava o valor dos objetos com algum comprador brasileiro. Ao encontrar a vendedora brasileira perguntei se a loja era de um brasileiro, ela sorriu e disse: “não, é um chinês o dono”. Indaguei o porquê da música brasileira. Ela disse, “o cartão de memória é meu... o dono não se incomoda com a música brasileira...” e acrescentou “há mais três brasileiras trabalhando aqui”. A aparência da vendedora fazia crer que a sua idade não estava distante da idade de Pedro e que, em suas poucas palavras, as relações de patrões guianenses e trabalhadores brasileiros são comuns nessa fronteira.

Todavia o comum não quer dizer engessado na lógica de patrões=guianenses e trabalhadores=brasileiros. Eu quero dizer que existem outras configurações possíveis como pode ser percebido na fala de Pedro “o comercio de Lethem está lotado de brasileiro e não é só comprando”. Ele deixa transparecer que no comercio de Lethem pode ser encontrado patrões brasileiros e trabalhadores brasileiros, assim como patrões brasileiros e trabalhadores guianenses.

Dessa forma, evidencia-se que o fluxo diário de brasileiros não representa apenas o movimento de trabalhadores e clientes, acrescenta-se a figura do patrão (além dos garimpeiros). Pedro não fala do movimento inverso. Para ele “não tem não...acho que não” o movimento de trabalhadores guianenses para a cidade de

Lethem. Outras pessoas, como o professor Sebastião<sup>35</sup>, que atua na esfera municipal e estadual de ensino, tem uma observação que se aproxima à do Pedro:

Aqui nós temos muitas e muitas pessoas que trabalham lá. A gente tem dupla jornada, trabalham no município e trabalham lá também. Nas férias, quando você ...as pessoas tiram as férias, eles facilmente encontram empregos lá e trabalham nesse período das férias para ter um dinheirinho a mais. E, também, o fluxo de, de, ...funcionário, de empregados, de Brasil pra Lethem, pra Guiana é bem maior do que de lá pra cá. Bem maior mesmo! (sic) (maio de 2013)

Contudo, a situação é um tanto mais complexa do que o relato acima possa transmitir. Há alguns fatores que impedem uma visão clara desse movimento da Guiana para o Brasil. O primeiro resvala na mão de obra que não é vista na área urbana, que tem a ver com os tipos de atividades desempenhadas por estes trabalhadores. O outro fator surge da situação diferenciada do movimento, ou melhor, do fluxo desses trabalhadores para o Brasil, que assume uma característica migratória. Por fim, há um dispositivo que vela a real situação do indivíduo, na qual envolve a questão étnica e nacional: a dupla nacionalidade. Essa foi uma das questões que a pesquisa de campo trouxe a tona.

Antes de iniciar pesquisa de campo eu tinha o entendimento que o fluxo de trabalhadores na fronteira assumia o mesmo perfil dos dois lados da fronteira. A idéia era que a medida que os trabalhadores brasileiros atravessavam para Lethem havia um contra-fluxo de trabalhadores guianenses para Bonfim. Conforme o avanço da pesquisa, tal idéia foi ficando para trás. Respostas do tipo de Carlos<sup>36</sup> “eu não conheço guianenses que trabalham em Bonfim. Em Bonfim não tem nada” ou de Antonia<sup>37</sup> “não tem trabalho lá. Em Boa vista tem”, dá uma conotação da ausência desses sujeitos no mercado de trabalho de Bonfim. Contudo, há guianenses trabalhando e vivendo nesse município brasileiro. O que acontece é que os fatores que citei anteriormente influenciam nessa percepção.

A maior parte dos guianenses que vem para Bonfim trabalha em fazendas como vaqueiros ou caseiros. As mulheres são absorvidas nas atividades domésticas

<sup>35</sup> Nome fictício dado a um dos entrevistados. Entrevista concedida em maio de 2013.

<sup>36</sup> Rapaz de 17 anos que nasceu em Georgetown e está morando em Lethem desde 2011. Entrevista concedida em julho de 2013.

<sup>37</sup> Guianense que trabalha em Lethem. Entrevista concedida em julho de 2013.

de alguns lares e restaurantes. Dona Maria diz que, geralmente, “são cabocos da Guiana que são contratados para esses tipos de serviços”. Quem ela chama de “cabocos” são índios da etnia Macuxi que moram em comunidades próxima da cidade de Lethem. De acordo com Grud (2011) o aumento expressivo da população Macuxi na Região do Rupununi gerou uma situação em que muitos buscam trabalho sazonal do lado brasileiro. Esses trabalhos sazonais acabam por caracterizar esses sujeitos como migrantes, pois eles passam a morar do lado brasileiro por períodos longos.

Em março de 2013, eu conheci uma guianense que vive há muito tempo no Brasil, “fui morar pro Brasil com 15 anos” (sic). Ela migrou para o Brasil para trabalhar como doméstica. Não tinha família na Guiana, os seus pais haviam lhe dado muito jovem e desde esse período até os seus 15 anos, viveu de favor na casa de várias pessoas. Agora com seus 40 anos de idade, casada com um brasileiro, têm dois filhos e mora no bairro São Francisco, em Bonfim. Em consonância com essa história Grud (2011, p. 264) fala que “muitos dos jovens também deixam a sua comunidade para trabalho sazonal nas minas ou em lares, como domésticas no Brasil”

Devido a sua origem, essa interlocutora sabe falar macuxi e inglês, e durante este longo período no Brasil aprendeu a falar o português e se naturalizou brasileira. Aliás, ela é um personagem que ilustra muito bem os três aspectos que obscurecem a presença de guianenses em Bonfim. Primeiramente, veio para o Brasil para um lar, um espaço que não deixa o indivíduo tão evidente quanto o comércio. Conseqüentemente passou a morar nesse lar, ou seja, mesmo que de forma temporária ela migra. Por último, a sua situação étnica lhe permite passar despercebida por muitos, haja vista a considerável parcela da população indígena na área urbana de Bonfim, principalmente nos bairros mais próximos da fronteira, nos quais há um contingente maior de indígenas. Por tudo isso é que a presença dos brasileiros é mais sentida em Lethem do que dos guianenses em Bonfim. Outro ponto a ser considerado é que nem todos os brasileiros que trabalham no comércio de Lethem são nascidos em Bonfim.

Eu conversei com pessoas de origem do estado do Pará, Maranhão e Manaus. Um gerente de umas das lojas disse não tirar folgas semanais para que a

cada dez dias, seja possível passar dois dias em Boa Vista, onde sua família mora. Migrou do Maranhão para Roraima no início da década de 1990, disse que há 1 ano e 6 meses foi trabalhar em Lethem porque no Brasil estava difícil para conseguir emprego, “aqui o patrão paga direitinho”. Não quis dizer o valor do salário, mas informou que não atrasa e que há outros benefícios. O interessante que nessa loja a relação se dá entre patrão brasileiro e trabalhador brasileiro. Foi nessa loja que conseguir a informação que lojistas brasileiros podem registrar o terreno e a loja em seu nome. Contudo, todo o processo transita diretamente em Georgetown, “o dono é brasileiro e a loja e o terreno está no nome dele. É muito difícil conseguir isso, mas o dono vai para Georgetown resolver essas coisas. Por lá ele consegue” (mar de 2013). Vale ressaltar que essa é uma das lojas mais antiga.

Esse relato me fez perceber que existem relações diferentes em diversos níveis. Digo isso, porque em entrevistas anteriores um trabalhador e uma pequena lojistas haviam dito que só era possível aos brasileiros terem lojas em Lethem se fosse registrado em nome de terceiros, ou de filhos guianenses, ou se houve dupla nacionalidade. Não quero com isso concluir que as informações desses interlocutores estariam incorretas, mas evidenciar que as relações ganham contornos diferentes de acordo com o nível em que ela é mantida. Neste sentido, falando no nível local, o entendimento pode ser o de que brasileiros não podem ter registros de lojas. Exemplo disso é seu José<sup>38</sup> que possui um restaurante que serve comida brasileira. Segundo ele, “eu aluguei tudo. Tá num nome de um guianense. Por enquanto ta dando certo” (sic) (março de 2013).

Pedro, por meio do conhecimento adquirido através das relações estabelecidas em Lethem, acreditava que os brasileiros não poderiam ter propriedades registradas em seus nomes e quando questionado sobre quem era o dono do estabelecimento no qual trabalhava, respondeu que “o dono é brasileiro”, porém em seguida corrigiu “é guianense”. Posteriormente ele me disse que a dona era brasileira, mas o estabelecimento não estava no nome dela. Paula, proprietária de uma pequena loja especializada em roupas de crianças, confessou que para não ter problemas a “documentação ta todinha no nome do meu filho, por ele ser guianense” (sic). Assim como Pedro, a noção de Paula sobre brasileiros terem ou

---

<sup>38</sup> Nome fictício.

não em seus nomes, lojas em Lethem, passa pelo crivo de sua experiência particular.

Diferente da grande maioria de brasileiros que trabalham em Lethem e que ao final do expediente retorna para o Brasil, Paula permanece naquela cidade guianense. Ela não participa do fluxo diário que atravessa a fronteira geopolítica que Pereira (2005) destaca; ela se enquadra na categoria de migrante. Há mais de dois anos ela vive na Guiana e há um ano mora em Lethem. A vinda de Paula para a Guiana passa por uma rede social bem estrutura e pela questão financeira, da qual dependia o término do curso superior em Medicina Veterinária, que cursava na Universidade Federal do Pará:

A minha história é o seguinte: eu era uma estudante de Medicina Veterinária no Pará e prá mim me formar eu precisava de dinheiro para minha especialização, para minha...prá meu intercâmbio, pro meu curso de espanhol, que foi a língua que eu escolhi. Então o último ano é muito... assim é decisivo, né! É a tese é tudo. Então olha pra isso. Minha irmã trabalha aqui, mora aqui há 22 anos. Trabalha aqui na Guiana, trabalhava dentro do garimpo, mineração. Isso ela movimentava uma cantina. Aí ela precisava de uma pessoa de confiança para tomar conta da cantina... eu nunca senti vontade de vir até aqui. Sempre ela falando „umbora Paula, prá ti guardar um dinheiro“. Quando eu vi a necessidade bater na minha porta mesmo, porque eu só podia trabalhar meio expediente, porque o outro período do resto do dia era para o meu estudo...aí o meu dinheiro era R\$ 330 reais...

Dessa forma, a história de Paula não só contribui para destacar a diversidade de situações vivenciadas em uma fronteira, mas, também, ilustra o movimento migratório de brasileiros para os garimpos na Guiana. Além de informar que Lethem não é só o lugar de comércio mas de passagem: entrada e saída. Lourenço (2012, p. 45) percebe este aspecto aos descrever o percurso dos brasileiros que vão para a cidade de Bartica<sup>39</sup>, “para chegarem a Bartica, os brasileiros saem de Boa Vista, passam por Bonfim e Lethem”. Não distante disso, o aumento populacional das regiões internas da Republica Cooperativista da Guiana, na qual Corbin (2009) relaciona com a migração de brasileiros para a garimpagem ganha corpo com esse relato. Além de destacar que, minimamente, esse fenômeno acontece a 22 anos, levando em consideração a migração da irmã de Paula.

---

<sup>39</sup> Bartica é uma cidade guianense fundada em 1842 por anglicanos e sempre teve como base econômica a mineração (Lourenço, 2012).

Mas Paula não foi a única migrante do Pará que encontrei em Lethem. Depois de ter feito uma longa caminhada de Bonfim até Lethem e percorrido quase toda a extensão da principal rua do comércio, a chuva me obrigou a busca guarita em uma oficina que vendia pneus usados. Lá eu encontrei um homem de estatura baixa, cabelos lisos e com alguns fios grisalhos, sorridente e muito simpático. Nascido em Santarém, Carlos já tinha um histórico de migração. Logo que se casou no Pará foi morar em Manaus, cidade na qual viveu por 21 anos e só se mudou para Boa Vista devido a separação. Para trás deixou um filho que não o visita a quatro anos. Quatro anos é o mesmo período que transita entre a cidade de Boa Vista e Lethem. Há uns 2 anos decidiu fixar residência, “gosto da Guiana porque arrumei uma mãe e um pai em Lethem [...] o povo de lá (Boa Vista) é metido a besta. Me sinto melhor num país estrangeiro”.

Essas duas histórias expõem a intransigência da generalidade que estudos macros, sobretudo de migração, tendem a fazer ao apresentar os indivíduos como uma massa uniforme que responde a questões externas, de nível global, mais no sentido de uma reação do que de uma ação, tirando do sujeito aquilo que Hannerz (1999, p.150) considera como *agency* humana, “no que diz respeito à atividade humana [*agency*]... bem, para mim, talvez a pertinência dessa idéia se deva em parte ao meu próprio individualismo, já que acredito que as pessoas pensam por si mesmas e agem por conta própria”.

E na particularidade da história de Paula, acredito ser possível encarar Lethem e até mesmo a cidade de Bonfim como os não-lugares descritos por Augé (2010a). Conforme o referido autor os não-lugares são “o espaço do viajante”. Aos olhos dos garimpeiros brasileiros que migram para o interior da Guiana, Lethem é apenas uma paisagem, não atendendo assim as características de lugares antropológicos destacadas: identitário, relacional e histórico.

Por mais que pareça que entro em contradição ao afirmar em um determinado momento que Pedro vive em um lugar antropológico e depois digo que tanto Bonfim quanto Lethem não são lugares antropológicos, isso se deve a relação que o indivíduo tem com o espaço. Conforme Augé (2010a, p.98) os lugares e não lugares podem coexistir, “na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os não lugares misturam-se, interpenetram-se. A possibilidade do não lugar nunca está

ausente de qualquer lugar que seja. A volta ao lugar é o recurso de quem frequenta os não lugares.”

Dessa forma, para alguns trabalhadores e brasileiros donos de lojas, Lethem pode ser vista como um não lugar e para outros como um lugar antropológico. Alguns brasileiros não só nasceram em Bonfim, eles tem uma relação direta com Lethem. Pedro, a figura que tomei para ilustra algumas passagens com a sua história de vida, nasceu em Bonfim, no entanto, a sua mãe é guianense e da etnia macuxi. Ele sabe falar inglês, macuxi e português e tem residência dos dois lados da fronteira. Outro caso parecido é de Reginaldo. A sua mãe é brasileira, mas seu pai é guianense. Ele nasceu e sempre morou em Bonfim. Segundo ele, como passava mais tempo com a mãe, não aprendeu a falar o inglês, porém compreende bem. Falou também que seu pai era “índio da Guiana”, mas disse que não sabia de qual etnia. Neste sentido, eles podem ser aqueles na qual a fronteira se apresenta como lugar antropológico.

Na outra mão, nós temos o exemplo de donos de lojas que nem sequer tem casa em Bonfim. Todos os dias se deslocam diretamente para Boa Vista. A única coisa que os fazem ter um mínimo de relação com aquele espaço é suas lojas. Apesar de morar em Bonfim alguns trabalhadores brasileiros seguem esse mesmo caminho. As suas referências estão voltadas para Boa Vista. Do outro também ocorre essa dupla percepção, pois os guianenses proprietários de lojas são em sua grande maioria de Georgetown, o que os ligam a Lethem é apenas as suas lojas. Essa observação cabe a alguns trabalhadores guianenses. Portanto, com isso, a noção de não-lugares também está presente nas duas cidades. Será que essa lógica de lugar antropológico e de não lugar, empurra para o entendimento das duas cidades enquanto dois espaços sociais diferentes, porém conectados? A resposta a essa pergunta está na próxima seção.

### **3.4 Coisas e objetos: itinerários diversos?**

A resposta a essa questão está presente na noção que Marcano (1996) desenvolve para entender a fronteira Brasil e Venezuela, a noção de espaço social transfronteiriço. O espaço excede os limites geopolíticos pois ele é construído

socialmente no fluxo diário de pessoas, coisas e objetos. Dessa forma, quando uma caminhonete, com placa guianense, carregada com mais de 50 botijas de gás passa pelo posto de fiscalização e não é parada, simboliza a permeabilidade de coisas e objetos, “aqui não têm gás. O gás é comprado em Bonfim” (Paula, mar. de 2013).

Assim como o gás, tem outros itens que participam do trânsito diário dessa fronteira. Quando cheguei à cidade de Bonfim percebi que não havia posto de combustível, mas havia veículos motorizados circulando pela cidade. De início pensei que moradores poderiam se deslocar semanalmente para abastecer em Boas Vista, porém verifiquei que havia pessoas que não iam freqüentemente à capital, foi quando Sebastião me falou “Eu não gosto de ir a Lethem. Não gosto daquela cidade. Só vou quando preciso abastecer e comprar algumas coisinhas. Bonfim não tem posto de gasolina”. Depois da alta do preço no Brasil, a farinha começou a ser comprada do outro lado da fronteira, assim fala Julia “um conhecido meu viaja quatro horas de carro, depois mais duas horas de barco para comprar farinha numa maloca lá prá dentro. Aí ele revende aqui”

No rio Tacutu não é possível encontrar camarão, mas quando Sebastião quer fazer um prato especial sempre tem a mão. No almoço organizado para a sua família que o veio visitá-lo, Sebastião serviu arroz com camarão. Ele me revelou que só fazia esse prato porque comprava o camarão em Lethem, “é mais barato”. O camarão é pescado no litoral da Guiana, ressecado em Georgetown e transportado para Lethem. Vale ressaltar que na minha última visita a fronteira eu fiquei hospedado na casa de Sebastião. Lá tive a oportunidade de interagir com vários moradores e ouvir diversas histórias.

Numa dessas histórias percebi que outros produtos faziam parte de “coisas e objetos” que davam o sentido de espaço social transfronteiriço desse lugar. Um fato havia acontecido naquele final de semana que trazia a tona esse sentido. Lembrome de que alguém comentou “ele roubou de novo.” Outra pessoa completou “mas agora ele tá ferrado”... Sem saber do que eles estavam falando eu perguntei: Ele quem? Aí a Julia me respondeu: “um ladrão de moto que mora em Bonfim. Ele vende do outro lado”. Ela mesma se corrigiu, dizendo “que vende... ele troca por drogas”.

Sebastião me explicou que este rapaz era usuário de drogas há muito tempo e que para satisfazer a sua dependência química, durante a noite ele roubou a moto de um policial e atravessou para trocar por drogas. Depois de ser pego ele confessou ter trocado a moto por cinco pedras de crack, o equivalente a R\$ 25,00 reais.

Dessa forma, as drogas e frutos de roubos são coisas que transitam na fronteira e que, conforme Mendonça (2005) dá o sentido de dinâmica. As drogas fazem parte da realidade desse espaço e até avançam para mais longe, como para a cidade de Boa Vista. Matérias públicas no jornal de maior circulação dão a dimensão desse circuito:

Seis pessoas foram presas na segunda-feira, numa ação exclusiva da Polícia Militar no combate ao tráfico de drogas entre o Município do Bonfim e a capital Boa Vista, depois de denúncias anônimas. As prisões tiveram início à tarde na cidade de Bonfim, fronteira com a cidade de Lethem, na Guiana, o principal exportador de maconha para o Estado de Roraima, segundo informação da própria polícia (FOLHA DE BOA VISTA, 14 mar. 2013).

Outras matérias deixam transparecer que essas ocorrências não são fatos isolados, mas um fluxo: “Apreensão de armas em Lethem pode ter conexão com o tráfico em Roraima” (05/10/2012); “PM apreende mais de 5kg de maconha” (10/04/2012); “PRF apreende 6,1 kg de maconha na BR-401” (14/11/2012); “PM apreende drogas na fronteira” (03/03/2012). Semelhante ao caso relatado por Julia e Sebastião, o Jornal Folha de Boa Vista traz em uma de suas matérias a realidade do roubo de motocicletas para serem trocadas por drogas:

A delegada Simone Arruda, do Núcleo de Repressão a Roubos e Furtos de Veículos Automotores Terrestres (NRRFVAT) da Polícia Civil, anunciou ontem a identificação de mais uma quadrilha de assaltantes que agiu na cidade nos últimos meses praticando roubos de motos, que em sua maioria foram atravessadas para a cidade de Lethem, na Guiana, país que faz fronteira com Roraima através do Município do Bonfim e onde são vendidas por valores inferiores ao real ou trocadas por drogas (maconha ou cocaína) (FOLHA DE BOA VISTA, 14 de abril de 2013).

Se há troca é porque há consumo e se há consumo é porque há comércio. Dito isso, o comércio com a Guiana não se dá apenas pela compra de produtos

disponíveis nas lojas de Lethem ou nas mercearias de Bonfim. Mesmo sendo considerado tráfico e contrabando, essas práticas não deixam de ser entendidas dentro da lógica do comércio. Chamarei esse comércio de ilícito para que nele se possa enquadrar as compras de produtos diversos que excedem a cota permitida e que são atravessadas por outros caminhos, sejam eles as trilhas percorridas pelos trabalhadores e moradores, o rio, ou picadas feitas na mata pelos traficantes. Durante o meu trabalho tive a oportunidade de acompanhar alguns trabalhadores que transitavam as trilhas no fluxo diário de ida/vinda do trabalho em Lethem. Fato que inspirou o título dessa dissertação.

As trilhas transfronteiriças que apresentei no primeiro capítulo apenas como caminho de trânsito de moradores e trabalhadores entre Brasil e Guiana se tornam rota para a circulação de coisas e objetos. Essas coisas e objetos são diversos itens que assumem sentidos e usos diversos, diferentemente, das mercadorias. Conforme Sandroni (1994, p.219) mercadoria deve ser entendido como “todo produto que se compra ou que se vende. É, portanto, tudo o que se produz para troca e não para o uso ou consumo do produtor”. Há situações em que parentes que vivem do lado guianense cruzam a fronteira para presentear um familiar com uma comida típica, ou com algum alimento produzido no roçado da família. Isso também acontece inversamente. Esse tipo de prática é frequente entre os índios macuxi e wapixana que transitam por entre esses dois países. Exemplo disso é Andreilton, um índio macuxi, que de vez em quando atravessa a fronteira para pescar mais o seu sogro. Segundo Andreilton, ele nasceu do lado brasileiro e sua esposa do lado guianense. Hoje os dois estão morando em Boa Vista, mas ele ainda tem o costume de ir visitar o seu sogro e trazer peixe para sua esposa.

Em janeiro de 2012, Dona Maria me informou que os jovens geralmente eram pagos para atravessar mercadorias via o rio. Conforme a mesma, para cada saco de roupa atravessado o jovem ganhava R\$ 1.000,00 reais. Ela disse que isso ficou explícito depois que os filhos de uma diretora e de um vereador foram pegos, “saiu até no jornal. Um tinha 17 e o outro tinha 18 anos”. Quando a questioneei sobre quais outros produtos passavam para o lado brasileiro, ela disse “tem época para tudo: cigarro, alho, celular, camisas, tênis. O que mais permanece é o contrabando de confecção”.

Há que considerar que o “tem época para tudo” está relacionada a uma escala de tempo anual. Durante um determinado período do ano nota-se maior circulação de certo produto. Entretanto, tudo isso está preso a uma cadeia em que envolve mídia, moda, produtos tecnológicos mais atualizados, alta de preços ou escassez de algum produto, lançamentos e promoções de marcas e produtos, coisas da realidade de um mundo globalizado e, que refletem fluxo diário dessa fronteira. Um exemplo atual disso foi a falta e, conseqüentemente, a alta do preço da farinha, que fez este produto atravessar a fronteira com maior freqüência no 1º semestre de 2013. Julia explica que “agora ninguém compra farinha dos cabocos daqui. Tá muito cara. Tem vez do litro chegar a R\$ 7,00 reais. A gente espera chegar lá de dentro (Guiana), que é mais barata” (sic). É um pouco daquilo que Freitas em seu artigo publicado em 1977, no *Jornal de Boa Vista*, chamou de “contrabando benéfico”. Dessa forma, ele diz “não faz muito tempo vivíamos em Boa Vista de pendendo da Guiana. De lá vinha manteiga, batata, trigo, sapato, bicicleta, rádio, perfumes e bebidas, etc. Era o contrabando benéfico. Sem êle os roraimenses encontrariam muito mais dificuldades (...)” (FREITAS, 1977, p.11). Contudo, estamos falando de duas épocas distintas.

A época de Julia é permeada por uma realidade de produtos importados e falsificados, produzidos em alta escala pela China e que atende o mercado mundial da pirataria. Desde produtos de bazar, eletrônicos e confecções são encontrados nas lojas de Lethem. Neste sentido, hoje é bem mais fácil produtos dessa natureza cruzar a ponte com maior freqüência do que os gêneros alimentícios.

Por outro lado, a época de Freitas é marcada, basicamente, pela comercialização de produtos de ordem alimentícia. Quem estava por trás do fornecimento desses produtos era um país europeu: a Inglaterra. Durante o período de 1960 ao início da década de 1970, os brasileiros se deslocavam para Lethem para comprar itens da cesta básica, como diz Dona Preta: “naquela época eu fazia o rancho em Lethem. Era só produto bom, de qualidade. Vinha gente de Boa Vista pra cá. Passava cinco horas na estrada para chegar até aqui. Bonfim não tinha nada” (sic). Vale ressaltar que nesse período Bonfim era apenas um vilarejo e Boa Vista é que de fato fazia fronteira com Lethem.

Por fim, com base em tudo que já foi dito sobre fluxo de pessoas, coisas e objetos e de itinerários, entendi que a fronteira se constitui e se modifica por meio das relações sociais estabelecidas entre os homens ao longo do tempo. E são nessas relações que o espaço adquire o sentido simbólico, lhe conferindo o caráter de lugar antropológico ou de um não-lugar. Neste sentido, essa pesquisa tentou apresentar a fronteira entre o Brasil e a República Cooperativista do Brasil por meio das relações constituídas no comércio pelos sujeitos sociais das duas cidades: Lethem (GUY) e Bonfim (BRA).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“uma boa prática de pesquisa constrói (...) uma simulação do mundo social não porque o tenha compreendido, mas para poder compreendê-lo” (NERESINI, 2005, p.83)*

Podemos concluir que a construção da ponte sobre o rio Tacutu ligando os dois países, foi o marco histórico que aumentou expressivamente o fluxo de pessoas, sentido nas mais diversas dimensões, assim como a mudança na configuração espacial da cidade de Lethem: novas construções de residências, lojas, restaurantes, novas vias de acesso, entre outros. O aumento de oferta de produtos, antes não existentes, tornou-se um mecanismo de atração desse fluxo de pessoas. Por outro lado, a cidade de Bonfim não experimentou a mesma dinâmica. Os relatos dos antigos moradores expressam um sentimento de que a cidade continua inerte em termos dos que consideram “desenvolvimento”, não obstante o uso crescente da força de trabalho dos adolescentes empregados no comércio de Lethem.

Cumpramos ressaltar que o acesso a esse centro comercial passa apenas pela entrada do centro urbano de Bonfim e esse fluxo de compradores não promove impacto significativo para o Município. Soma-se que as boas condições da BR 401, toda pavimentada, a cerca de 110 km de distância de Boa de Vista, assim como a inexistência de atrativos turísticos do lado brasileiro, não induz os compradores a pernoitar na fronteira,

Constatamos, como já aventamos acima, que a maioria dos comerciantes de Lethem empregam a força de trabalho de jovens moradores da cidade de Bonfim. Como a maioria dos compradores é brasileira, o domínio da língua portuguesa é fundamental para atendê-los. A relação de trabalho se processa na informalidade, havendo rotatividade de acordo com a conveniência de cada um. Também há uma oferta maior de trabalho sazonal, nos períodos de aumento da demanda nesse comércio. Também foi observada a vinda de guianenses para

Bonfim para trabalhar no âmbito doméstico e nas fazendas por não exigir mão de obra qualificada, mas não com a mesma intensidade e dinâmica dos brasileiros que trabalham em Lethem. A pesquisa mostrou-me ainda que os brasileiros estão presentes nos três níveis: patrão, empregado e cliente.

Com relação a jornada de trabalho, verificamos que ultrapassa o que rege as leis brasileiras, mas não chega a ser questionada pelos trabalhadores que consideram normal, assim como a população em geral, ao defender que essa ocupação evita a incursão dos jovens em atividades ilícitas. Mas, como pensar essa ilegalidade na dinâmica fronteira Brasil/Guiana, frente ao nosso ordenamento jurídico, no caso, leis trabalhistas e direitos da criança e do adolescente. Essa reflexão não foi merecidamente, desenvolvida.

Numa tentativa de imersão maior no nosso objeto de pesquisa, acompanhamos certa ocasião, o percurso diário desses trabalhadores. Descobrimos que para encurtar caminho e tempo utilizam trilhas, tanto quando o percurso é feito a pé ou de bicicletas. As trilhas clandestinas também são usadas para o transporte de mercadorias que excedem as quotas permitidas ou produtos contrabandeados. O uso das trilhas é mais utilizado no período de estiagem. Quando me deparei com essa experiência e descoberta me aproprie do termo para nominar minha dissertação de mestrado.

Na medida em que buscava uma maior compreensão da dinâmica da fronteira em tela e vivendo a experiência dessa ida/vinda de trabalhadores e compradores, mas evidente ficava o conceito de fluxo no trabalho de Hannerz (1997, p.10) assim compreendido: “um modo de fazer referências à coisas que não permanecem no seu lugar, à mobilidades e expansões variadas, à globalização em muitas dimensões”.

A idéia de globalização, por sua vez, foi realçada quando analiso as mercadorias que imitam produtos de renomadas marcas de grifes internacionais, chamados de produtos piratas, para alguns os verdadeiros “autênticos piratas” e hoje muito apreciadas pelos consumidores diretos de Boa Vista e atravessadores de outras capitais brasileiras.

Esse espaço transfronteiriço gerado, sobretudo, pelo comércio criou-se uma situação de interdependência entre as cidades de Lethem e Bonfim, tornando a circulação de pessoas, coisas, mercadorias e informações, diariamente, mais intensa, aspecto compreendido a partir das trilhas.

Não obstante, observei que as várias dimensões dessa fronteira não são frutos da construção de barreiras recentes, mas de uma longa história que inicia com o período de conquistas e colonizações até as ondas de ocupação da Amazônia promovidas pelo governo militar brasileiro como política de segurança nacional. Isso me leva a concluir que, de modo geral, as fronteiras têm algo em comum: todas são diferentes, pois todo o processo de formação dessas fronteiras segue caminhos diversos, com atores e circunstâncias particulares.

Neste trabalho eu tentei, portanto, demonstrar as várias formas de relações que acontecem na fronteira Brasil e República Cooperativista da Guiana, principalmente, aquelas que estão ligadas direta ou indiretamente ao comércio e ao mercado de trabalho, representadas pelo fluxo de pessoas, coisas e objetos entre as duas cidades.

Quis evidenciar que essas relações produzem um espaço singular, chamado de espaço social transfronteiriço, no qual a fronteira é vista a partir das práticas humanas que transgridem limites geopolíticos e culturais. Para isso, eu tomei também a definição de espaço social utilizado por Augé (2010a) e, também, a sua noção de lugar antropológico, que a mim serviram como instrumentos para tentar compreender a fronteira como uma construção social humana, desenhada e redesenhada ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9ª Edição. Campinas: Papirus, 2010a.

\_\_\_\_\_. Por uma antropologia da mobilidade. Maceió: EDUFAL; UNESP, 2010b.

BAINES, Stephen. A fronteira Brasil-Guiana a partir de perspectivas dos índios Macuxi e Wapichana. In: ROCHA, Leandro Mendes (Org.). *Etnicidade e nação*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006. p.85-97.

BAINES, Stephen Grant. *Os Índios Makuxi e Wapichana e suas Relações com Estados Nacionais na Fronteira Brasil-Guiana*. Nº 338 . Brasília: Departamento de Antropologia / Universidade de Brasília, 2003 (Série Antropologia).

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

BERCKER, Bertha. *Amazônia*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BOURDIEU, Pierre. [http://www.unifra.br/professores/arquivos/8547/89602/gostos%20de%20classe%20e%20estilos%20de%20vida%20\(pierre%20bourdieu\).pdf](http://www.unifra.br/professores/arquivos/8547/89602/gostos%20de%20classe%20e%20estilos%20de%20vida%20(pierre%20bourdieu).pdf). Acessado em 01 de julho de 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Introdução.\_\_\_\_\_; BAINES, Stephen Grant (Orgs). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2005, p.09-20. (Coleção Américas).

\_\_\_\_\_. *O trabalho do antropólogo*. 2ª Edição. Brasília: Editora Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. *O índio e mundo dos brancos*. 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Editora Pioneira, 1981.

CASTIGLIONI, Aurélia H. Migrações: abordagens teóricas. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009, p. 39-57.

CARRICO, Christopher. As relações entre Akawaio e europeus durante o período colonial holandês na Guiana. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de; IFILL, Mellissa. *Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana*. Boa Vista: EDUFRR, 2011, p. 19-43.

CERTEAU, Michel. O bairro. In: *A invenção do cotidiano: 2.morar, cozinhar* . 9ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009. p. 37-45.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano I. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

CIRINO, Carlos A. M. A “boa nova” na língua indígena: contornos da evangelização dos Wapishana no século XX. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

CORBIN, Hisakhana. Migração internacional e desenvolvimento. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). Migração internacional na Pan-Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 163-184.

CLT acadêmica. 3a. Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2000.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Pesquisa histórico-sociológica, relatos orais e imigração. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Estudos migratórios: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 87-113.

DREYFUS, Simone. Os Empreendimentos Colônias e os Espaços Políticos Indígenas no Interior da Guiana ocidental de 1613 a 1796. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de; CUNHA, Emanuela Carneiro da. *Amazônia: etnologia e historia indígena*. São Paulo: FAPESP, 1993, p.19-41.

EGGERATH, Pedro. O Valle e os índios do Rio Branco. Instituto Historico e GeographicoBrazileiro. Rio de Janeiro, 1924.

ERIKSEN, Thomas Hylland & NIELSEN, Finn Sivert. História da antropologia. 2ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

EVANS-PRITCHARD, E.E. Os Nuer. 2ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

FREITAS, Aimberê. Energia de ativação. In: JORNAL DE BOA VISTA. 28 de maio de 1977, p.11,

FARAGE, Nadia. Instruções para o presente: Os brancos em práticas retóricas Wapishana. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Orgs). Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.507-531.

\_\_\_\_\_. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FAULHABER, Priscila. A fronteira na antropologia social: as diferentes faces de um problema. BIB, São Paulo, n. 51, p. 105-125, 1º semestre de 2001.

FRANK, Erwin. O Vício: o olhar etnográfico dos irmãos Schomburg (1835-1844). In: Revista Antropológicas, ano 11, vol. 18(1), 2007, p.95-136.

FÉLIX, José Teixeira. Aspectos da literatura guianense: por uma poética da aproximação internacional. In: Revista Textos & Debates, vol. 14(1), 2008, p.67-85.

GARAVINI, Sadio. *Política exterior de Guyana*. Venezuela: Univesidad Simon Bolívar/ Instituto de Alto Estudos de América Latina/ Fundacion Bicentenário de Simon Bolívar, 1988.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

GRIMSON, Alejandro. Cortar puentes, cortar pollos: conflitos económicos y agencias políticas em Uruguayana (Brasil) – Libres (Argentina). IN: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto & BAINES, Stephen G (Orgs.). Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

GRUD, Lisa Katharina. Um olhar sobre a situação atual dos Makuxi. IN: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010. São Paulo: ISA, 2011, p.264-266.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In: *Revista Mana*, 3 (1), 1997, p.7-39.

HANNERZ, Ulf. Os limites do nosso auto-retrato. Antropologia urbana e globalização. In: *Revista Mana*, 5 (1), 1999, p. 149-155.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010. São Paulo: ISA, 2011.

ISHMAEL, Odden. *The Trail Of Diplomacy: A Documentary History of the Guyana-Venezuela Border Issue*, 1998, disponível no site [http://www.guyana.org/features/trail\\_diplomacy.html](http://www.guyana.org/features/trail_diplomacy.html), acessado em 05/12/2012.

LEE, Franz J. T. “Raíces históricas y socio-económicas de la ideología de racismo: Sudáfrica y Guyana. In: ROMERO, Rita Giacalone de. *Guyana Hoy*. Venezuela: Corpoandes/ Editora Venezolana C.A./ Ira Edición, 1982. p.13-83.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre migração. In: BNB. ETENE. Migração interna. Fortaleza, 1980, p. 89-114.

MACHADO, Rosona Pinheiro. “A *garantia soy yo*”: Etnografia das práticas comerciais entre camelôs e scoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai). Dissertação apresentada a UFRGS, como pré-requisito para obtenção de do título de mestre. Porto Alegre, 2004, p. 143.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Tradução: Anton P. Carr e Ligia Aparecida C. Mendonça. São Paulo: Editor: Victor Civita, 1976.

MENDONÇA, Luciana de Andrade. Parques nacionais do Iguazu e Iguazú: uma fronteira ambientalista entre Brasil e Argentina. In: CARDOSO DE OLIVEIRA,

Roberto & BAINES, Stephen Grant (Orgs). Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2005, p.117-135. (Coleção Américas).

MARCANO, Elvia Elena Jimenez. La construcción de espacio social transfronteírizos entre Santa Elena de Uairen (Venezuela) y Villa Pacaraima (Brasil). Tese de doutorado apresentada ao CEPPAC/UNB, 1996.

MARTIN, André Roberto. Fronteiras e nações. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

NERESINI, Federico. Pesquisa qualitativa e simulação. In: MELUCCI, Alberto. Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura. Petropolis, RJ: Editora Vozes, p.67-89.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. A presença holandesa na Amazônia caribenha entre os séculos XVI e XVII: da costa selvagem ao rio Branco. In: \_\_\_\_\_; IFILL, Mellissa. Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guayana. Boa Vista: EDUFRR, 2011, p. 19-43.

PEREIRA, Cunha Mariana. *Border or frontier: uma discussão sobre fronteira, cultura e identidade segundo etnografias na América Latina*. In: RODRIGUES, Francilene dos Santos; PEREIRA, Mariana Cunha (Orgs). Estudos transdisciplinares na Amazônia setentrional: fronteiras, migração e políticas públicas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, p. 15-25.

PEIRANO, G.S. A favor da etnografia. Brasília, nº 130, 1992. (Série Antropologia)

PEREIRA, Cunha Mariana. *A Ponte imaginária: o trânsito de etnias na fronteira Brasil-Guiana*. Tese apresentada ao CEPPAC/ UnB, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em Antropologia. Brasília, 2005, p. 172.

PEFAUR, Beatriz Cáceres de. Guyana: socialismo cooperativista o capitalismo de estado: uma visão del período 1970-1980. In: ROMERO, Rita Giacalone de. *Guyana Hoy*. Venezuela: Corpoandes/ Editora Venezolana C.A./ Ira Edición, 1982. p. 145-169.

PONTE DO TACUTU—obras ainda estão paralisadas. Folha de Boa Vista. In: [WWW.folhabv.com.br/noticia.php?id=20751](http://WWW.folhabv.com.br/noticia.php?id=20751). Acesso em: 04/12/2012.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: BNB. ETENE. Migração interna. Fortaleza, 1980, p. 19-88

RENAULT-LESCURE, Odile. As palavras e as coisas do contato: os neologismos Kali'na (Guiana Francesa). In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita. Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

- RENNER, Cecília H. & PATARRA, Neide L. Migrações. In: SANTOS, Jair L. Ferreira; LEVY, M. S. F. & SZMRECSÁNYI (Orgs). *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. p. 237-260.
- ROCHA, Everaldo P. Guimarães. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz et al. *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995
- ROMERO, R. G. de. *Estúdio histórico de la Guayana Británica: del descubrimiento a la formación del movimiento independentista 1499-1949*. Mérida: Librería Universitaria, 1982.
- SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Políticas públicas, economia e poder: Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Tese de doutorado apresentada a Universidade Federal do Pará. Belém: 2004. 270 f.
- SANDRONI, Paulo (Org.) *Novo dicionário de economia*. 6ª Edição. São Paulo: Editora Best Seller.
- SANTILLI, Paulo. Trabalho escravo e brancos canibais: uma narrativa histórico Macuxi. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Orgs). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.487-505.
- SANTILLI, Paulo. *As fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco*. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1994.
- SANTILLI, Paulo. *Os Macuxi: história e política no século XX*. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais. Campinas, 1989, p.162.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Tradução: Cristina Muracho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SILVA, Carlos Alberto Borges da. *A Revolta do Rupununi: uma etnografia possível*. Tese de Doutorado. Campinas, 2005. Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000376558>. Acesso em 15 de março de 2008.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições metodológicas para análise das migrações. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo (Orgs.). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2005. p. 53-86.
- STAEVIE, Pedro Marcelo. *O papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos em Roraima*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012, p.234

SENHORAS, Elói Martins; VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SILVA, Paulo Rogério de Freitas. A geografia das relações internacionais de cidades-gêmeas: um estudo de caso na zona transfronteiriça Brasil-Guiana. In: LYRA JUNIOR, Américo de (org.). Governabilidade e fronteira: os desafios amazônicos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. p.165-192.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA. Informações socioeconômicas do município de Bonfim – RR 2012. 2ª Edição. Boa Vista: CGEES/SEPLAN, 2012. p.61.

SPRANDEL, Marcia Anita. Breve genealogia sobre os estudos de fronteiras e limites no Brasil. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto & BAINES, Stephen Grant (Orgs). Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2005, p.153-203. (Coleção Américas).

VIEIRA, Jaci Guilherme. Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p.7-72.